

**Projeto de Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de  
Conservação e Ampliação da Proteção à Flora e Fauna**

**GEF – TERRESTRE – BR-G1004**

**Avaliação Institucional do(s) executor(es) e Minuta do Regulamento  
Operativo (MOP & ROP)**

**Produto 2**

**Minuta do Relatório 1 – Avaliação da Capacidade Institucional e  
Proposta de Mecanismo de Execução**

**Consultor: Luiz Claudio de Souza Faria  
Vendor #518840**

## SUMÁRIO

### Sumário

1. Antecedentes	3
2. Objetivos Específicos da Consultoria	3
3. Metodologia	4
4. Capacidade e Risco Institucional	5
5. Contexto Operacional	14
6. Conclusões	15
7. Anexo 1 – Questionário Modelo SECI	17
8. Anexo 2 – Demonstrações Financeiras FUNBIO 2014	38

## 1. Antecedentes

- 1.1.** O Governo do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) estão preparando uma operação, a ser financiada com recursos do GEF: O Projeto "Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e Ampliação da Proteção à Flora e Fauna" (GEF- Terrestre - BR-G1004). O GEF Terrestre visa melhorar a conservação efetiva de ecossistemas e espécies de fauna e flora em perigo de extinção de importância global, assim como restaurar paisagens degradadas e aumentar estoques de carbono em área prioritárias dos biomas da Caatinga, Pampa e Pantanal, por meio da expansão e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e promover a gestão sustentável em áreas contíguas florestadas e não-florestadas. O GEF incorporou o projeto no seu Programa de Trabalho com um financiamento GEF de US\$32,6 milhões e prevê sua aprovação pela CEO do GEF no primeiro semestre de 2016.

Como parte da preparação do GEF Terrestre, e como insumo ao documento de projeto que será apresentado ao GEF e ao Banco para sua devida revisão e eventual aprovação, faz-se necessária a elaboração da Avaliação Institucional do(s) executor(es), conforme o padrão do BID, propor um mecanismo de execução para o Projeto, e elaborar, com os insumos dos parceiros executores e outros responsáveis técnicos, a minuta do Manual e Regulamento Operativo (MOP & ROP) do Projeto.

## 2. Objetivos Específicos da Consultoria

- 2.1.** As principais atividades a serem realizadas serão:
- i. Revisar a documentação técnica do Projeto (existente e em elaboração pelas áreas técnicas e outros contratuais de preparação);
  - ii. Avaliar a capacidade institucional do executor do Projeto conforme o instrumento do Banco (*Sistema de Evaluación de la Capacidad Institucional - SECI*);
  - iii. Tomando em conta os resultados da análise institucional, a estrutura do projeto, os parceiros-chaves para a efetiva execução das atividades propostas e outros aspectos relevantes, elaborar uma proposta detalhada de um mecanismo de execução eficiente;
  - iv. Elaborar um relatório (Relatório 1 – Produto 2) que apresente a proposta do mecanismo de execução mais adequada para o Projeto, os resultados do SECI, e recomendações para o projeto atender eventuais problemas institucionais observados no âmbito da aplicação do modelo SECI e da elaboração do mecanismo de execução.
  - v. Revisar o Relatório 1 – Produto 2 incorporando os comentários do Banco, do Executor e dos Parceiros Principais do Projeto (Produto 3).

Consultor: Luiz Claudio de Souza Faria - Vendor #518840

- vi. Elaborar a Minuta do Manual Operativo e do Regulamento do Projeto (MOP & ROP), com insumos do(s) (co-)executor(es) e parceiros do Projeto e dos outros contratuais contratados pela preparação do Projeto (Produto 4);

### 3. Metodologia

**3.1.** A metodologia SECI (*Sistema de Evaluación de la Capacidad Institucional*) avalia sete sistemas internos na estrutura de governança dos organismos executores, conforme síntese abaixo:

- i. Capacidade de Programação e Organização – que representa a habilidade para desenvolver processos de planejamento e programação, e atribuir responsabilidade pela administração dos recursos, de tal forma que se obtenha uma dinâmica apropriada no exercício das atribuições e na oportunidade e qualidade das comunicações, composta por:
  - Sistema de Planejamento e Programação - processo por meio do qual se planeja e programa a realização das atividades do projeto durante um determinado período de tempo;
  - Sistema de Organização Administrativa - processo por meio do qual se estabelece a forma de organização dos recursos para atender às necessidades de programação, execução e controle das atividades.
- ii. Capacidade de Execução – que representa a habilidade para alcançar os resultados programados, composta por:
  - Sistema de Administração de Pessoal - composto pelas Normas e Procedimentos relativos à busca, seleção, contratação, indução, desenvolvimento e avaliação do pessoal que participa do projeto;
  - Sistema de Administração de Bens e Serviços - composto pelas Normas e Procedimentos relativos à solicitação, autorização, cotização, contratação, verificação e execução ou entrega, ao registro e à verificação da existência dos bens ou serviços adquiridos no desenvolvimento da programação de operações. O conceito de serviços inclui a prestação de serviços de consultoria nas diferentes fases do projeto;
  - Sistema de Administração Financeira - composto pelas Normas e Procedimentos relativos à administração dos fundos provenientes do financiamento ou da contribuição e da contrapartida local, à contabilidade integrada e aos relatórios financeiros.
- iii. Capacidade de Controle – com abrangência interna e externa. No primeiro caso, verifica a capacidade no contexto da organização do controle operacional de suas atividades e, no segundo caso, em cumprimento do estabelecido no Contrato de Empréstimo, a submissão das Demonstrações Financeiras e outras informações a um exame de Auditoria realizado por

uma Instituição Superior de Auditoria, composto por:

- Sistema de Controle Interno - processo executado por funcionários de uma Entidade, com o objetivo de proporcionar segurança razoável na consecução de objetivos, nas seguintes categorias: (i) Eficácia e eficiência das operações; (ii) Confiabilidade da informação financeira e operacional; e, (iii) Cumprimento de leis e regulamentos aplicáveis.
- Sistema de Controle Externo - composto pelo conjunto de atividades relacionadas com a seleção, contratação, execução e assimilação dos resultados dos serviços de Auditoria Externa, em cumprimento do Contrato de Empréstimo, com políticas e práticas definidas em guias específicos do BID.

**3.2.** O Método SECI é aplicado através de entrevistas orientadas por questionários padrão e são entrevistados os responsáveis (diretores/superintendentes/gerentes) de cada um dos sistemas apresentados acima. Após a aplicação dos questionários as informações são tabuladas e analisadas criticamente, de modo que se obtenha o risco institucional do executor. Os pontos identificados como fragilidades do executor dão origem a um conjunto de sugestões de melhorias e/ou mitigação dos riscos institucionais associados.

## 4. Capacidade e Risco Institucional

**4.1.** Com o objetivo de identificar na estrutura de governança do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) as capacidades específicas que a qualifiquem a participar da execução do projeto, foram aplicados os questionários do Sistema de Avaliação da Capacidade Institucional (SECI) desenvolvido pelo BID.

**4.2.** Por capacidades específicas “*se deve entender a disponibilidade, por parte de um mutuário ou unidade executora, de recursos humanos, materiais e equipamentos, em termos de planejamento, organização, direção e controle, de tal forma que permitam a adequada execução de um projeto ou programa e o manejo eficaz e eficiente dos referidos recursos de acordo com os termos acordados com o Banco*”.

**4.3.** Para facilitar a avaliação e o desenho da capacidade institucional do executor, adotou-se o enfoque metodológico definido no Modelo SECI, através do qual se analisa a disponibilidade de recursos, agrupados em três áreas distintas: (i) Capacidade de Programação e Organização (CPO); (ii) Capacidade de Execução das Atividades Programadas e Organizadas (CPE) e (iii) Capacidade de Controle (CO).

**4.4.** A Capacidade de Programação e Organização (CPO) representa a habilidade para desenvolver processos de planejamento e determinar responsabilidades sobre a administração dos recursos, de tal forma que se logre uma dinâmica apropriada no exercício das atribuições e na oportunidade e qualidade das

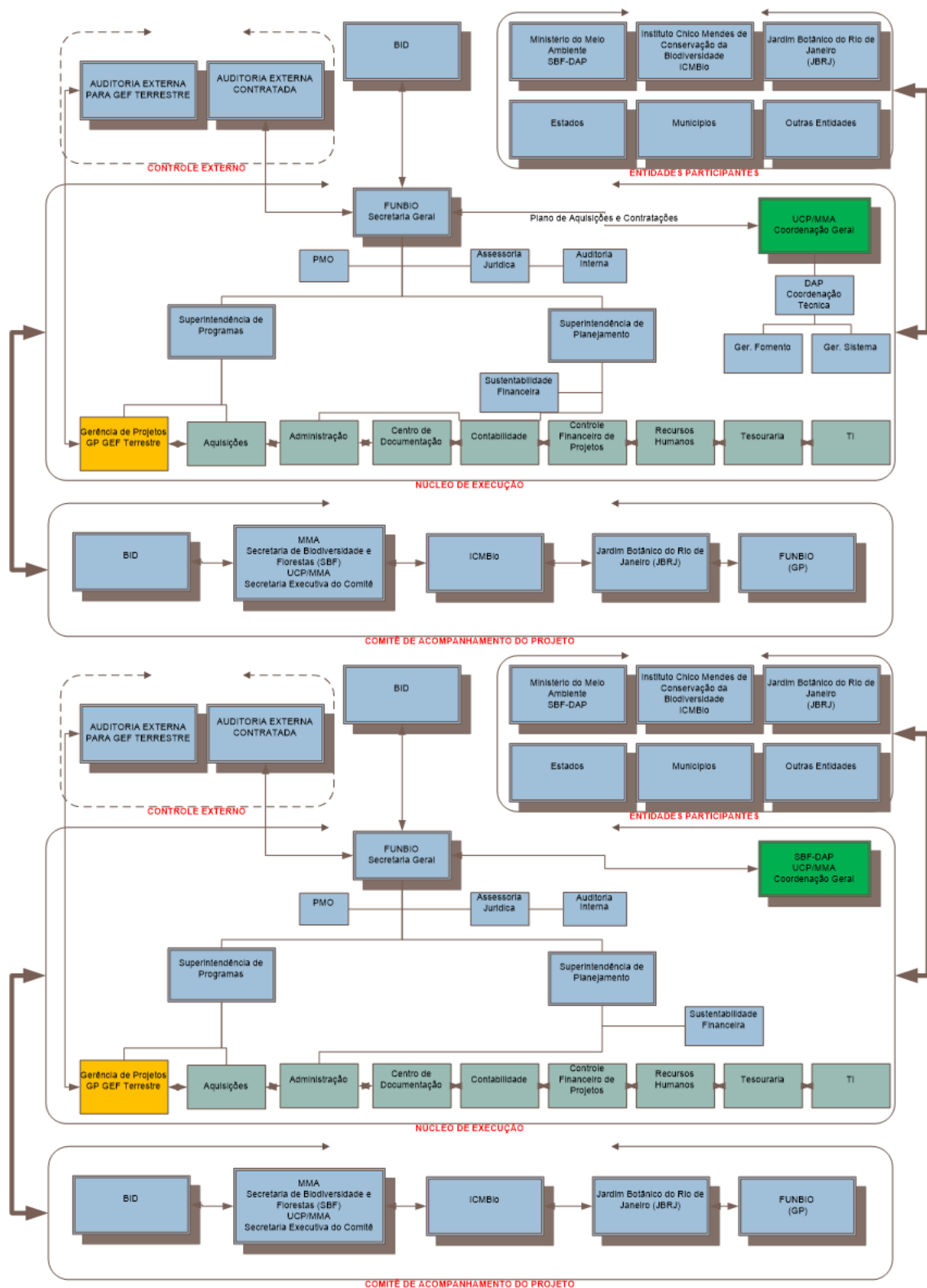
comunicações. A CPO é composta por dois subsistemas: (i) Sistema de Programação de Atividades (SPA) e o (ii) Sistema de Organização Administrativa (SOA). O subsistema SPA avalia os processos por meio do quais se planeja e programa a realização das atividades do projeto durante um determinado período de tempo; Por sua vez, o subsistema SOA avalia a forma de organização dos recursos para atender às necessidades de programação, execução e controle das atividades.

- 4.5.** A Capacidade de Execução (CE) representa a habilidade para alcançar os resultados planejados ou programados. Em termos gerais, o Banco espera que as Unidades Executoras (UE) disponham de sistemas de administração apropriados para a execução, como por exemplo, um sistema de administração financeira ou um sistema de administração de pessoal. O sistema CE é composto por três subsistemas: (i) o Sistema de Administração de Pessoal (SPA) que avalia a Normas e Procedimentos relativos à busca, seleção, contratação, indução, desenvolvimento e avaliação do pessoal que participa do projeto; (ii) o Sistema de Administração de Bens e Serviços (SAB), que analisa as Normas e Procedimentos relativos à solicitação, autorização, cotização, contratação, verificação e execução ou entrega, ao registro e à verificação da existência dos bens ou serviços adquiridos no desenvolvimento da programação de operações. O conceito de serviços inclui a prestação de serviços de consultoria nas diferentes fases do projeto; (iii) Sistema de Administração Financeira (SAF) que considera as Normas e Procedimentos relativos à administração dos fundos provenientes do financiamento ou da contribuição e da contrapartida local, à contabilidade integrada e aos relatórios financeiros.
- 4.6.** A Capacidade de Controle (CC) se manifesta de forma interna e externa. No primeiro caso, a Unidade ou Organismo Executor implanta dentro do contexto de suas atividades um sistema de controle interno e no segundo caso, em cumprimento às cláusulas contratuais vinculadas ao financiamento do projeto o Organismo executor submete suas Demonstrações Financeiras e outras informações relativas ao contrato a um exame de Auditoria Externa, realizado por empresa independente. A Capacidade de Controle é composta de dois subsistemas de avaliação: (i) o Sistema de Controle Interno (SCI) e (ii) o Sistema de Controle Externo (SCE). O SCI avalia os processos executados pelo pessoal da Unidade Executora de modo a proporcionar segurança, eficácia e eficiência das operações; confiabilidade da informação financeira e operacional e cumprimento da legislação aplicável. O SCE analisa o conjunto de atividades relacionadas com a seleção, contratação, execução e assimilação dos resultados dos serviços de Auditoria Externa, em cumprimento do Contrato de Empréstimo, com políticas e práticas definidas em guias específicos do BID.
- 4.7.** O FUNBIO atuará como o organismo executor financeiro do Projeto, viabilizando o repasse de recursos para os beneficiários, além de

operacionalizar e manter a execução financeira para a implementação das atividades do GEF Terrestre. Como beneficiários, os principais *stakeholders* são: (i) a Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF), representada pelo Departamento de Áreas Protegidas, que coordenará o GEF Terrestre através da Unidade de Coordenação de Projetos do Ministério do Meio Ambiente (UCP/MMA); (ii) o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); (iii) o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) e (iv), organizações estaduais e municipais de meio ambiente que vierem a aderir ao Projeto.

- 4.8.** O levantamento de dados para a avaliação institucional foi realizado na sede do FUNBIO. Nas reuniões realizadas, foram abordados os seguintes temas: (i) Estruturação e adequação da equipe para a coordenação, gestão e execução das ações do projeto; (ii) mecanismo e modelo institucional previsto para a execução do projeto e as relações institucionais previstas que deverão ser formalizadas; (iii) discussão sobre pontos abordados nos questionários do SECI e, (iv) levantamento e identificação de oportunidades para melhorar a capacidade institucional do FUNBIO para a execução do GEF Terrestre.
- 4.9.** A estrutura de execução do projeto, com a execução subordinada a um Gerente de Projetos (GP) e monitorada pelo PMO (Escritório de Projetos) no âmbito institucional do FUNBIO é apresentada em caráter preliminar e propositivo. O gerente de projetos no FUNBIO terá a função de coordenar, gerir, monitorar e supervisionar operacional e financeiramente a execução do Projeto. Na Figura 1 se apresenta esquema geral de execução do GEF Terrestre.

**Figura 1**  
**Estrutura de Execução do Projeto**



- 4.10.** O FUNBIO combina uma estrutura organização do tipo funcional no nível gerencial (hierarquia) e tipo matricial (equilibrada) no nível operacional, uma vez que os gerentes de projetos possuem grande autonomia na execução dos projetos, exceto no aspecto financeiro, e compartilham recursos horizontalmente. Os usos dos recursos são compartilhados entre os projetos e conforme a demanda são realizadas contratações adicionais de recursos humanos e materiais (aluguel de espaços físicos ou aquisição de equipamentos, por exemplo). Os novos membros integrados nas equipes técnicas dos projetos sempre ingressam no nível hierárquico mais baixo nas respectivas áreas, de modo que possam receber a capacitação adequada para execução das atividades. É comum a contratação de estagiários em diversas áreas operacionais, os quais são incorporados aos quadros do FUNBIO quando identificada a necessidade de ampliação do quadro funcional.
- 4.11.** A UCP/MMA, que exercerá a Coordenação Geral do Projeto, terá o Departamento de Áreas Protegidas (DAP) como área de Coordenação Técnica do Projeto. A UCP/MMA através será assessorada por um Comitê Consultivo composto por representantes nomeados pelas seguintes entidades: BID, SBF, ICMBio, JBRJ e FUNBIO. Este Comitê Consultivo terá como papel principal o acompanhamento da execução do GEF Terrestre, servindo de fórum para encaminhamento e resolução de entraves que possam prejudicar o cumprimento dos objetivos definidos no marco de resultados do Projeto.
- 4.12.** Para o que o Comitê cumpra plenamente suas funções, prevê-se inicialmente que seus representantes se reúnam regularmente a cada mês e, extraordinariamente quando se fizer necessário, com o objetivo de tomar conhecimento dos resultados alcançados no mês imediatamente anterior e discutir sobre o planejamento definido para o curto e médio prazo.
- 4.13.** Para os processos de aquisições do GEF Terrestre o FUNBIO poderá utilizar suas próprias Normas e Políticas de Aquisições, conforme previsto no Anexo IV das Políticas de Aquisições do BID (GN-2349-9 e GN-2350-9). Em algum momento na fase de planejamento da implantação do Projeto recomenda-se o alinhamento dos procedimentos para aquisições adotados pelo FUNBIO às Normas e Políticas de Aquisições do BID, incluindo capacitação, se necessário.
- 4.14.** Os desembolsos do empréstimo ingressarão em conta específica para o projeto no Banco do Brasil, em nome do FUNBIO. O FUNBIO deverá providenciar oportunamente a informação bancária específica, bem como prever a inclusão no Manual de Operações do Projeto (MOP) dos respectivos fluxogramas de processos e do esquema geral de execução contemplando as entidades participantes.

- 4.15.** O FUNBIO conta com serviços de auditoria externa contratada para auditar seus balanços financeiros anuais. Embora esta seja uma boa prática de governança, sugere-se que o FUNBIO faça a contratação de um serviço de auditoria externa exclusivo para auditoria das contas relacionadas ao Projeto GEF Terrestre. Esta recomendação é baseada no fato de que a auditoria das contas do FUNBIO verifica as contas dos projetos executados pelo Fundo por amostragem, o que adiciona um componente de risco indesejado à execução do GEF Terrestre. Os trabalhos realizados junto ao FUNBIO durante a Análise SECI permite avaliar que a entidade adota procedimentos de auditoria interna compatível com as necessidades do Projeto.
- 4.16.** Os perfis dos ocupantes dos cargos chave na estrutura de execução do GEF Terrestre pelo FUNBIO, tais como Gerente de PMO, Gerente de Projetos, Superintendente de Programas, Superintendente de Planejamento, Gerente de Aquisições e Auditor Interno estarão detalhados nos acordos de Cooperação Técnica que serão firmados entre o MMA e FUNBIO para o cumprimento do Plano de Aquisições e Contratações (PAC) que deverá obter a Não Objeção do Banco. Adicionalmente, haverá um instrumento de convênio de financiamento não-reembosável, que será firmado entre o FUNBIO e o BID.
- 4.17.** A análise do risco institucional foi desenvolvida através da Metodologia SECI e consolidou as informações obtidas no FUNBIO a partir da tabulação das entrevistas e informações coletadas, produzindo-se uma Matriz de Risco, cujos resultados servem como norteadores de um conjunto de ajustes institucionais a serem implantados no FUNBIO, com o objetivo minimizar os riscos inerentes à execução do GEF Terrestre.
- 4.18.** No Modelo SECI, o indicador “Desenvolvimento” informa o estágio atual do executor para cada um dos subsistemas avaliados, enquanto que o indicador “Risco” informa sobre o grau de risco que se incorre tendo em vista o atual estágio de desenvolvimento das capacidades institucionais. A escala para o indicador “Desenvolvimento” varia entre:
- (i) Não Desenvolvido (ND – 0/40);
  - (ii) Desenvolvimento Insuficiente (ID – 41/60);
  - (iii) Desenvolvimento Médio (MD – 61/80) e
  - (iv) Suficientemente Desenvolvido (SD – 81/100).
- 4.19.** Com relação à escala para os níveis de risco, tem-se:
- (i) Risco Alto (RA – 0/40);
  - (ii) Risco Substancial (RS – 41/60);
  - (iii) Risco Médio (RM – 61/80) e
  - (iv) Risco Baixo (RB – 81/100).

- 4.20. Na Figura 2 estão consolidados os resultados da avaliação realizada e o nível de risco institucional associado à execução do projeto pelo FUNBIO. O resultado geral da avaliação institucional do FUNBIO alcançou uma pontuação de 90,39%, indicando que nas circunstâncias atuais, a entidade apresenta desenvolvimento “Suficientemente Desenvolvimento” (SD) e “Risco Baixo” (RB), para desempenhar as atividades de execução do Projeto.

Figura 2  
FUNBIO – Matriz de Risco – Metodologia SECI

MATRIZ DE RISCO

Organismo Executor: FUNBIO\_Revisão Consultor

Operação: PROJETO GEF TERRESTRE

Capacidade		QUANTIFICAÇÃO			DESENVOLVIMENTO	NÍVEL DE RISCO
	Sistema	Qualificação	IR	Ponderação	(ND, ID, MD, SD)	(RA, RS, RM, RB)
CPO	SPA	40,00	50%	20,00	ND	RA
	SOA	95,00	50%	47,50	SD	RB
Total				67,50	MD	RM
CE	SAP	100,00	30%	30,00	SD	RB
	SAB	96,77	30%	29,03	SD	RB
	SAF	97,22	40%	38,89	SD	RB
Total				97,92	SD	RB
CC	SCI	100,00	80%	80,00	SD	RB
	SCE	90,91	20%	18,18	SD	RB
Total				98,18	SD	RB

Total	QUANTIFICAÇÃO			DESENVOLVIMENTO	NÍVEL DE RISCO
	Qualificação	IR	Ponderação	(ND, ID, MD, SD)	(RA, RS, RM, RB)
CPO	67,50	25%	16,88	MD	RM
CE	97,92	45%	44,06	SD	RB
CC	98,18	30%	29,45	SD	RB
Total			90,39	SD	RB

Preparado por: Luiz Claudio S. Faria\_Revisão 1

Data: 31/05/2016

- 4.21. A Capacidade de Programação de Organização (CPO) representa a habilidade para desenvolver processos de planejamento e determinar responsabilidades sobre a administração dos recursos, de tal forma que se logre uma dinâmica apropriada no exercício das atribuições e na oportunidade e qualidade das comunicações. Como pode se observa na Matriz de Risco, a CPO é composta por dois subsistemas: (i) Sistema de Planejamento (SPA) e (ii) Sistema de Organização Administrativa (SOA).
- 4.22. Para o sistema CPO a análise das capacidades do FUNBIO alcançou índice ponderado de conformidade de 67,50%, indicando Desenvolvimento e Risco Médios. De forma individual, para o subsistema SPA, a análise atingiu pontuação de 40% pontos, que equivale a um Sistema Não Desenvolvido (ND) no Modelo SECI. As causas do baixo índice de aderência ao Modelo SECI se fundamentam no fato do Projeto ainda estar em fase de preparação.

Consultor: Luiz Claudio de Souza Faria - Vendor #518840

Essencialmente, ainda não estão disponíveis os instrumentos de planejamento e controle para execução do Projeto, tais como: a Estrutura Analítica do Projeto (EAP), o Plano de Execução Plurianual (PEP), o Plano Operativo Anual (POA), o Plano de Aquisições (PA) e a estruturação do Progress Monitoring Report (PMR) com base na Matriz de Resultados. O desenvolvimento e validação dessas ferramentas de planejamento deveriam estar concluídos antes do início da execução do Projeto.

- 4.23.** O subsistema SOA (Organização Administrativa) alcançou pontuação de 95%, demonstrando-se Suficientemente Desenvolvido (SD) e Risco Baixo (RB). A não conformidade encontrada diz respeito à necessidade de contratação adicional de pessoal pelo FUNBIO para a execução do GEF Terrestre, embora o FUNBIO conte atualmente com pessoal suficiente para a execução dos projetos em carteira.
- 4.24.** A Capacidade de Execução (CE) representa a habilidade para alcançar os resultados planejados ou programados. Em termos gerais, o Banco espera que as Unidades Executoras (UE) disponham de sistemas de administração apropriados para a execução, como por exemplo, um sistema de administração financeira ou um sistema de administração de pessoal. Como pode ser observado na Matriz de Risco, a CE do FUNBIO alcançou 97,92% de conformidade, indicando que a CE se encontra Suficientemente Desenvolvida (SD) e apresenta Risco Baixo (RB) para a execução do Projeto.
- 4.25.** O Subsistema de Administração de Pessoal (SAP) encontra-se em estágio Suficientemente Desenvolvido (SD) e apresenta Risco Baixo para a execução do Projeto e alcançou índice de conformidade de 100,00% (ver detalhe das respostas ao questionário no Anexo 1).
- 4.26.** O Subsistema de Administração de Bens e Serviços (SAB), bem como o Subsistema de Administração Financeira (SAF) receberam alta pontuação, sendo de 96,77% para o SAB e 97,22% para o SAF, contribuindo decisivamente para a elevação do grau de conformidade geral do FUNBIO, uma vez que o grupo de subsistemas que compõem a chamada Capacidade de Execução (CE) possui maior peso na ponderação geral de risco da Metodologia SECI.
- 4.27.** O SAB indicou Suficiente Desenvolvimento (SD), o que representa risco baixo (RB) para a execução do Projeto. A não conformidade para o subsistema SAB diz respeito à falta de treinamento/capacitação dos técnicos do FUNBIO com relação às normas e políticas de aquisições adotadas pelo Banco. Para mitigar este risco, sugere-se que o Banco apoie o FUNBIO com capacitação nas normas e políticas de aquisições (GN-2349-9 e GN2350-9) durante a conclusão dos instrumentos de planejamento para execução do Projeto. Ressalta-se que o FUNBIO tem executado duas CTs com o Banco: "Planejamento e Fortalecimento Institucional do Gestor do Fundo de Transição para o Programa

Consultor: Luiz Claudio de Souza Faria - Vendor #518840

de Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) para a vida" - Cooperações Técnicas BR-T1287 e BR-T1293. O FUNBIO tem aplicado suas próprias Normas e Políticas de Aquisições para execução das CTs, conforme previsto no Anexo IV das Políticas e Aquisições do BID.

- 4.28.** Com respeito ao Subsistema de Administração Financeira (SAF), verifica-se alcança um índice de conformidade de 97,22%, indicando que está suficientemente desenvolvimento (SD) e que representa baixo risco (RB) para a execução do Projeto. O FUNBIO conta com um sistema do tipo *Enterprise Resource Planning* (ERP-RM) implantado e operante para a administração de recursos humanos, orçamento, contabilidade, administração financeira e organizacional, que está integrado ao Sistema Cérebro, o que permite realizar a gestão dos projetos de forma independente dos processos administrativos próprios do FUNBIO.
- 4.29.** O Cérebro é estruturado em uma plataforma web com dados de execução do orçamento planejado e o ERP Totv's/RM com seus diversos módulos (Nucleus – procurement, compras e contratos; Fluxus – financeiro, contas a pagar e tesouraria; Saldus – contábil; Labore – recursos Humanos e folha de pagamento; Bonun – ativo permanente, imobilizado) que garantem o registro das operações e alimentam o Cérebro com os valores reais das demandas (solicitações feitas a compras) por pagamentos. Adicionalmente do Totv's/RM extrai-se relatórios de despesas dos projetos que são auxiliares e anexos das prestações de contas. O Sistema Cérebro permite a customização de planos de contas por projeto, bem como a emissão de relatórios gerenciais de acompanhamento e controle dos projetos gerenciados pelo FUNBIO de forma individualizada e descentralizada, de forma que o uso integrado do ERP Totv's/RM com o Cérebro atendem os requisitos de gestão financeira do Projeto. A customização necessária para atender os requisitos de gestão do GEF Terrestre não deverá demandar grandes esforços da área de Tecnologia da Informação (TI) do FUNBIO, uma vez que o Cérebro é um sistema desenvolvido pelo próprio FUNBIO. A customização deverá se concentrar no cadastramento do Plano de Aquisições e Contratações-PAC específico para o o GEF Terrestre e no Plano de Contas do projeto. A não conformidade verificada está relacionada à pouca familiarização dos técnicos com os procedimentos adotados pelo Banco para preparação de solicitação de desembolsos. Sugere-se que estes procedimentos façam parte de uma breve capacitação com apoio do Banco durante a finalização dos instrumentos de planejamento do GEF Terrestre, já mencionados anteriormente no item 4.27.
- 4.30.** A Capacidade de Controle (CC) se manifesta de forma interna e externa. No primeiro caso, a Unidade ou Organismo Executor implanta dentro do contexto de suas atividades um sistema de controle interno e em segundo caso, em cumprimento ao contrato de empréstimo, o Organismo Executor submete suas

demonstrações financeiras e outras informações relativas ao contrato a um exame de Auditoria Externa, realizado por firma independente. No caso do FUNBIO, chamada Capacidade de Controle alcançou o grau de conformidade de 98,18%, indicando que o sistema de controle está suficientemente desenvolvido (SD) e risco baixo (RB).

- 4.31.** O Subsistema de Controle Interno (SCI) apresenta conformidade de 100%, portanto é suficientemente desenvolvido (SD) e apresenta risco baixo (RB) (ver respostas detalhadas no Anexo 1).
- 4.32.** Quanto ao Subsistema de Controle Externo (SCE), a análise realizada identificou que este se apresenta com Suficiente Desenvolvimento (SD) e Risco Baixo (RB), com índice de conformidade igual a 90,91%. A não conformidade verificada refere-se ao fato de que a Auditoria Externa atualmente contratada avalia as demonstrações financeiras anuais do FUNBIO juntamente com os processos relacionados à execução de todos os projetos gerenciados pela entidade. Sendo assim, entende-se que no modelo atual, a auditoria do GEF Terrestre faria parte de um contexto amostral no grupo de projetos executados pelo FUNBIO. Neste sentido, recomenda-se o projeto GEF Terrestre deveria contar com Auditoria Externa exclusiva, de modo a atender as normas e procedimentos do BID para Auditoria Externa do Projeto. A oportunidade de melhoria neste caso estaria na contratação de empresa de auditoria externa, diferente daquela já contratada pelo FUNBIO, para verificar exclusivamente as contas e movimentações do Projeto durante seu período de execução.

## 5. Contexto Operacional<sup>1</sup>

- 5.1.** Em 2014, o FUNBIO ultrapassou a cifra de meio bilhão de dólares administrados ao longo de 18 anos. Nessa trajetória, apoiou 207 projetos e 282 áreas protegidas no Brasil. Também em 2014, após três anos de rigorosa avaliação e investimentos em fortalecimento institucional, o FUNBIO foi credenciado como a primeira agência nacional implementadora do GEF – Global Environment Facility – na América Latina, unindo-se assim a um seleto grupo de agências do GEF no mundo.
- 5.2.** Ao fim do exercício de 2014 o FUNBIO apresenta a gestão de ativos no montante total de R\$ 464 milhões (2013: R\$ 369 milhões), sendo que, R\$ 446 milhões são recursos de terceiros vinculados a projetos (2013: 353 milhões) e R\$ 15 milhões em um fundo de recursos da própria entidade (2013: R\$ 14,5 milhões). No mesmo período o total de recursos de projetos executados atingiu

---

<sup>1</sup> Informações literalmente transcritas das demonstrações financeiras do FUNBIO para o exercício fiscal de 2014, auditadas pela Mazars Auditores Independentes. Ver Anexo 2. As Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras auditadas são importantes fontes de informação para compreensão da sustentabilidade financeira do Fundo.

Consultor: Luiz Claudio de Souza Faria - Vendor #518840

R\$ 55 milhões (2013: R\$ 58 milhões). As despesas operacionais sofreram um acréscimo de 6% no ano, atingindo R\$ 11,8 milhões (2013: R\$ 11,1 milhões).

- 5.3.** A governança do FUNBIO ocorre através do Conselho Deliberativo (CD), que reúne 16 membros dos setores acadêmico, ambiental, empresarial e governamental, e é responsável pela definição da estratégia e pela direção geral do FUNBIO. Reúne-se três vezes ao ano, e avalia rumos estratégicos e gestão institucional. O Conselho Consultivo (CC) é integrado por 34 ex-conselheiros e lideranças convidadas, e atua no aconselhamento técnico. Reúne-se uma vez ao ano e pode integrar comissões técnicas de Projetos. A Comissão de Finanças e Auditoria (CFA), formada por membros do CD e do CC, assessora o Conselho Deliberativo na orientação da gestão, aprovação de orçamentos e planos de investimentos da instituição. A Comissão de Gestão de Ativos, formada por membros da CFA e por convidados especialistas do mercado financeiro, apoia na tomada de decisão sobre política de investimentos dos fundos e aplicações financeiras da entidade.

## 6. Conclusões

- 6.1.** As propostas delineadas para reforçar capacidade institucional do FUNBIO podem ser sintetizadas pelo seguinte conjunto de ações:
- a) Preparar e validar os instrumentos de planejamento e controle para execução do Projeto, tais como: a Estrutura Analítica do Projeto (EAP), o Plano de Execução Plurianual (PEP), o Plano Operativo Anual (POA), o Plano de Aquisições (PA) e a estruturação do Progress Monitoring Report (PMR) com base na Matriz de Resultados. O desenvolvimento e validação dessas ferramentas de planejamento deveriam estar concluídos antes do início da execução do Projeto.
  - b) Treinar/capacitar os técnicos do FUNBIO com relação às normas e políticas de aquisições adotadas pelo Banco. Sugere-se que o Banco apoie o FUNBIO com capacitação nas normas e políticas de aquisições durante a fase de conclusão dos instrumentos de planejamento para execução do Projeto. Ressalta-se que o FUNBIO tem executado uma Cooperação Técnica com o Banco e tem aplicado regras do BID para aquisições, mas os montantes financeiros da CT são muito inferiores aos que serão manejados na execução do GEF Terrestre.
  - c) Sugere-se breve capacitação dos técnicos do FUNBIO nos procedimentos de preparação de solicitação de desembolsos de recursos do Projeto, assim como a apresentação de modelos de relatórios financeiros, relatórios de andamento e relatórios semestrais.

- d) Recomenda-se que o GEF Terrestre deveria contar com Auditoria Externa exclusiva, de modo a atender as normas e procedimentos do BID para Auditoria Externa do Projeto. A oportunidade de melhoria neste caso estaria na contratação de empresa de auditoria externa, diferente daquela já contratada pelo FUNBIO, para verificar exclusivamente as contas e movimentações do Projeto durante seu período de execução.
- 6.2.** A análise de risco para a capacidade de gestão do Projeto indicou que o FUNBIO possui as qualificações, a *expertise*, os recursos humanos e materiais necessários para a execução do Projeto de forma satisfatória, assim como uma estrutura de governança corporativa suficientemente desenvolvida que permite manter os riscos financeiros da operação sob estrito controle.
- 6.3.** Com relação à capacidade financeira, *“o Fundo de Recursos do FUNBIO - FRF tem por objetivo complementar as necessidades de caixa da instituição quando necessário. A orientação estratégica do Conselho Deliberativo é no sentido de diminuir a dependência da instituição sobre o FRF. Em 2013, assim como ocorreu no exercício de 2012, o FUNBIO atingiu um equilíbrio entre suas despesas e receitas, não precisando recorrer ao FRF. A busca pela sustentabilidade financeira da organização continua com o incremento do número de projetos e racionalização no emprego dos recursos gerados. O FRF é a garantia de continuidade das atividades do FUNBIO em momentos que exijam o investimento de recursos próprios. A gestão dos ativos do FRF é acompanhada pela Comissão de Gestão de Ativos do FUNBIO e administrada pela Pragma Gestão de Patrimônio<sup>2</sup>”*.

---

<sup>2</sup> Nota Explicativa 13 – Demonstrações Financeiras Auditadas 2014.  
Consultor: Luiz Claudio de Souza Faria - Vendor #518840

## 7. Anexo 1 – Questionário Modelo SECI

Questionário para analisar o Sistema de Programação de Atividades (SPA)	SIM	NÃO	N/A
<b>1. As responsabilidades e funções de Planejamento e Programação estão adequadamente definidas e designadas entre o pessoal da Entidade?</b>	1		
Sim. A Superintendência de Planejamento e Gestão do Funbio, que responde à Secretária Geral, é responsável por conduzir e orientar as atividades gerais de planejamento e programação da instituição. A função de planejamento representa um exercício de toda a instituição, com a participação ativa de pessoal de diferentes áreas e níveis. Os gerentes de projetos (Superintendência de Gestão de Programas) geram informações e estimativas específicas dos projetos sob sua gestão, e contam com o apoio dos pontos focais financeiros para ordenar estes levantamentos. O PMO fornece as informações referentes ao Pipeline de Projetos e a área de Sustentabilidade Financeira consolida todas essas informações para o planejamento do próximo ano. Documentos: 1) Mensagem da Secretária Geral e cronograma de planejamento para 2016; 2) Organograma; 3) Mapeamento de Competências. Do ponto de vista do FUNBIO, os coordenadores de área participam na elaboração do orçamento anual da instituição.			
<b>2. Existem procedimentos de programação definidos, tais como: manuais, formatos, modelos e metodologias para a preparação dos Planos e Programas, assim como seu esquema de aprovação e modificação?</b>		1	
O Funbio possui um conjunto de políticas e respectivos procedimentos operacionais enfocando o ciclo de projetos na instituição (ciclo de projetos, análise e seleção de projetos, avaliação de risco, salvaguardas, monitoramento, etc), que foram desenvolvidos como parte do processo de acreditação do Funbio como agência implementadora do GEF. Esses documentos serão revisados caso sejam necessários ajustes durante a implementação do primeiro projeto aprovado do Funbio Agência GEF. Essas políticas e procedimentos são usados nos demais projetos, quando aplicável. Além disso, estão sendo revisadas versões que contemplam as diferentes tipologias de projetos apoiados pelo Funbio (execução direta, desembolso) bem como sua escala/valor/duração. Alguns Programas/Projetos possuem metodologias próprias de planejamento, que podem refletir requerimentos dos doadores e/ou dinâmicas próprias já estabelecidas (e.g. Programa ARPA - Manual Operacional Fase II, Item 2.3, pág. 28). Documentos: 1) Instrução para o Ciclo de Projetos (e os documentos ali referenciados); 2) Análise (Appraisal) e Seleção de Projetos no Funbio; 3) Diretrizes para a Gestão de Riscos de Projetos Funbio; 4) Política de Salvaguardas Ambientais e Sociais do Funbio; 5) Política de Avaliação de Projetos e Programas; 6) Manual Operacional para Projetos do Funbio; 7) Manual de Execução de Projetos TFCA; 8) Programa Arpa - Manual Operacional Fase II			
Embora existam processos e procedimentos de planejamento e programação internos, o Funbio não conhece as ferramentas de planejamento utilizadas pelo BID, notadamente a Estrutura Analítica do Projeto (EAP), o Plano de Execução Plurianual (PEP), o Plano Operativo Anual (POA) e Plano de Aquisições (PA). - Resposta modificada SIM para NÃO			
<b>3. Foram desenhados mecanismos ou procedimentos de monitoramento e seguimento que permitam identificar o cumprimento dos Planos e Programas, incluindo: o cumprimento de indicadores; a existência de eventuais desvios entre as atividades programadas e executadas, e a preparação de informes periódicos de execução?</b>		1	
O PMO atualiza e disponibiliza uma ferramenta de acompanhamento de projetos que reflete a execução dos Programas/Projetos, bem como consolida indicadores estratégicos apresentados ao Conselho Deliberativo (CD) do Funbio. São também fornecidos informes periódicos para o CD, para a Secretaria Executiva e para a Coordenação do Funbio. Além destes, o Funbio conta com procedimentos específicos de monitoramento e avaliação de projetos (Política de avaliação de projetos), e também segue as metodologias específicas dos doadores. SISTEMA CEREBRO permite inclusive que os beneficiários acompanhem os avanços do projeto. Documentos: 1) Política de Avaliação de Projetos e Programas; 2) Indicadores estratégicos			
Embora os sistemas internos permitam o acompanhamento e controle da execução dos projetos, o Funbio teria que implantar uma ferramenta de monitoramento do projeto equivalente ao PMR - Project Monitoring Report do BID - Resposta modificada SIM para NÃO			
<b>4. Foi preparado um Programa de Operações Anual (POA) ou documento equivalente, consistente com o Planejamento Geral?</b>			1
O POA do Funbio compreende um conjunto de POAs individuais para cada Programa/Projeto, sob o guarda chuva do planejamento institucional que abrange as diversas áreas da instituição. Todos os POAs são inseridos no sistema Cérebro, que contém fluxos de aprovação específicos para cada Programa/Projeto bem como para o planejamento institucional. Incluir nos comentários o tema do POA/BID.			
O Funbio teria que implantar uma ferramenta de planejamento equivalente ao POA/BID - Resposta modificada de SIM para NÃO SE APLICA em virtude do projeto ainda estar em fase de preparação e o POA depender dos demais instrumentos de planejamento (EAP, PEP, PA).			
<b>5. Com os objetivos gerais e específicos (componentes) e as metas (indicadores)?</b>		1	
Para cada Programa/Projeto é realizado um planejamento para toda sua duração, em conjunto com os parceiros, que visa o alcance dos objetivos e metas de cada Programa/Projeto. Além disso, são elaborados POAs (anuais ou bianuais) que têm como base os objetivos a serem alcançados naquele período. O PA também é elaborado anualmente com horizonte de 18 meses. Tanto o planejamento multianual quanto os POAs são estruturados conforme o requerimento/objetivos/metade de cada Programa/Projeto (por exemplo, subdividido em componentes, subcomponentes, atividades, tarefas, e insumos). Dessa forma os POAs refletem os objetivos e metas do Programa/Projeto, tanto tecnicamente quanto financeiramente. Documentos: 1) Sistema Cérebro; 2) Programa ARPA - Manual Operacional Fase II, Item 2.3, pág. 28.			
O Funbio teria que implantar e monitorar via PMR a Matriz de Resultados do Projeto - Resposta modificada SIM para NÃO			
<b>6. Com as atividades ou tarefas que são necessárias realizar para alcançar os objetivos e metas?</b>		1	
Sim. Idem resposta anterior. Adicionalmente, a cada dois anos são promovidas Oficinas de Planejamento com as entidades parceiras para replanejar os projetos.			
O Funbio teria que implantar e monitorar a EAP - Estrutura Analítica do Projeto ao nível de pacotes de trabalho - Resposta modificada de SIM para NÃO			
<b>7. Um diagrama ou fluxograma que apresente a ordem necessária e interdependência das atividades para alcançar os objetivos?</b>		1	
Sim. O PMO acompanha a execução de atividades dos projetos. No caso de projetos de desembolso, é também elaborado um cronograma de execução para cada projeto apoiado. Além destes, a utilização da ferramenta MS Project está sendo disseminada na instituição.			
A partir da EAP o Funbio terá que estabelecer juntamente com o MMA a lógica de execução do Projeto. O software MS Project Server está em fase de avaliação pelo Funbio para implantação em curto prazo e facilitará a elaboração da EAP e do fluxograma de interdependência entre as atividades do Projeto - Resposta modificada de SIM para NÃO			



<b>8. O tempo estimado para realizar cada atividade ou tarefa?</b>		1	
O PMO realiza o acompanhamento do prazo estimado para cada atividade ou tarefa por meio da ferramenta de acompanhamento de projetos (Dashboard). Além disso se encontra em andamento a integração da ferramenta MS Project Server.			
O cronograma com o tempo de duração das atividades depende da EAP. Este planejamento deverá ser executado antes de iniciar a execução do projeto. Resposta modificada de SIM para NÃO			
<b>9. Os Responsáveis por executar ou coordenar as atividades ou tarefas?</b>	1		
Sim. Cada Programa/Projeto possui uma equipe técnica e financeira designada, cuja composição é informada aos parceiros e doadores. As atribuições de cada membro da equipe diretamente envolvida na execução do projeto, bem como das áreas de suporte do Funbio, está descrita no Mapeamento de Competências da instituição, de acordo com seu cargo/função. A ferramenta de acompanhamento de projetos do PMO também indica os responsáveis pelos Programas/Projetos.			
Embora ainda não haja definição dos responsáveis, existem as áreas técnicas específicas para assumir as respectivas responsabilidades. Resposta não modificada.			
<b>10. Os indicadores de resultados e meios de verificação permitem medir o alcance das metas previstas?</b>	1		
Sim. O Funbio segue os instrumentos requeridos pelo doador para verificação do avanço no alcance das metas dos projetos. É também realizada uma análise das relatorias submetidas pelos projetos executados por outras instituições, conforme Manual de Projetos do Funbio. O Funbio também possui uma Política de Avaliação de Projetos e Programas, alinhada com os requerimentos do GEF, e alguns projetos possuem metodologias específicas para esse fim (e.g. ARPA - FAUCs - Ferramenta de Avaliação das UCs).			
Embora o Funbio não tenha conhecimento da Matriz de Resultados, a entidade está capacitada com áreas técnicas específicas para assumir as respectivas responsabilidades. Resposta não modificada.			
<b>11. Os riscos (supostos) para o êxito da programação e as ações necessárias para preveni-los ou mitigá-los?</b>	1		
Sim. O Funbio segue as avaliações de risco realizadas pelos doadores e suas recomendações/requerimentos. Além disso o Funbio possui políticas de avaliação de risco e também de salvaguardas, que são acionadas quando aplicável. A auditoria interna também exerce um papel importante na identificação e mitigação de riscos associados aos procedimentos e operações do Funbio na gestão de projetos.			
Embora o Funbio não tenha conhecimento da Matriz de Riscos, a entidade está capacitada com áreas técnicas específicas para assumir as respectivas responsabilidades. Resposta não modificada.			
<b>12. Estão sendo emitidos os informes sobre o avanço dos POA, de acordo com o previsto nas políticas previamente acordadas?</b>			1
Embora o Projeto esteja em fase de preparação, o Funbio segue as regras contratuais bem como aquelas contidas nos manuais dos projetos, enviando relatórios conforme os prazos acordados. O controle do envio dos informes/relatórios é feito não somente pelas equipes de cada projeto (técnica e financeira), mas também pelo PMO por meio da ferramenta de acompanhamento de projetos.]			
Resposta modificada para Não se Aplica em virtude do projeto não ter sido iniciado.			
<b>13. Quando nos informes se identificam não cumprimentos ou riscos apreciáveis de eficácia, se formalizaram ações para administrar estes riscos e melhorar a probabilidade de execução?</b>			1
Embora o Projeto esteja em fase de preparação, o Funbio realiza durante as avaliações periódicas, revisões de meio termo ou avaliações independentes, os Programas/Projetos são passíveis de serem reestruturados ou adequados para assegurar sua execução e alcance de seus objetivos, conforme os requerimentos específicos de cada doador ou regras do Funbio. Documentos: 1) Probio II]			
Resposta modificada para Não se Aplica em virtude do projeto não ter sido iniciado.			
<b>14. Na prática, a execução é uma demonstração da implantação das ações mencionadas anteriormente?</b>			1
Sim. Idem resposta anterior. Probio II é um exemplo dessa prática. A reprogramação inicial permitiu realizar acima do previsto inicialmente.			
Resposta modificada para Não se Aplica em virtude do projeto não ter sido iniciado.			
<b>15. Se apresentadas modificações nos POA, se dispõe de evidência que justifique tais mudanças?</b>			1
Sim. Os POAs inseridos no sistema Cérebro requerem um fluxo de aprovação para a consecução de quaisquer alterações. Além disso, para solicitar quaisquer alterações é obrigatório inserir uma justificativa para as modificações propostas. Essas justificativas, bem como as alterações no POA, ficam registradas no sistema.]			
Resposta modificada para Não se Aplica em virtude do projeto não ter sido iniciado.			
<b>16. Dispõe-se de evidência formal de que as mudanças nos POA foram aprovadas pelo Banco?</b>			1
Sim. Por meio da aprovação do Plano de Aquisições. As N.O. dos doadores são as evidências			
Resposta modificada para Não se Aplica em virtude do projeto não ter sido iniciado.			
<b>TOTALIZAÇÃO</b>	4	6	6
	40,00		

Questionário para analisar o Sistema de Organização Administrativa	SIM	NÃO	N/A
<b>1. Dispõe de um Manual de Organização (MO) ou instrumento equivalente?</b>	1		
O Funbio não implementou um manual de organização formal. É o Estatuto Social do Funbio, que estabelece a estrutura de governança global da Instituição seguindo a legislação nacional aplicável às "Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público". Em particular, nos termos da Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999.			
<b>2. Existem procedimentos para a atualização e validação periódica do MO?</b>	1		
Em adição a pergunta anterior, o Funbio desenvolveu e implementou um "Manual do Funcionário", que, em sua Seção 2 apresenta o organograma ou estrutura organizacional da Instituição, seguindo-se uma descrição de sua estrutura de governança. Em particular, o documento descreve as funções, a estrutura e a composição das instâncias internas. Sendo estas, o Conselho Deliberativo e suas comissões, bem como a estrutura operacional e administrativa sob a Secretária-Geral. O "Manual do Funcionário" é oficialmente aprovado pelo Conselho Deliberativo e prevê revisões a critério da Secretária Geral.			
<b>3. O MO inclui as funções, responsabilidades e autoridade para o desempenho de cada cargo?</b>	1		
O Manual do Funcionário não possui este nível de detalhamento. Entretanto, o Funbio elaborou o documento intitulado "Mapeamento de Competências" que faz parte dos procedimentos formais da área de Recursos Humanos. Neste documento são descritos o perfil profissional, as funções, responsabilidades e autoridade para o desempenho de cada cargo.			
<b>4. O MO inclui a descentralização e delegação de autoridade e de funções aos níveis inferiores?</b>	1		
Sim. Isto pode ser observado no organograma do Funbio, que mostra graficamente a estrutura organizacional da instituição, incluindo os níveis de autoridade e delegação de funções entre os diversos níveis em tal estrutura. O Funbio é caracterizado pela presença de uma estrutura plana, refletindo a presença de equipes de profissionais em cada uma das unidades administrativas e operacionais da Superintendência de Programas e da Superintendência de Planejamento e Gestão.			
<b>5. As funções manuais foram designadas de tal forma que se mantenha independência entre os encarregados de autorizar, executar, registrar transações e custodiar bens e valores?</b>	1		
A estrutura do Funbio e correspondente delegação de autoridade e responsabilidades, claramente apresenta uma separação de instâncias internas e posições com base em normas concretas de controle interno e diretrizes e, em particular, no que diz respeito a várias áreas de operações, compras, orçamento, pagamentos e outros. Ainda são reforçados pelos procedimentos definidos pela AI.			
<b>6. O MO e o Organograma, e as funções, foram divulgados a todo o pessoal vinculado?</b>	1		
Ambos, o organograma e o Manual do Funcionário do Funbio são oficialmente entregues aos novos empregados durante o processo de contratação e distribuídos e divulgados aos empregados existentes através do sistema da intranet da Instituição, onde a versão mais atualizada é mantida assim que aprovada pelo Conselho Deliberativo.			
<b>7. Se assim for, cada empregado assinou documento em que expressa que conhece e entende suas funções e responsabilidades?</b>	1		
Sim. O Funbio implementou a assinatura de um "Termo de Compromisso". Neste termo os funcionários atestam conhecimento, entendimento e aderência às normas descritas no Manual do Funcionário e no Código de Ética. Este termo foi assinado por todos os funcionários existentes no momento da sua implementação e passou a ser inserido no processo de contratação de novos funcionários.			
<b>8. O MO e o Organograma estão devidamente autorizados pelo Conselho Diretor ou autoridade competente relacionada com o Organismo Executor (OE)?</b>	1		
Sim. O organograma, como parte do Manual do Funcionário, requer a aprovação do Conselho Deliberativo de acordo com o Estatuto do Funbio. O mais recente documento foi atualizado pela Instituição e aprovado na sua 3ª edição pelo Conselho Deliberativo a partir de abril de 2016.			
<b>9. Estão formalizadas as áreas de desempenho e sua relação funcional (Diretoria, Finanças, Pessoal, Compras, Produção de bens e serviços, etc.)?</b>	1		
Sim. O organograma do Funbio mostra efetivamente as áreas internas de atividade e as relações funcionais, a responsabilidade geral pelas funções operacionais e administrativas, além da implementação da estratégia da instituição e as decisões que emanam do Conselho Deliberativo que se apoiam na posição da Secretária-Geral ou Chief Executive Officer (CEO). Duas instâncias principais reportam-se diretamente a CEO: Superintendência de Programas e Superintendência de Planejamento e Gestão.			
<b>10. Os níveis de autoridade e supervisão?</b>	1		
Sim. O organograma apresenta dois níveis de autoridade e supervisão no âmbito da CEO. Em primeiro lugar, as relacionadas com as funções consultivas (Agência GEF, Assessoria de Comunicação e Marketing, Assessoria Jurídica, Auditoria Interna e PMO escritório de projetos). Em segundo lugar as funções das unidades operacionais que se encontram abaixo da Superintendência de Programas e Superintendência de Planejamento e Gestão.			
<b>11. Os níveis de assessoramento (sem responsabilidade de linha)?</b>	1		
Sim. Conforme indicado na pergunta anterior, a estrutura organizacional do Funbio compreende quatro instâncias internas com responsabilidades de assessoramento a CEO, a saber, Agência GEF, Assessoria de Comunicação e Marketing, Comunicação, Assessoria Jurídica, Auditoria Interna e PMO escritório de projetos.			
<b>12. As linhas de comunicação?</b>	1		
O organograma mostra as linhas de comunicação com base em níveis hierárquicos, funções e dependência dentro do Funbio. No entanto, é importante notar que a Instituição é caracterizada por uma estrutura muito plana cujas instâncias internas são organizadas em equipes de profissionais com base em funções responsabilidades e apoio similares.			
<b>13. Desenham-se e se aprovaram perfis dos cargos necessários para o cumprimento das funções, incluindo os dos Consultores? (Qualidades acadêmicas e de experiência)</b>	1		
Com o desenvolvimento de um documento descritivo de cargos e responsabilidades o Funbio entende que já possui a descrição das funções que serão desempenhadas no projeto. O que pode variar são as atribuições esperadas deste funcionário para atingimento aos objetivos do projeto.			
<b>14. Estes perfis estão associados com níveis de remuneração equivalentes ao valor de mercado?</b>	1		
Sim.			

15. O clima organizacional é um reflexo do previsto no MO? (Levar em conta as declarações de debilidades e forças de quem apresenta este subsistema e as impressões obtidas das distintas entrevistas).	1		
Sim. O Funbio entende que uma avaliação periódica da sua estrutura organizacional faz parte de um processo de planejamento estratégico. A medida que seu mandato evolui, bem como o escopo e o alcance das suas atividades, se faz necessário realizar algumas adaptações nesta estrutura, de maneira a manter a tomada de decisão gerencial e operacional adequada e oportuna. Como parte desta evolução da estrutura organizacional, o Funbio reestruturou seu organograma em 2015			
16. A delegação de funções permite que cada nível tome decisões e exerça as funções e responsabilidades que lhes foram designadas?	1		
Sim. Existe uma adequada segregação de funções a partir da CEO para as duas Superintendências e para as áreas operacionais abaixo delas. Isso inclui a delegação de poderes de tomada de decisão com base em níveis hierárquicos, e de acordo com descrições e exigências de cada cargo. A estrutura institucional plana também facilita o processo de tomada de decisão na forma de um sistema descentralizado, baseado em equipe.			
17. Definiu-se e formalizou o caráter administrativo (autonomia), organizacional e jurídico do Organismo Executor, e caso havendo dos Co-executores?	1		
O Funbio foi criado em 1995 como uma associação civil sem fins lucrativos, sob a égide da Lei Federal nº 9.790 de 23 de Março, de 1999, que dá direito a instituição como uma "Organização da Sociedade Civil de Interesse Público" (OSCIP). Neste contexto, o Funbio tem adotado estatutos claros. Seu "Estatuto Social" adapta-se a essa legislação em termos de mandato, autonomia, escopo de atividades, administração e governança.			
18. Dotou-se o OE dos mecanismos legais e financeiros para seu desempenho autônomo ou independente?	1		
O Funbio tem implementado os mecanismos financeiros e instrumentos necessários para sustentar suas operações, mantendo sua independência e autonomia operacional baseadas nas diretrizes estabelecidas no seu Estatuto Social e nos atributos conferidos pela Lei nº 9.790, e com base na autorização concedida pelo Ministério da Justiça.			
19. O MO e o Organograma do OE e seus componentes foram desenhados de acordo com o que se requer para as necessidades estabelecidas na Programação e no POA?	1		
Os POAs são elaborados levando em consideração a estrutura institucional do Funbio, de modo a garantir a resposta necessária à execução dos projetos e outros requisitos operacionais e administrativos, segregando-se em áreas específicas para coordenação técnica e financeira. Além disso, o Funbio tem a flexibilidade necessária para se adaptar de forma eficaz às mudanças de condições no que diz respeito ao número e ao alcance dos seus programas e projetos em determinados momentos. Tanto através da contratação de pessoal temporário, quanto pela realocação de seus recursos humanos.			
20. Estão sendo cumpridas as funções e responsabilidades especificadas no informe de projeto para a execução do mesmo?			1
N/A. O programa está em preparação e a estrutura de execução (UCP) será formalizada no momento oportuno.			
21. Na prática, todas as Unidades Organizacionais estão em funcionamento e com o pessoal previsto?		1	
O Funbio tem hoje uma equipe de 76 funcionários em tempo integral distribuídos por toda a organização. Cada umas das instâncias internas que fazem parte da estrutura organizacional da Instituição está dotada de pessoal necessário. (inclui temporários)			
Embora o Funbio conte o pessoal necessário para execução dos projetos em andamento, muito provavelmente a execução do GEF Terrestre implicará em contratações adicionais no curto prazo, razão pela qual a resposta foi modificada de SIM para NÃO			
22. Se se aplica, foi preparado um RO ou RC, que conte com a aprovação prévia do Banco?			1
Não se aplica. Em fase de elaboração da minuta			
23. O RO /RC se formalizou e divulgou entre os participantes da execução da operação, havendo assinatura de comprovação?			1
Não se aplica. Em fase de elaboração da minuta			
24. Estabeleceu-se no RO /RC que toda operação financeira ou administrativa deve contar com a documentação necessária de respaldo?			1
Não se aplica. Em fase de elaboração da minuta			

25. Essa documentação permite identificar a natureza, finalidade e resultados de cada operação?			1
Não se aplica. Em fase de elaboração da minuta			
26. O RO /RC desenhado descreve os procedimentos de autorização, movimentação, registro e controle oportuno de todas as operações técnicas, financeiras e administrativas relacionadas com o projeto?			1
Não se aplica. Em fase de elaboração da minuta			
27. Propósito e definições?			1
Não se aplica. Em fase de elaboração da minuta			
28. Objetivos e Descrição do Programa?			1
Não se aplica. Em fase de elaboração da minuta			
29. Critérios para elegibilidade dos co-executores e dos investimentos (técnicos, econômicos e financeiros)?			1
Não se aplica. Em fase de elaboração da minuta			
30. Alocação de recursos do Programa?			1
Não se aplica. Em fase de elaboração da minuta			
31. Mecanismos de transferência dos recursos, desembolsos, fundo rotativo, e prestação de contas?			1
Não se aplica. Em fase de elaboração da minuta			
32. Seguimento (informes)?			1
Não se aplica. Em fase de elaboração da minuta			
33. Objetivos e Descrição do Programa?			1
Não se aplica. Em fase de elaboração da minuta			
34. Critérios para elegibilidade e participação das Instituições Financeiras (IFIS)?			1
Não se aplica.			
35. Critérios de elegibilidade dos sub-prestatários e dos sub-empréstimos?			1
Não se aplica.			
36. Termos e condições dos sub-empréstimos?			1
Não se aplica.			
37. Formalização dos sub-empréstimos?			1
Não se aplica.			
38. Uso das recuperações e seguimento (informes)?			1
Não se aplica.			
39. Um esquema gráfico representativo do fluxo de responsabilidades e funções da UCP e dos co-executores?			1
Não se aplica. Em fase de elaboração da minuta			
40. Um esquema gráfico representativo do fluxo de responsabilidades e funções da entidade gerenciadora, quando se prevê a participação de uma firma privada ou agência especializada?			1
Não se aplica. Doações Internacionais (GEF Terrestre: Coordenadora de Área: GP, Analista de Projetos e Assistente) Ponto focal no Controle Financeiro do Projeto . Compras atende todos os projetos.			
41. Foi desenhado o sistema de monitoramento e informação para o seguimento do uso dos recursos por parte desses co-executores?			1
Não se aplica. Em fase de elaboração da minuta. Sim POP Financeiro.			
<b>TOTALIZAÇÃO</b>	19	1	21
	95,00		

Questionário para analisar o Sistema de Administração de Pessoal (SAP)	SIM	NÃO	N/A
1. Estão designadas formalmente as responsabilidades para administrar os assuntos de pessoal?	1		
Existe uma Unidade Estratégica Vinculada a Superintendência de Planejamento e Gestão. A área conta com 3 funcionários, suas atribuições constam do documento Mapeamento de Competências Funbio 2013.			
2. A(s) pessoa(s) encarregada(s) das funções de administração de pessoal reúnem requisitos de capacidade e experiência no manejo de Recursos Humanos?	1		
Todas tem grande experiência no cargo e estão no mesmo nível de competência requerido pelo mercado para ocuparem as funções de Analista de RH (recrutamento e Seleção, Integração, Aquecimento, Treinamento e Avaliação), Supervisora de RH (Remuneração e Benefícios, Férias, Informações Legais), Gerente de RH (Gerência de todos os subsistemas).			
3. A Entidade dispõe de políticas e procedimentos formalizados e autorizados em um manual ou equivalente, sobre a administração de pessoal?	1		
Existe o Mapeamento de Competências do Funbio, Manual do Funcionário, Código de Ética, Política s			
Procedimentos para desligamento de funcionário			
Procedimentos para aperfeiçoamento de funcionários			
Procedimentos para concessão de benefícios e facilidades			
Procedimentos para movimentação de pessoal			
Política de Contratação de Estagiário			
Procedimentos para avaliação de desempenho			
Procedimento de Recrutamento e Seleção			
4. As políticas e procedimentos existentes, têm em conta aspectos como recrutamento e seleção?	1		
Procedimento de Recrutamento e Seleção (arquivo em Cópia)			
5. Indução e treinamento?	1		
Apresentação do Treinamento de Indução (arquivo em Cópia)			
Descrito no Procedimento de Recrutamento e Seleção.			
6. Capacitação?	1		
Procedimentos para aperfeiçoamento de funcionários			
Plano de Desenvolvimento Funbio			
7. Avaliação de desempenho?	1		
Procedimentos para avaliação de desempenho			
8. Classificação de cargos e níveis de remuneração?	1		
Tabela de Cargos e Salários			
Mapeamento de Competências			
9. Seguridade social	1		
INSS e PIS, Seguro Saúde e Seguro de Vida, além do Obrigatório. O plano odontológico é optativo.			
Todas as políticas de benefícios estão no Manual do Funcionário e no Procedimento de Benefícios.			
10. Impostos e outras obrigações trabalhistas?	1		
Os impostos e obrigações trabalhistas em dia e processados via RM Labore e Conectividade Social. Informações de PF de projetos são informados ao Governo mensalmente.			
11. Existem procedimentos para o controle de frequência de pessoal?	1		
Ponto eletrônico. Existe um procedimento do Banco de Horas.			
12. Dispõe de um programa de férias devidamente aprovado para todo o pessoal?	1		
Sim. Está descrito no manual de funcionário. Existe um planejamento anual, fica registrado no RM Labore e disponível para todos os funcionários.			
13. Está previsto um plano para substituição do pessoal chave em ausências temporárias?	1		
Procedimento de Substituição por Contrato Temporário - Lei 6.019/74 (3+3 meses) ou Por tempo Determinado - Decreto-lei nº 5.452 (24 meses) previsto no Procedimento de Recrutamento e Seleção			
14. Existe uma política sobre aquisição de apólices de seguro para os cargos chave relacionados com o manejo de bens e valores?	1		
Sim, existe uma apólice da Zurich Seguros para os cargos-chaves (CEO, Conselho Deliberativo, Superintendentes). Vigência 03/06/2017. (Em processo de renovação). Além da apólice mencionada, existe seguro de vida, benefícios e assistências a todos os funcionários e seus dependentes.			
15. Estão fixados os montantes asseguráveis?	1		
Sim Cobertura de R\$5.000.000,00 (administradores e reembolso ao tomador)			
16. Em geral, existe estabilidade na composição do pessoal da Entidade?	1		
Turnover baixo. Crescimento contínuo, porém lento e programado, estando relacionado aos projetos.			
17. As políticas e procedimentos existentes são consistentes com os requerimentos do Banco em termos de contratação de pessoal, incluindo os consultores, indicados nos documentos de projetos e contratos de empréstimo ou convênio de cooperação técnica?	1		
No caso de contratação de pessoal para projetos, o Funbio segue as regras do doador.			
18. Contratou-se para a execução do projeto o pessoal identificado no informe de projeto?			1
N/A, Programa em fase de preparação.			
19. Foi seguido o processo de seleção e contratação recomendado no informe de projeto e no contrato de empréstimo para o pessoal vinculado ao mesmo?			1
N/A, Programa em fase de preparação.			
20. Os empregados / consultores contratados cumprem com os perfis previstos nos termos de referência ou os requisitos dos cargos aprovados previamente pelo Banco?			1
N/A, Programa em fase de preparação.			
21. A contratação de empregados / consultores por parte do OE contou com a não objeção prévia do Banco?			1
N/A, Programa em fase de preparação.			
22. Os níveis de remuneração da classificação de cargos do OE e o valor da rubrica de serviços pessoais no orçamento do Programa são compatíveis?			1
N/A, Programa em fase de preparação.			
<b>TOTALIZAÇÃO</b>	<b>17</b>	<b>0</b>	<b>5</b>
	<b>100,00</b>		

Consultor: Luiz Claudio de Souza Faria - Vendedor #518840

Questionário para analisar o Sistema de Administração de Bens e Serviços (SAB)	SIM	NÃO	N/A
<p><b>1. Existe designação formal de funções e responsabilidades (em uma unidade organizacional ou equivalente) em matéria de administração dos processos de aquisição de obras, bens e serviços de consultoria, na escala do projeto que se financiará?</b></p> <p>Sim, a equipe de compras é composta por 11 profissionais, sendo 8 analistas de aquisições e logística que conduzem aquisições para os projetos e para a instituição. Dentro desta estrutura há funções e responsabilidades determinadas, inclusive no âmbito do Projeto que será financiado. (Arpa - US\$190 milhões, FMA-RJ - R\$250 milhões, Chevron - R\$94 milhões)</p>	1		
<p><b>2. Existe designação formal de funções e responsabilidades (em uma unidade organizacional ou equivalente) pelos processos de recepção, inventário, e manutenção de obras, bens e serviços de consultoria, na escala do projeto que se financiará?</b></p> <p>Sim, todos os processos possuem responsáveis por aprovações, controles internos e acompanhamento de execução. Supervisão de obras é realizada via contratação de consultores (arquitetos, engenheiros, conforme o caso).</p>	1		
<p><b>3. A Unidade conta com o equipamento humano com experiência e conhecimentos necessários para executar e administrar o programa eficientemente?</b></p> <p>Sim, através dos anos, os analistas da equipe de compras adquiriram extensa experiência na aplicação das normas de contratação específica e procedimentos de doadores externos. A média de anos de experiência da equipe é de 4 anos e meio. A equipe do FUNBIO vem executando Cooperação Técnica com recursos do BID com aplicação das Políticas de Aquisições do Banco.</p>	1		
<p><b>4. A Unidade tem claramente estabelecidos os procedimentos e as responsabilidades e designado o pessoal para as seguintes tarefas: - Planejamento de aquisições - Publicidade e anúncios de licitações - Pré-qualificação de empreiteiros, fornecedores e consultores - Preparação de documentos de licitação e contratos - Recepção e abertura de propostas - Análise e avaliação de propostas - Adjudicação e entrada em vigor dos contratos - Administração de contratos durante sua execução?</b></p> <p>Sim, os processos são conduzidos em acordo as diretrizes do doador ou do Funbio, as regras do Funbio prevêm todas estas etapas. O documento "Procedimentos Operacionais de Aquisição e Contratação do Funbio" fornece normas e procedimentos para aquisições e contratações, controles internos e informações referentes aos sistemas integrados. O "Procedimentos de Aquisição e Contratação do Funbio" também contém código de ética específico para equipe de aquisição e logística, adicional ao código de ética do Funbio. PO12/2014 anexo.</p>	1		
<p><b>5. O pessoal de aquisições recebeu treinamento em relação com as políticas e procedimentos de aquisição de obras, bens e serviços de consultoria, de acordo com as políticas e procedimentos operacionais do Banco e a legislação local?</b></p> <p>A equipe de aquisições tem extensa formação e experiência na aplicação das normas de contratação e procedimentos de vários doadores, como o Banco Mundial, que requer a aplicação de suas próprias diretrizes de aquisições e contratações, embora não tenha havido capacitação formal dos procedimentos do BID, a equipe tem conhecimento das Políticas de Aquisições do Banco por conta da CT em andamento.</p> <p>Embora o Funbio conte com experiência em processos de aquisição do Banco Mundial e o pessoal tenha conhecimento das Políticas de Aquisições do BID (Cooperação Técnica em andamento), não houve treinamento formal ao pessoal do Funbio para as normas do BID, razão pela qual a resposta foi modificada de SIM para NÃO</p>		1	
<p><b>6. Existe evidência formal relativa ao treinamento sobre políticas e procedimentos de aquisições ao pessoal responsável por tais funções nos Co-executores?</b></p> <p>Não há co-executores</p>			1
<p><b>7. Foram previstos e regulamentados os tipos de contratação e aquisições e os níveis de autorização, por montante e complexidade?</b></p> <p>Sim, o documento "Procedimentos de Aquisição e Contratação do Funbio" estabelece as modalidades de aquisição/contratação, com base em limites de montantes/custos. Em particular, o FUNBIO tem as seguintes modalidades a seguir: (a) shopping; (b) seleção nacional/internacional; (c) seleção baseada na qualidade e preço; (d) seleção de indivíduo Consultor; e (d) direta aquisição ou contratação. Na estrutura interna do FUNBIO existe níveis de alçadas para aprovação e supervisão de compras, que inclui a participação da CEO. Contratos de consultoria são 100% supervisionados pela CEO da entidade.</p>	1		
<p><b>8. O sistema de administração de aquisições contempla que toda transação conte com a documentação necessária e suficiente que a respalde? (Faturas, Contratos, cotações, etc. como se aplique)?</b></p> <p>Sim, um processo de contratação possui capa de revisão, solicitação com sua especificação/TdR, cotações, pedidos de compra/contratos, nfs ou faturas, TRAs (Termos de Recepção e Aceite) e registro destas operações no RM (Totvs ERP) e Cérebro.</p>	1		
<p><b>9. Nos aspectos de forma, a documentação mencionada na pergunta anterior permite identificar a natureza, finalidade e resultados de cada transação e, em particular, estabelecer a concordância com os procedimentos de contratação e aquisição de bens e serviços contratados com o Banco?</b></p> <p>Sim, toda documentação do processo fornece detalhes sobre a natureza do transação, as unidades envolvidas, bem como o programa, projeto, atividades, orçamento disponível, fluxos de aprovação extraído do sistema para cumprimento e o monitoramento das etapas, autorizações, assinaturas e documentação de apoio a processo de aquisição de bens, serviços e obras.</p>	1		
<p><b>10. Os procedimentos de aquisições definem uma segregação de funções incompatíveis, que permita diferenciar claramente as atribuições do pessoal participante em cada uma das diversas fases do processo? (Regulamento de Contratações ou equivalente)?</b></p> <p>Sim, o Funbio possui controles internos que fazem distinção de responsabilidades e funções em cada etapa do processo. Os processos possuem revisão e assinaturas de autorização de outras instancias estabelecidas em procedimentos internos.</p>	1		
<p><b>11. Os procedimentos contemplam que as solicitações para aquisição de bens e serviços estejam devidamente fundamentadas em um pedido justificado da pessoa ou área responsável?</b></p> <p>Sim, as solicitações mencionam a finalidade da aquisição ou contratação e são aprovadas em várias instancias, além de possuir controle interno e análise da área jurídica quando necessário. Além disso, todas as solicitações são geradas pelo sistema Cérebro, com um número de protocolo específico. O sistema Cérebro em si e os seus POAS tem o seu próprio sistema de aprovações/perfis de usuário. Estes procedimentos são adotados inclusive para os processos de compras do próprio FUNBIO.</p>	1		

12. Está previsto que unicamente se aprovem as solicitações quando existam recursos orçamentários identificados e disponíveis?	1		
Sim, tendo em vista o Planejamento Operativo do Projeto, somente é possível aprovar uma solicitação já planejada, com recurso disponível. O sistema Cérebro garante esse controle. Além disso a área de finanças do Funbio possui ponto focal para cada Projeto que é responsável por assegurar que há recursos em caixa necessários como contido no planejamento financeiro do projeto e alocados pelo centro de custo, para pagamento aos contratados. O FUNBIO tem a possibilidade de utilizar recursos próprios, com autorização do CD da entidade, para pagar serviços/bens até um limite de 10% do valor do contrato.			
13. Dispõe-se de um sistema de formulários com numeração pré-impressa (desejável em forma eletrônica) que sustente todas as atividades de aquisição?	1		
Sim, as solicitações possuem numero do protocolo gerado no Cerebro 2.0, os pedidos de cotação, compra e solicitação de pagamento possuem registros integrados ao cerebro e ao RM e geram os numeros para acompanhamento e controle, e por fim há o registro no CEDOC - Centro de Documentação de todo o processo. Documentos com data superior a 1 ano são armazenados em empresa especializada na guarda de documentos (RECALL).			
Caberia incluir a verificação das condições de guarda dos documentos na empresa terceirizada (RECALL) como atividade da Auditoria Externa do projeto. Resposta não modificada.			
14. O sistema inclui o número de cópias a emitir, o destino de cada uma das assinaturas que são necessárias nelas?	1		
Sim, nos procedimentos adotados na condução de processos conforme " <i>Procedimentos Operacionais de Aquisição e Contratação do Funbio</i> " há indicação de qual instancia autoriza cada etapa, bem como a instâncias que recebem cópias em cada etapa do estágio. O processo de contratação é principalmente eletrônico, no entanto duas cópias físicas do processo são geradas, uma para arquivamento no CEDOC e outra na etapa de pagamento onde a cópia é encaminhada a tesouraria.			
15. Quando se aplique, se leva um sistema de registro permanente de estoques para controlar seus movimentos por unidades de iguais características?	1		
Sim a Unidade Operacional de Administração do Funbio é responsável por manter o controle de quaisquer inventários, principalmente de material de escritorio. No entanto, a maior parte das aquisições de bens são realizados para os projetos e desse modo, não são entregues no Funbio e posteriormente são transferidos aos beneficiários através de Temo de Doação para que possam patrimoniar. O sistema RM possui inventário de todos os bens adquiridos.			
16. O sistema de inventário inclui um programa de quantidades mínimas e máximas de estoques?	1		
Sim. Porém, conforme relatado na pergunta anterior, o Funbio só possui estoque de material de escritório, não sendo necessário este controle.			
17. Foram destinados espaços físicos adequados, segundo o tipo de estoques, para seu armazenamento e controle adequados?	1		
Sim. Há um armário localizado na Unidade Operacional da Administração, onde são armazenados os materiais de escritório. O controle é via sistema da intranet, onde os funcionários preenchem as solicitações de requisição de material. No caso de aquisições com recursos do projeto com destinação ao Funbio, os controles patrimoniais e armazenamento são adequados.			

18. O sistema de administração de aquisições permite identificar os compromissos e demais transações desde seu início e estabelecer um vínculo entre a criação da obrigação, o recebimento dos bens, obras e serviços de consultoria e os pagamentos correspondentes dando à informação segurança razoável acerca de sua integridade?	1		
Sim, o Funbio possui uma integração entre os sistemas Cerebro 2.0 e RM. Estas plataformas fornecem os controles necessários, bem como informações de processo que permitem determinar, em tempo real, a natureza da transação e pedido, as etapas do processo e autorizações de orçamento e os pagamentos. Além disso, como todas as solicitações se originam no Cerebro 2.0, e, assim que são feitas recebem um número de protocolo, é possível manter essa integridade em todo este ciclo.			
19. Dispõe de medidas para a conservação, segurança e manejo apropriado dos bens e elementos armazenados?	1		
Sim. A segurança, conservação e manejo do estoque de material de escritório fica a cargo da Administração.			
20. Realizam-se verificações periódicas da existência física dos bens em estoque?	1		
Sim, são feitas verificações periódicas dos itens em estoque que são adquiridos para a instituição pela Unidade Operacional de Administração, inclusive em relação ao patrimônio do bem para manejo e reposição.			
21. Estabeleceu-se que estas verificações sejam conciliadas com os registros contábeis?	1		
Sim			
22. As verificações são praticadas por empregados independentes do manejo e registro desses bens?	1		
Sim. A verificação do ativos do FUNBIO periodicamente por um profissional da Administração, porém diferente daquele que maneja e registra tais itens.			
23. A Auditoria interna (Controle Interno) participa no planejamento e observação da verificação?	1		
Sim. Faz parte das funções atribuídas à AI			
24. Existe um plano de seguros para proteger os bens em geral?	1		
Tendo em vista que o FUNBIO executa os processos de compras para diversos beneficiários situados em locais distintos do território nacional, a entidade tem como política geral a contratação de seguros que cobrem os danos até a entrega ao destinatário final. No âmbito interno, somente o equipamento de computador/notebook tem seguro com cobertura contra roubo ou danos. O imóvel onde se encontra a sede é alugado e não conta com seguro pago pelo Funbio e sim pelo proprietário. Os bens adquiridos para os Projetos, depois de doados, ficam sujeitos aos seguros providenciados por seus beneficiários.			
25. Dispõe-se de instruções precisas para informar e baixar física e contabilmente os bens obsoletos, danificado ou perdidos ou para a venda?	1		
Sim, o equipamento de informática/escritório é analisado internamente para determinar sua vida útil e determinar a substituição por novo equipamento. Equipamentos considerados obsoletos ou danificados são doados a Recicladora Urbana/SP, e as baixas registradas no módulo "Bonum" do sistema de RM/ERP para que reflitam nas declarações financeiras.			
26. Essas instruções são concordantes com as normas legais vigentes?	1		
Sim, elas estão em acordo com o estatuto jurídico do FUNBIO como uma Organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP).			
27. Mantém-se registros permanentes dos ativos fixos, em se demonstrarem as compras, retiradas, transferências e melhorias?	1		
Sim, o FUNBIO produz demonstrações financeiras anuais que são sujeitas a auditoria externa independente. Ativos fixos são apresentado no custo e ajustado por depreciação acumulada. Compras, melhorias e baixa de equipamentos são relatados nesse sentido e registrados no módulo Bonum do sistema RM/ERP.			
28. Dispõe-se de uma política para formalizar em cada Área Administrativa e, quando se aplique, aos empregados, a responsabilidade pelo manejo dos bens que lhe tenham sido destinados e seu uso exclusivo para os fins previstos?	1		
Sim, a Unidade Operacional de Administração mantém registros eletrônicos dos equipamentos e softwares atribuídos para cada membro da equipe com base em números de série, além disso cada funcionário assina um termo de responsabilidade do uso dos bens.			
29. Existe um plano de manutenção geral para obras e bens adquiridos?	1		
A Unidade Operacional de Tecnologia da Informação é responsável pela manutenção periódica dos equipamentos de informática do FUNBIO. Outros equipamentos também estão sujeitos a manutenção, mas o serviço é feito através de contratos com os fornecedores. O Funbio tem adotado a prática de incentivar os beneficiários finais de bens de consumo durável a realizarem previsão orçamentária			
30. Eitem-se informes sobre o cumprimento do programa de manutenção preventiva?			1
Não aplicável. O Funbio não possui programa de manutenção preventiva. A natureza do projeto não permite ao FUNBIO estabelecer programas de manutenção preventiva junto aos beneficiários			
31. Comparam-se os bens adquiridos e os serviços contratados e recebidos, com as ordens de compra emitidas?	1		
Sim todo processo de compra de bens, serviços e obras possui documentação para desencadear o processo de pagamento, incluindo as ordens de compra que são geradas no módulo Nucleus do ERP/RM. Este sistema comporta desde a solicitação de compra até o acionamento do processo de pagamento no módulo Fluxus do ERP/RM. Desse modo, qualquer solicitação de compra gerada está diretamente ligada a uma ordem de compra. Além disso, há o documento de recebimento do bem/serviço que atesta que o beneficiário recebeu o que foi solicitado.			
32. O sistema inclui a codificação para identificar os ativos fixos?	1		
Sim, os ativos imobilizado, incluindo móveis de escritório e equipamentos são adequadamente codificadas com base em sistema de numeração cronológico, para equipamentos de informática, é utilizado números de série e os registros são mantidos pelo Unidade Operacional de Administração			

33. Dispõe de um sistema de arquivo da documentação suporte das aquisições de bens e serviços de consultoria e de contratação de obras, que permita referenciar e identificar de forma direta as transações efetuadas e permita uma auditoria das mesmas como requer o Banco?	1		
Sim, todos os processos de aquisições de bens e serviços de consultoria e de contratação de obras ficam arquivados e disponíveis em sistema próprio chamado de CEDOC ou na Recall que é o serviços de armazenamento externo especializados para depósito de documentação física.			
34. O OE está cumprindo adequadamente e de forma sequencial com as políticas e procedimentos de aquisições do Banco (listas curtas, preparação de termos de referência, não objeções, avaliações, etc.)?			1
Sim, apesar de não ter obtido nenhuma capacitação específica para procedimentos de aquisições do Banco, a equipe de aquisições e contratações tem vasta experiência em processos com diretrizes semelhantes. Listas curtas, termos de referência, planos de aquisição e não objeções fazem parte do cotidiano da equipe, embora o projeto ainda não tenha sido iniciado.			
Resposta modificada para Não se Aplica em virtude do projeto ainda estar em execução.			
35. No caso de projetos de execução descentralizada com a participação de múltiplos co-executores, foram estabelecidos procedimentos que regulem o sistema de arquivo da documentação suporte de aquisições de bens e serviços e contratação de consultores, que permita referências e identificar de forma direta as transações efetuadas com os recursos do projeto?			1
Não aplicável, a execução não será descentralizada.			
36. As aquisições pelo OE estão contempladas no plano de aquisições do projeto?			1
Sim, o Plano de Aquisições é a base de onde parte o planejamento das solicitações de compra. Os procedimentos internos determinam que não é possível adquirir ou contratar algo que não esteja previsto no plano de aquisições, embora o projeto ainda não tenha sido iniciado.			
Resposta modificada para Não se Aplica em virtude do projeto ainda estar em execução.			
37. Se utilizaram recursos do projeto a título de reconhecimento de gastos ou financiamento retroativo, com relação a gastos elegíveis efetuados com anterioridade à aprovação da operação, efetuou-se uma revisão dos gastos propostos no que se refere à sua elegibilidade e quantificação, de acordo com os procedimentos requeridos pelo Banco? (que tais gastos resultem de procedimentos de contratação de serviços de consultoria ou de aquisições de bens e serviços que tenham cumprido com condições substancialmente análogas às posteriormente estabelecidas no contrato de empréstimo).			1
Sim, até o momento não há previsão para gastos ou financiamento retroativo, e esta tem sido uma prática do Funbio. Entretanto, se isso ocorrer, normas e procedimentos análogos serão utilizados, assim como a observação da elegibilidade do gasto.			
<b>TOTALIZAÇÃO</b>	<b>30</b>	<b>1</b>	<b>6</b>
	<b>96,77</b>		

Questionário para analisar o Sistema de Administração Financeira (SAF)	SIM	NÃO	N/A
1. Designaram-se formalmente em uma Unidade ou equivalente com nível hierárquico e autoridade suficiente os assuntos relacionados com a Administração Financeira? (Orçamento, Tesouraria, Contabilidade). Sim. Os assuntos relacionados à administração financeira da instituição está consolidada na Superintendência de Planejamento e Gestão (SPG) que possui de forma segregada em diferentes coordenações as atividades de: a) Sustentabilidade Financeira e Orçamento da instituição, b) Controle Financeiro de Projetos, c) Tesouraria, e d) Contabilidade.	1		
2. A(s) pessoa(s) encarregada(s) de tais funções reúnem requisitos de capacidade e experiência na administração financeira? Sim. Currículos Vitae à disposição em Recursos Humanos. 1 Superintendente - 1 Sustentabilidade Financeira - 9 Controle Financeiro +2 estagiários; 2 Tesouraria; 4 Contabilidade + 1 Estagiário	1		
3. O pessoal está familiarizado com os procedimentos do Banco para a preparação de solicitações de desembolso? Existe uma experiência em andamento no projeto Arpa for Life (contrato aproximadamente na metade de sua vigência) que nos assegura um conhecimento prévio das regras do BID para solicitação de desembolso, assim como prestação de contas e auditoria externa. Esta experiência assimilada deve ajudar sobremaneira no estabelecimento de um segundo Projeto. Adicionalmente o Funbio possui experiência em 20 anos de trabalhos com outras agências do GEF, Bancos de Desenvolvimento e organismos multilaterais e doadores internacionais. Resposta modificada para Não, por se entender que aqui há uma oportunidade de melhorar o conhecimento técnico do Funbio com respeito aos procedimentos do BID para temas financeiros/fiduciários.		1	
4. Dispõe de um Manual de Procedimentos autorizado e em vigência para a administração financeira? Sim. O documento "Procedimento Operacional Padrão Financeiro do Funbio" descreve sistemas, estrutura, matriz de autoridade para pagamentos e os procedimentos (fluxo e passo a passo) de cada uma das áreas financeiras.	1		
5. Dispõe de um sistema de registros contábeis e financeiros automatizado e integrado com a contabilidade geral da entidade, que permita identificar as transações a cargo do projeto, por fonte de financiamento e por categorias de inversões, de acordo com o Plano de Contas aprovado pelo Banco, e de forma independente de outras atividades da entidade? O Funbio possui um ERP da TOTV's/RM que compreende módulos específicos para as atividades de recursos humanos (Labore), compras (Nucleus), financeiro (Fluxus), patrimônio (Bonun) e contábil (Saldus) que atuam de forma integrada garantindo a integridade das informações. O plano de contas da instituição segrega as informações dos diferentes Programas e Projetos do Funbio através de centros de custos específicos, onde ainda destaca-se a diferenciação por doador (fonte), categorias e/ou componentes de projetos quando e na forma requerida e ainda a aplicação dos recursos ("Para Onde"). Estas informações podem ser obtidas nos respectivos sistemas ou em banco de dados exportável para excel (planilha Net). Adicionalmente, o Funbio possui o Sistema Cérebro - hoje integrado e atualizado diariamente - que trata-se de uma plataforma na internet com os orçamentos e informações dos projetos acessível a todos os interessados externos (doadores e beneficiários das ações). Informações específicas ou controles acessórios são complementados por planilhas (excel).	1		
6. O Sistema permite dispor de informação financeira oportuna e confiável para a preparação das Demonstrações Financeiras e outros informes? Sim. Os sistemas permitem consultas em tempo real havendo altíssima disponibilidade aos usuários. Faz parte das atividades de auditoria interna e externa (independente), os testes dos sistemas. RM Totvs	1		
7. No caso de projetos de execução descentralizada, se conta com um sistema contábil integrado que permita identificar recursos e transações efetuados por cada co-executor participante, discriminados por categorias e subcategorias de investimentos, de acordo com o Plano de Contas aprovado pelo Banco? NA			1
8. Demonstrem o custo dos investimentos em cada categoria e subcategoria de acordo com o Plano de Contas aprovado pelo Banco, assim como também o progresso das obras? NA			1
9. A Unidade Executora do Projeto (UEP) ou a Unidade Coordenadora (UC), como corresponda, preparou e conta com um manual contábil de aplicação para o projeto? Sistema Cérebro para organizar as demandas de aplicação no Projeto, de acordo com a governança que for definida pelas partes que é integrado ao RM Totvs.	1		
10. Quando se trata de programas de crédito, os registros demonstram os créditos outorgados, as recuperações efetuadas e a utilização destas? NA. O Funbio não trabalha com empréstimos na acepção exata da pergunta.			1
11. Dispõe-se de um sistema de arquivo da documentação suporte das transações financeiras, que permita referenciar e identificar de forma direta as operações? O Funbio possui uma área específica que garante a guarda dos arquivos das atividades de Compras (processos de compras e contratações) e Pagamentos (documentação contábil) que é o CEDOC - Centro de documentação. Através das diretrizes contidas nos manuais operacionais de compras e financeiro, o CEDOC garante o acesso físico e digital às informações de toda a documentação que foi previamente indexada. Os sistemas possuem referências que permitem localizar e acessar as informações.	1		
12. No caso de projetos de execução descentralizada, os co-executores contam com um sistema de arquivo da documentação suporte das transações financeiras, que permita referenciar e identificar as operações efetuadas com os recursos do projeto, os registros contábeis e as solicitações de desembolso apresentadas à UCP? NA			1

<b>13. Existem procedimentos claros e devidamente aprovados para formular, executar e controlar o orçamento?</b>	1		
O orçamento institucional é proposto, aprovado e acompanhado por comissão estatutária do Funbio (Comissão de Finanças e Auditoria - CFA) através de reuniões trimestrais, que assessoram o Conselho Deliberativo do Funbio - CD no acompanhamento da execução financeira do orçamento. O CD é o órgão máximo da instituição que formalmente aprova os limites orçamentários anuais e a execução de cada exercício. As verbas orçamentárias são inseridas no sistema cérebro para execução de acordo com os procedimentos previamente definidos.			
Com relação aos Programas e Projetos do Funbio estes possuem POAs - Planos Operacionais Anuais (em alguns casos bi-anuais ou plurianuais) baseados nos documentos aprovados de planejamento dos projetos e acordados com as instâncias participantes da governança de cada uma das iniciativas. A área de Sustentabilidade Financeira revisa e consolida a contribuição de cada um dos projetos para a operacionalização das atividades pelo Funbio. A Superintendência de Gestão de Programas, através das Coordenações de Programas e das Gerências de Projetos, é a responsável pelo cumprimento da execução orçamentária dos projetos. Neste particular, são assistidos ainda pelo PMO - Escritórios de Projetos do Funbio que consolida os indicadores de acompanhamento dos projetos. A execução orçamentária pode ser analisada pela plataforma Cérebro. As prestações de contas, na periodicidade imposta por cada contrato, são feitas pelo Controle Financeiro de Projetos (SPG) e analisadas pelas Gerências de Projetos e Coordenações de Programas instatá			
<b>14. Desenharam-se mecanismos e procedimentos de programação financeira de curto, médio e longo prazo?</b>	1		
O processo de formulação do planejamento financeiro dos programas e projetos executados pelo Funbio está diretamente relacionado à preparação, aprovação e implementação dos projetos nas instâncias anteriores e concretizadas na assinatura de contratos, acordos e outros instrumentos. Estes possuem Planos completos de execução física e financeira de caráter plurianual para a utilização dos recursos do projeto e atingimento dos objetivos propostos são parte da negociação precedente, bem como a regularidade de acompanhamento e prestação de contas. Introdução do MS project no funbio irá aprimorar os processos de planejamento.			
Institucionalmente o Funbio analisa e projeta seus resultados para períodos que abrangem todo o período dos contratos em andamento. Adicionalmente é realizada continuamente a análise de "Pipeline" de projetos e as prospecções realizadas.			
<b>15. Dispõe-se de um sistema de orçamento automatizado e integrado?</b>	1		
Existem dois sistemas utilizados no acompanhamento do planejamento orçamentário: O cérebro que é uma plataforma web com dados de execução do orçamento planejado e o ERP Totv's/RM com seus diversos módulos que garantem o registro das operações e alimentam o Cérebro atualizado com os valores reais das demandas (solicitações feitas a compras) por pagamentos. Adicionalmente do Totv's/RM extraí-se relatórios de despesas dos projetos que são auxiliares e anexos das prestações de contas.			
A adaptação dos dados obtidos eletronicamente aos diferentes relatórios exigidos pelos doadores para acompanhamento financeiro de projetos e prestação de contas é feito em planilhas excel para melhor atender aos modelos pré estabelecidos nos contratos. Institucionalmente há um relatório de acompanhamento orçamentário eletronicamente emitido por via de relatório do módulo Saldus do Totv's/RM.			
<b>16. Existem mecanismos de controle e avaliação e seguimento da execução orçamentária?</b>	1		
Sim. Mensalmente são acompanhadas as receitas e despesas da instituição, através do Fluxo de caixa e por relatório de acompanhamento da área de Sustentabilidade Financeira do Funbio. Adicionalmente, áreas preponderantes de custos - como o RH - fazem seus respectivos controles de orçado vs realizado. No âmbito dos projetos, a geração de um controle sobre saldos dos projetos, em base mensal, permite o acompanhamento da execução, comprometimento e saldos bancários dos projetos, sinalizando para a necessidade de prestação de contas e solicitação de recursos para sequência do Projeto. A área de PMO - Project Management Office acompanha o andamento das atividades dos projetos. Adicionalmente constitui-se a principal ferramenta de verificação da execução orçamentária o momento da prestação de contas quando fatores financeiros e técnicos são reportados a cerca do andamento dos projetos.			
<b>17. Para programas de execução descentralizada, desenhou-se um mecanismo de consolidação e controle orçamentário das transações financeiras a cargo dos co- executores? (Unidades descentralizadas).</b>			1
NA			
<b>18. Existe um regulamento operacional ou normas para o manejo dos recursos provenientes do financiamento ou contribuição do Banco e da contrapartida local: funções, atribuições, restrições, etc.?</b>			1
NA			
<b>19. A abertura de contas bancárias no Banco Central e em Bancos Comerciais, em nome do projeto para o manejo exclusivo dos recursos do financiamento ou contribuição do Banco destinados ao mesmo?</b>	1		
Sim. Programa em fase de preparação, mas o procedimento para fazê-lo é corriqueiro. A propósito o Funbio segrega os recursos dos projetos em diferentes contas bancárias com o propósito de que o extrato bancário seja "espelho" dos demonstrativos financeiros dos projetos.			
<b>20. A abertura de contas bancárias em Bancos Comerciais, em nome do projeto, para o manejo exclusivo dos recursos da contrapartida local, destinados ao mesmo?</b>			1
N/A. Programa em fase de preparação, mas o procedimento para fazê-lo é corriqueiro. A propósito o Funbio segrega os recursos dos projetos em diferentes contas bancárias com o propósito de que o extrato bancário seja "espelho" dos demonstrativos financeiros dos projetos. Para as contrapartidas são resguardadas as características da contrapartida e previsão em contrato do controle sobre as mesmas.			
<b>21. Quando se trate de projetos de execução descentralizada, a abertura de contas bancárias em Bancos Comerciais por parte dos co-executores, em nome do projeto, para o manejo exclusivo dos recursos do financiamento e da contrapartida local, destinados ao mesmo?</b>			1
NA			
<b>22. São preparadas programações de caixa (cash flow) integrando as necessidades de todas as Unidades?</b>	1		
Em base semanal é atualizado o fluxo de caixa institucional e comparado às estimativas anteriores (aprovado em nível de Conselho Deliberativo).			
Mensalmente é gerado relatório de saldos de Projetos que apresenta a necessidade de recomposição dos saldos bancários e prestação de contas dos projetos. Tal análise é ainda suportada por informação de Saldos diários das contas bancárias. Enfim, há controle individualizado de entradas e saídas de recursos por projeto ou iniciativa.			
<b>23. A preparação de registros, informes e conciliações periódicos que demonstrem os saldos e o movimento das contas bancárias e obrigações?</b>	1		
O Funbio opera aproximadamente 115 contas bancárias no Brasil, NY (EUA) e Frankfurt (Alemanha) além de 114 contas vinculadas à utilização por UC's (estas revisadas a cada realimentação). Para manter os saldos atualizados e registros integrais são feitas conciliações mensais de 100% das contas, considerando conta corrente e aplicações financeiras associadas a cada uma das contas. Tais conciliações entre extratos bancários e demonstrativos financeiros são preparadas para prestação de contas dos projetos pelo Controle Financeiro de Projetos para indicar e endereçar todos os eventos de movimentação financeira. Adicionalmente, no âmbito da contabilidade são promovidas reconciliações bancárias entre os extratos bancários e o razão contábil. Posteriormente na conciliação dos projetos são consideradas as prestações de contas do projeto lançadas, tudo tempestivamente na competência. Adicionalmente o relatório de Saldos Diários das contas bancárias auxilia na consulta rápida de movimentação financeira e identificação instantânea de lançamentos estranhos ao Projeto ou à conta sob análise. (RM dá suporte via módulo SALDUS).			
<b>24. As conciliações bancárias são preparadas por pessoal independente daquele que tem acesso ao registro e manejo dos fundos?</b>	1		
Sim. Quem prepara as conciliações extrato vs demonstrativos financeiros são os Controles Financeiros de Projetos que não classificam nem realizam os pagamentos (feitos somente pela Tesouraria), eles preparam as prestações de contas. Uma outra checagem ocorre na reconciliação dos saldos bancários com os registros contábeis. Atende-se este requisito de forma dupla.			

25. As conciliações bancárias estão atualizadas para cada encerramento mensal?	1		
Sim. São feitas em base mensal, de acordo com o calendário de fechamento mensal. Eventuais atrasos por conta de atendimento à auditoria externa independente ou fechamento anual das demonstrações financeiras são recuperados em tempo hábil para tomada de decisões, não impactando os compromissos de prestação de contas e acompanhamento orçamentário dos projetos.			
26. As conciliações bancárias não revelam partidas antigas sem ajustar, ou se houver, foram adotadas ações pontuais para a depuração?	1		
Eventuais discrepâncias ou pendências de reconciliação são ajustadas pela contabilidade no mês subsequente, exceto se a materialidade ou característica do lançamento exijam lançamento dentro do próprio mês. Não há pendências antigas a serem regularizadas.			
27. Efetuam-se conciliações periódicas do Fundo Rotativo entre os saldos bancários disponíveis, os registros do executor e os do Banco, e se explicam devidamente as partidas conciliatórias ou se efetuam os ajustes pertinentes?			1
NA			
28. Há mecanismos para a preparação e apresentação de informes semestrais sobre o Fundo Rotativo, dentro dos 60 dias seguintes a encerramento de cada semestre?			1
NA			
29. No caso de projetos de execução descentralizada, se dispõem do fluxo de fundos entre o Banco (ou outros co-financiadores), a UCP e os co-executores (esquemas gráficos)?			1
NA			
30. Para programas de execução descentralizada, existem procedimentos que regulem o mecanismo de prestação de contas e informes financeiros, a transferência de fundos e o tipo de documentação de respaldo relacionados com as solicitações de desembolso?			1
NA			
31. No caso de projetos de execução descentralizada, com múltiplos co-executores, procedimentos para a revisão ex – post de documentos de apoio de solicitações de desembolso, concordantes com as normas do Banco?			1
NA			
32. Assegurar que os sub-empréstimos que se outorguem sejam elegíveis de acordo com as condições estabelecidas no RC?			1
NA			
33. O registro, controle e uso das recuperações?			1
NA			
34. O controle e seguimento da aplicação de taxas de juros de acordo com as condições estabelecidas no RC?			1
NA			
35. Todas as transações financeiras, incluídos os compromissos adquiridos, se registram adequadamente no momento de sua ocorrência?	1		
Sim. Esta é orientação expressa do Manual Operacional Padrão Financeiro, as despesas e receitas são reconhecidas na data da sua ocorrência e estão suportadas por documentação hábil para a realização do pagamento. Tais registros são realizados no sistema financeiro (Fluxus) e migram automaticamente para o sistema contábil (Saldus).			
36. Por cada transação financeira (receitas e despesas) se emite um comprovante oficial mediante um formulário de numeração pré-impressa com a informação necessária para sua identificação, classificação e registro contábil?	1		
Sim. Cada lançamento efetuado no sistema de pagamentos (solicitação de Pagamentos) é previamente e eletronicamente numerados com um ID number.			
37. Os ingressos se depositam total e integralmente nas contas bancárias autorizadas?	1		
Sim. O Funbio não trabalha com o recebimento de cheques. 100% dos lançamentos de receitas são feitas via transferência eletrônica de dados no sistema bancário e o depositante identificado.			
38. Tais depósitos se fazem diariamente ou o mais tardar no dia útil seguinte de seu recebimento?	1		
Diariamente através de transferências. Não há transações em cheques ou em espécie.			
39. Cada pagamento está acompanhado de documentação de respaldo tal como: Ordem de compra autorizada, assinatura original de recepção de bens e serviços, fatura original e comprovante de pagamentos?	1		
A documentação suporte de lançamentos financeiros inclui normalmente: protocolo solicitação de compras aprovado (origem), nota fiscal, solicitação de pagamento assinada, termo de recebimento e aceite e e-mails ou outros documentos quando existentes. Através do número do protocolo é possível acessar o processo de compras completo. As regras da documentação exigida para pagamento decorrem do requerido nos manuais financeiros de compras.			
40. Estão designadas as responsabilidades para comprometer recursos, revisar e autorizar os pagamentos?	1		
Há um compromisso e efetividade na segregação de funções no Funbio, que estão baseadas nos controles internos explícitos no manuais de compras e financeiro. Assim, estão bem delimitadas as responsabilidades por: a) requisição pela unidade de projeto, b) aprovação das requisições quando oriundas de ente externo, c) realização de compras (somente pela área de Compras, d) realização de pagamentos pela Tesouraria (sempre assinatura em conjunto). O Manual Operacional Padrão Financeiro do Funbio possui uma matriz de responsabilidade e hierarquização das autorizações de pagamento.			
41. Exceto os pagamentos por caixa pequena (fundo fixo), ou os casos em que a Lei o disponha, todos os pagamentos se efetuam mediante cheque intransferível em nome do beneficiário ou por transferência eletrônica?	1		
100% dos pagamentos são feitos por transferência eletrônica de dados exceto o caixa-pequeno administrativo no montante de R\$ 2 mil que é reposto em média a cada 20 dias. Eventuais exceções decorrentes do fato do beneficiário não possuir ou não estar apto a receber via sistema bancário são analisados e recebem tratamento de excepcionalidade.			

42. A documentação original de suporte de toda transação somente é arquivada quando tenha sido assinada, de acordo com as normas previstas?	1		
Sim. São emitidos comprovantes do pagamento e anexados aos processos de pagamento. Após uma checagem com os extratos a Tesouraria repassa toda a documentação para a Contabilidade que a retém em arquivos cronológicos e segregados por projetos durante o ano/exercício em curso. A documentação relativa ao ano anterior é transferida ao CEDOC (Centro de documentação).			
43. Permite gerar os estados financeiros do projeto e outros informes financeiros que sejam requeridos pelo Banco?	1		
Sim. Os sistemas colocados no Funbio e os relatórios customizados podem produzir as informações necessárias para report nos modelos do BID ou outros doadores, respeitando prazos, cronologia e integridade das informações, bem como a rastreabilidade para auditorias e missões. A maior parte das informações são obtidas diretamente e eletronicamente a partir do sistema Totv's/RM.			
44. Existem prazos definidos para a preparação e apresentação oportuna dos Estados e informes financeiros requeridos pelo Banco?	1		
Sim. No único projeto com o BID os prazos têm sido regamente respeitados. Na realidade o Funbio preza por manter os prazos de fechamento contábil mensal sempre em dia, a partir daí é possível que as equipes de Controle Financeiro de Projetos exerçam as obrigações de relatoria para com a área técnica de projetos e doadores.			
45. Existem políticas e procedimentos definidos para desenvolver / modificar, provar e implementar os sistemas contábeis, incluindo programas de computador e arquivos de dados relacionados?	1		
Sim. As políticas relacionadas à utilização e segurança dos sistemas estão relacionadas em <a href="http://intranet/cedoc/novo/default.asp">http://intranet/cedoc/novo/default.asp</a> junto às políticas e procedimentos das demais áreas. Há orientações para cadastros, acessos, back-up, alteração nos sistemas, plano de continuidade dos servidores, contingências, utilização da rede interna, utilização de redes sem fio, registro e abertura de chamados (help-desk) entre outros.			
46. Existe um procedimento para o respaldo periódico (backup da informação e do sistema) que assegure a recuperação da informação financeira e contábil?	1		
Sim. Há um check-list diário do status de funcionamento dos sistemas e uma política específica com a regularidade de back-ups, diários, semanais, mensais. As I-05 Instrução para geração e restauração de back-ups, I-15 Instrução sobre o Plano de Continuidade dos servidores do Funbio, a política de mudanças em sistemas do Funbio e o Plano de Contingência são complementares para a recuperação de informações.			
47. Existem métodos (chaves de acesso, níveis de autorização, validação, etc.) para impedir o acesso não autorizado à base de dados e aos sistemas de informação contábil e financeiro?	1		
A área de Tecnologia da Informação desenvolveu as ferramentas necessárias para gerenciar as diretivas de acesso à base de dados e a cada sistema, avaliando sobre o aspecto da segurança e proteção de hardwares e softwares. A concessão de privilégios no uso do Cérebro, Intranet e Totv's /RM são analisadas de acordo com a função desempenhada por cada usuário, de acordo com as responsabilidades da área e os controles internos estabelecidos.			
48. Existe um plano de contingência aprovado e uma política de revisão periódica, que assegure o processamento oportuno e contínuo da informação financeira e contábil?	1		
Sim. Conforme explicitado na pergunta relativa a back-ups e políticas emanadas pela área de Tecnologia da Informação há um plano de contingência publicado (em vias de agregar atualmente melhorias estipuladas na meta da área) e as revisões periódicas tem ocorrido em decorrência também dos trabalhos de auditoria interna e sugestões na carta de melhorias de controle interno emitida pela Auditoria Externa.			
49. Estão documentados os programas e aplicações?	1		
Quase a totalidade das aplicações estão documentadas e contidas na pasta específica "Nossas Normas e Procedimentos" na Intranet e no sistema GLPI (help desk e documentação) que demonstra pedidos de solução para inconformidades e o registro da solução alcançada. O Plano de Contingência - documento recentemente concluído e portanto atualizado - elenca também as aplicações de TI. Os sistemas não proprietários, como Totv's/RM, Microsoft, e outros possuem manuais providos pelos próprios fabricantes.			
50. Existe restrição formal de acesso ao centro de processamento de dados?	1		
Sim. Porta com fechadura eletrônica e acesso por biometria restrito ao pessoal de suporte de TI. Além disso há sensores de fumaça e câmera que filma o acesso à sala de servidores. Ar Condicionados (2) estão ligados em quadros elétricos distintos para minorar riscos de descontinuidade no funcionamento. No-breaks estão em nível suficiente para garantir o "shut-down" seguro da aplicações.			
51. As pessoas responsáveis pela informação financeira estão familiarizadas com os Documentos AF-100 Política do Banco para Estados Financeiros de Entidades e Projetos, e AF-300 Guia para a preparação de Estados Financeiros?	1		
Há pouco mais de um ano, aproximadamente, o Funbio vem executando projeto de cooperação com o BID (no âmbito do ARPA for Life), tendo inclusive sido alvo de uma auditoria específica nos modelos do BID. As prestações de contas e pedidos de desembolso têm sido feitas nos prazos acordados.			
52. Os Estados financeiros e demais informações financeiras requeridas pelas normas e procedimentos do Banco, foram entregues ao Banco com a periodicidade e datas previstas no contrato?	1		
Sim para o programa Arpa para a Vida em andamento com o BID (2 contratos). O planejamento dos projetos a serem iniciados deverão incorporar os prazos, modelos, normas e procedimentos previsto no regulamento específico do banco.			
<b>TOTALIZAÇÃO</b>	<b>35</b>	<b>1</b>	<b>16</b>
	<b>97,22</b>		

Questionário para analisar o Sistema de Controle Interno (SCI)	SIM	NÃO	N/A
<b>1. Foi desenhado um código de conduta (ética) ou instrutivo equivalente?</b>	1		
Sim. Código de Conduta Ética do Funbio.			
<b>2. Previu-se a indução do pessoal ao código de conduta?</b>	1		
Sim. O "Manual do Funcionário" do Funbio estabelece claramente que, mediante admissão, o empregado recebe o "Código de Conduta Ética", e é obrigado a assinar um "Termo de Compromisso" para garantir o cumprimento do Código em suas atividades diárias em conformidade com os valores do Funbio de transparência, ética, eficácia, receptividade, imparcialidade e inovação. Todos os empregados, novos e existentes devem aderir ao "Código de Conduta Ética".			
<b>3. Os empregados certificam o conhecimento e entendimento do código de conduta no momento de seu ingresso e pelo menos uma vez a cada ano?</b>	1		
Sim. Os funcionários certificam conhecimento no momento do seu ingresso mediante assinatura do "Termo de Compromisso" e uma vez ao ano o Funbio promove a capacitação em ética.			
<b>4. Os empregados declaram a existência ou inexistência de conflitos de interesse ao momento de seu ingresso e pelo menos uma vez a cada ano?</b>	1		
O "Código de Conduta Ética" contém uma secção específica sobre "Conflitos de Interesse", no que diz respeito a qualquer ação ou interesse pessoal do empregado que pode estar em conflito com os interesses e valores do Funbio. Em particular, no que diz respeito aos interesses financeiros, o uso de informação confidencial, a utilização das dependências do Funbio, a lealdade à Instituição, as relações com os seus stakeholders e outros aspectos. Uma vez ao ano, na capacitação promovida pelo Funbio, este aspecto é reforçado.			
<b>5. Está designada em um nível apropriado a responsabilidade por avaliar e resolver situações de presumido não cumprimento do código de conduta, fraudes, outros não cumprimentos e recomendações para melhorar o controle?</b>	1		
"O Código de Conduta Ética" contém diretrizes e normas no que diz respeito a qualquer violação percebida aos princípios éticos e, em particular, no que diz respeito aos canais de acesso para crítica, sugestões, denúncias e reclamações. A não observação das boas práticas em desrespeito aos princípios éticos do Funbio serão enquadradas nas normas utilizadas para punição do funcionário de acordo com o "Manual do Funcionário" (item 3.21. Medidas disciplinares).			
<b>6. O estilo de administração da Entidade está baseado no cumprimento de normas orientadas a eficiência, eficácia e transparência operacional? (Verificar existência formal e conhecimento do pessoal de um código institucional de valores, e a existência de elementos representativos de medição permanente de desempenho, definição de Visão, Missão, POA, Indicadores e Standard, etc.)</b>	1		
Como indicado nas respostas anteriores, os valores fundamentais do Funbio, expresso nos seus vários planos, documentos internos e código de ética incluem: transparência, ética, eficácia, receptividade, imparcialidade e inovação. Além disso, há uma forte presença da liderança entre o staff do Funbio em relação a realização da missão e mandato institucional. Metas são efetivamente medidas e monitoradas, não só da perspectiva administrativa e financeira, mas também da perspectiva global para cumprimento das metas nas áreas estratégicas (Doação, Obrigações Legais e Projetos Especiais).			
<b>7. Dispõem de informes ou equivalentes, mediante os quais se observe que a própria administração estimula e pratica a auto-avaliação, de tal forma que se verifique a existência de ambiente de controle e o melhoramento do mesmo?</b>	1		
Sim. O Estatuto Social do Funbio, define a criação do Comitê de Nomeação de Governança. Este Comitê é a instância de assessoramento do Conselho, com a finalidade de condução do processo de renovação dos membros do Conselho e de conferir estrutura de boa prática de governança ao Funbio. Neste sentido, este Comitê realiza auto-avaliações de governança de maneira informal. De maneira formal, temos a opinião dos auditores externos sobre o sistema de controle interno do Funbio.			
<b>8. Está desenhada uma função de Auditoria Interna ou equivalente (sem responsabilidade por funções em linha)?</b>	1		
Sim. A função de Auditoria Interna foi desenhada e implementada em 2013. O regimento da Auditoria Interna do Funbio estabelece a autoridade, responsabilidade e posição da área de auditoria interna, que possui livre acesso ao Conselho Deliberativo e não está subordinada a nenhuma área de gestão ou operacional.			
<b>9. A administração leva em conta e corrige oportunamente as inconsistências nas atividades de controle reportadas por AI?</b>	1		
Sim. Desde 2014 a Auditoria Interna envia o relatório com as inconsistências identificadas em cada área aos respectivos gestores e monitora a implementação dos planos de ação. Como exemplo temos o relatório da área de Compras que em 2015 mitigou 19 dos 21 pontos identificados em 2014.			
<b>10. Existe uma identificação clara da relação entre o planejamento e a programação de atividades da Entidade?</b>	1		
Sim. O MOP ou planejamento plurianual está diretamente ligado a programação de atividades e orçamentação de médio prazo, no nível do Programa e do Projeto. Além disso, o POA constitui a base para programação e orçamentação anual do projeto. A partir de 2015, a AI passou a focar no alinhamento do ACT ao cumprimento das normas de auditoria interna.			
<b>11. O pessoal com responsabilidades pelo alcance de objetivos e metas participou em seu desenho ou recebeu uma indução apropriada sobre os mesmos?</b>	1		
Sim. Tanto o planejamento a médio prazo, quanto o a curto prazo, envolvem a participação plena do Funbio. Isto contribui diretamente para o conhecimento dos funcionários e sua participação ativa na fase de planejamento e execução e, deste modo, para o cumprimento das metas e objetivos dos funcionários a nível institucional.			
<b>12. Dispõem de uma metodologia estruturada e divulgada para Análise de Risco "AR"?</b>	1		
Sim. O Manual de Procedimentos Operacionais das Atividades de Auditoria Interna, no item II. Planejamento, descreve a metodologia utilizada pelo Funbio para a análise de risco.			
<b>13. Dispõem de informes representativos de que a metodologia de AR funcione na prática e contribui a gestão oportuna do risco?</b>	1		
Sim. Após análise de risco é elaborado o documento "Risk Assessment" onde é possível verificar a aplicação prática da metodologia. Ao final dos trabalhos anuais, é elaborado o documento de "Resposta aos Riscos", garantindo que todo risco que necessita de uma resposta tenha uma gestão oportuna.			

<b>14.Em geral, as atividades de controle se relacionam ou são uma consequência da avaliação de riscos?</b>	1		
As atividades de controle nos projetos e os níveis de gestão administrativos e financeiros, refletem compliance com as normas e procedimentos do Funbio, incluindo aqueles diretamente relacionados com a racionalização de um adequado sistema de controle interno nas operações da instituição.Tais procedimentos e controles internos, sem dúvida refletem a presença de ações voltadas diretamente para a mitigação dos possíveis riscos, ao mesmo tempo que promovem uma operação transparente e efetiva da estrutura administrativa			
<b>15. Estão formalizados procedimentos para estabelecer que os dados que se processam são completos e baseados em transações reais autorizadas, de tal forma que sirvam para preparar informes confiáveis e oportunos?</b>	1		
Os vários procedimentos internos, incluindo manuais, dentre eles o Manual de Compras e o Procedimento Operacional Padrão Financeiro, mostram a documentação, assinaturas e autorizações apropriadas que devem sempre acompanhar as compras, pagamentos e a administração financeira. Além disso, a presença de um sólido sistema informatizado integrado de administração financeira, contribui para a eficiência e transparência desses processos, instrumentando as políticas e procedimentos escritos e de acordo com os requisitos para acesso em tempo real à informação e oportuna preparação dos relatórios financeiros confiáveis. - (Cérebro e Totvs ERP-RM)			
<b>16.Em cada processo importante, foram identificadas as atividades que contribuem aos objetivos do SCI?</b>	1		
As normas e procedimentos internos, processos administrativos e de suporte aos sistemas, contribuem para o ambiente de controle interno global, além da compreensão pelos membros do staff das suas funções e responsabilidades individuais que atendem aos objetivos de controle. Durante a execução do plano de auditoria interna, tais atividades foram mapeadas e avaliadas.			
<b>17.Existem registros formais de que o pessoal com responsabilidade nos processos, conhece e entende as atividades de controle?</b>	1		
As entrevistas conduzidas pela Auditoria Interna com os funcionários, mostram um adequado conhecimento e compreensão da importância e do impacto das atividades de controle dentro da Instituição.			
<b>18. O sistema de informação está respaldado em uma plataforma tecnológica que facilite o processamento e consulta de dados em forma integral e oportuna?</b>	1		
Os sistemas de gestão integrados para administração financeira e gestão operacional do Funbio (Cérebro, TOTVS/RM, Track U etc) facilitam a geração de dados e informações confiáveis e oportunas, bem como garantem a eficácia no acesso a informação em tempo real e na geração dos relatórios financeiros.			
<b>19. Definiu-se formalmente procedimentos para proteger dos riscos correlativos os equipamentos e as aplicações computadorizadas?</b>	1		
O departamento de Tecnologia da Informação tem efetivamente implementado diversas medidas para garantir a segurança e a integridade dos equipamentos, hardwares, softwares aplicações e outras soluções do Funbio. Em particular: (a) a implementação de medidas de segurança para restringir o acesso a sala de servidores; (b) a presença de controles de refrigeração e umidade no espaço físico dos servidores; (c) a implantação de aplicações de software legalmente licenciadas; (d) a implementação de firewall, antivírus e aplicações anti-spam; (e) a implementação de restrição de uso do usuário e definições de níveis de acesso as diversas aplicações; e (f) a conformidade com os requisitos de backup periódicos.			
<b>20.Existem mecanismos adequados que facilitem a comunicação ao interior da Organização (comunicação de políticas, normas, procedimentos, nomeações e saídas de pessoal, esclarecimentos, informação de assuntos não usuais, assimilação de sugestões, etc.)?</b>	1		
Os principais meios para comunicação interna no Funbio são eletrônicos. Em particular: (a) o site da intranet que contém comunicações, informações, normas e procedimentos; e (b) o sistema de correio eletrônico com protocolos pertinentes para distribuição da informação em níveis e também com a apresentação da agenda, para que todos tenham ciência dos eventos, visitas, reuniões e viagens importantes para a Instituição. O uso de circulares e outros materiais impressos para comunicações internas são feitos o mínimo possível. A área de Comunicação é responsável pelas comunicações internas do Funbio.			
<b>21.Existem mecanismos que facilitem a comunicação ao exterior da Organização (canais de comunicação com fornecedores, entidades multilaterais, governamentais, financeiras, etc.)?</b>	1		
A área de Comunicação é a responsável por orientar a política de comunicação externa do Funbio, incluindo o desenvolvimento de conteúdos e materiais para distribuição externa, tais como o Relatório Anual e as publicações sobre projetos e programas, bem como trabalhar com a imprensa. A comunicação externa relativa aos projetos são realizadas pelos gerentes de projetos da FUNBIO com os respectivos gestores nas entidades externas.			

22. Definiram-se funções e procedimentos de supervisão para os processos mais importantes?	1		
Cada processo chave de compras, gestão administrativa e financeira, dentre outros, definem claramente as instâncias responsáveis pelas funções de supervisão e monitoramento, com base em normas estritas de controle interno e, com o estabelecido nos manuais de procedimentos internos, fluxogramas, tabelas de controle e listas de verificação, e com o apoio das plataformas de sistemas integrados.			
23. Dispõem de registros formais de que a supervisão se cumpre na prática? (identificar evidências sobre documentos e informes que revelem a participação dos níveis de direção na revisão da qualidade dos processos)?	1		
Mediante a divulgação dos relatórios de auditoria interna para os respectivos gestores, planos de ação devem ser estabelecidos para saneamento das inconsistências, fragilidades e falhas nos processos indentificados. A auditoria interna acorda prazos e monitora a implementação dos planos de ação para melhoria da qualidade dos processos. Todos os procedimentos estão associados à gestão de risco no ambiente de controle interno.			
24. Estão previstos mecanismos para que o pessoal realize auto-avaliações periódicas do funcionamento dos controles correspondentes a suas áreas de responsabilidades?	1		
Não estão previstas auto-avaliações, porém com o estabelecimento de uma área de auditoria interna, o Funbio passou a realizar revisões independentes sobre a efetividade e eficiência do seu sistema de controle interno. Os gestores das áreas chave avaliadas são comunicados sobre inconsistências e ineficiências e envolvidos nas ações de mitigação desses riscos para que os controles operem eficientemente. Não há um mecanismo com periodicidade estabelecida, mas a equipe do FUNBIO já tem apresentado uma atitude pro ativa sobre os temas sob suas áreas de responsabilidade.			
25. Estabeleceu-se com clareza a responsabilidade e as ações relacionadas com a recepção, avaliação e o trâmite das iniciativas dos empregados, com relação ao SCT?	1		
Sim. Os relatórios de auditoria interna são divulgados para todos os funcionários da área avaliada e para a gerência. Neste relatório são apresentadas as principais atividades mapeadas, a alocação dos riscos relacionados e os controles identificados para mitigar tais riscos. Todos os funcionários são incentivados e encorajados a propor melhorias nos processos. Com o apoio da auditoria interna, tais melhorias são repassadas aos gestores e uma resposta é dada. (formalizado em Planos de Ação - Sumário Executivo).			
26. Estando formalizada a criação e o funcionamento de uma Unidade de Auditoria Interna, esta fundamenta seus trabalhos de acordo com as Normas de Auditoria Interna Geralmente Aceitas 'NAI'? (Verificar a existência de Manual de AI, tamanho da Unidade, conhecimento por seus membros das NAI, Alcance das Auditorias).	1		
Sim, a área de auditoria interna fundamenta seus trabalhos de acordo com as Normas de Auditoria Geralmente Aceitas 'NAI'. No Manual da Auditoria Interna é estabelecida a política profissional da área, que deve estar em conformidade com as práticas profissionais do Instituto dos Auditores Internos (que inclui as 'NAI'). A área de auditoria interna do Funbio é composta por apenas uma pessoa e, tendo em vista que está se preparando para certificar-se como auditora interna (CIA), tem conhecimento das 'NAI'.			
27. Designou-se responsabilidade e se previu um procedimento para receber, avaliar e tramitar as recomendações e conclusões de Auditoria Interna sobre o SCT?	1		
Sim. Todas as recomendações e conclusões da auditoria interna sobre o SCT são acordadas e repassadas em forma de relatório aos auditados e respectivos gestores. A partir dessa divulgação, os gestores e sua equipe possuem 30 dias para elaborar os planos de ação para as inconsistências e acordar ou não a implementação das recomendações. A auditoria interna, após o recebimento dos planos de ação acorda junto aos gestores os prazos para implementação das ações e agenda nova avaliação futura sobre a questão.			
28. Os níveis de responsabilidade e autoridade revelam satisfação pelos serviços que recebem da AI?	1		
Sim. Além de relatarem satisfação com os serviços que recebem da AI, é perceptível que muitos auditados enxergam a área de AI como facilitadora para solução de questões persistentes nas áreas. Muitos auditados relatam espontaneamente situações em que os controles não são seguidos em função de particularidades que não haviam sido contempladas no momento da criação de tais controles. Entendem que a AI pode ponderar a necessidade de estabelecimento de tais controles com o dia a dia e chegar a melhor solução.			
29. Dispõem de um Informe de Auditoria Interna ou equivalente atualizado, no qual se revele que foram cumpridos os requisitos detalhados para cada um dos cinco componentes de controle interno, descritos nas cinco seções deste questionário?	1		
Sim, o Relatório Anual da Auditoria Interna.			
<b>TOTALIZAÇÃO</b>	<b>29</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	<b>100,00</b>		

Questionário para analisar o Sistema de Controle Externo (SCE)	SIM	NÃO	N/A
<b>1. A Entidade está sujeita a auditoria externa e esta se cumpriu com uma periodicidade anual?</b> Sim. Conforme estabelecido no Estatuto Social do Funbio e, com base nos "Termos de Parceria", assinado com o Setor Público nos termos da Lei 9.790, bem como o Decreto 3.100 de 30 de junho de 1999, que regulamenta a Lei, os recursos e as demonstrações financeiras do Funbio estão sujeitos a auditorias externas de fim-de-ano realizadas por empresas de contabilidade/auditoria independentes e qualificadas. O Funbio tem cumprido plenamente as suas necessidades anuais de auditoria externa, que são conduzidas seguindo as normas de auditoria brasileiras e internacionais. De 2015 a 2017 a auditoria externa será realizada pela empresa Grant Thornton.	1		
<b>2. Existem procedimentos formais para a administração dos serviços de auditoria externa (responsabilidades para a preparação e fornecimento de informação, seguimento ao cumprimento de datas de compromisso, recepção dos resultados, esclarecimentos e comunicações com os Auditores Externos, etc.)?</b> Sim. Um Termo de Referência (TdR) foi elaborado contendo todo o escopo, datas e relatórios necessários. Os esclarecimentos e comunicações com os auditores externos ficam a cargo da Auditoria interna, Contadora e Superintendente de Planejamento e Gestão.	1		
<b>3. Dispõem de um contrato formal ou equivalente, para a realização da Auditoria Externa?</b> Sim. Um Contrato de Serviços de Consultoria é assinado a cada ano. Entretanto, os serviços de auditoria externa são adquiridos para períodos de três anos, ratificados anualmente.	1		
<b>4. As declarações de natureza e alcance dos serviços de auditoria refletem com clareza os benefícios que se espera obter deste serviço?</b> Na sessão "Escopo das Atividades" do Termo de Referência, são explicitados os benefícios que se espera obter deste serviço. Em termos gerais, as atividades que fazem parte da auditoria externa incluem: (a) análise e opinião sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro com base em práticas internacionais de contabilidade adotadas no Brasil; (b) cumprimento dos procedimentos de contratação interna da instituição, bem como as contas nos manuais de operação dos projetos; (c) conformidade com os procedimentos de desembolsos e despesas de fundos; (d) avaliação do ambiente geral de riscos e dos sistemas de controle interno que suportam a preparação das demonstrações financeiras; (e) aplicação das práticas contábeis adequadas e geralmente aceitas; e (f) outros aspectos considerados relevantes pelo auditor externo. Resposta modificada para NÃO, de modo que possa refletir o fato de que a Auditoria Externa atualmente contratada avalia as demonstrações financeiras do Funbio e dos processos internos inerentes à operação da entidade e da execução de todos os projetos gerenciados pela entidade. Entretanto, entende-se que no modelo atual, a auditoria do GEF Terrestre é parte de um contexto amostral no grupo de projetos executados pelo Funbio. Neste sentido, a modificação da resposta para NÃO pretende indicar apenas que o projeto GEF Terrestre deveria contar com Auditoria Externa exclusiva, de modo a atender as normas e procedimentos do BID para Auditoria Externa do Projeto. A oportunidade de melhoria neste caso estaria na contratação de empresa de auditoria externa diferente daquela já contratada pelo Funbio, para verificar exclusivamente as contas do Projeto durante seu período de execução.		1	
<b>5. As estimativas de honorários estão baseadas em cálculos razoáveis de hora/homem ou dias/homem, em função dos alcances e natureza do trabalho?</b> Sim. O custo total da auditoria é negociado pelo Funbio junto a empresa com base em custos unitários estimados para serviços profissionais, no escopo da auditoria e nas estimativas contidas na proposta técnica apresentada ao Funbio. Contratos são baseados em montantes fixos que incluem honorários e outros custos que possam ser incorridos pela empresa durante o curso da auditoria.	1		
<b>6. Os honorários vem sendo pagos de acordo com o previsto no contrato?</b> Sim. O pagamento, relativo à auditoria de cada exercício auditado, é feito em quatro parcelas: - 10% no início dos trabalhos de campo (visita preliminar); - 20% na auditoria preliminar; - 40% na entrega da minuta dos relatórios; - 30% na entrega da versão final dos relatórios	1		
<b>7. Tendo havido atrasos nos pagamentos honorários, estes estão justificados por razões atribuíveis a não cumprimentos da Firma de Auditoria Externa?</b> Não aplicável ao Funbio. As auditorias tem sido sempre conduzidas de acordo com o tempo acordado nos contratos e, conseqüentemente os pagamentos tem sido realizados em tempo hábil.			1
<b>8. A firma de Auditores externos presta unicamente este tipo de serviço à entidade?</b> Sim. Os auditores externos não fornecem quaisquer serviços adicionais à Instituição além dos contidos na auditoria externa anual.	1		
<b>9. Os informes da auditoria contratada foram entregues na oportunidade prevista no contrato ou na norma legal que assim o requer?</b> Sim. Os relatórios de auditoria externa são entregues no prazo, antecipadamente a primeira reunião do Conselho Deliberativo do ano, que ocorre normalmente em abril.	1		
<b>10. Se nos informes, os resultados se isentaram de opiniões padronizadas e se reportaram a recomendações de Controle Interno, a Entidade implantou oportunamente ações formais dirigidas à solução de tais problemas?</b> Em todos os anos analisados, os auditores externos têm expressado opiniões sem reservas sobre as demonstrações financeiras do Funbio e o suporte dos controles internos em vigor para a sua preparação. Em outras palavras, com base no parecer dos auditores externos, "as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira do Funbio em 31 de dezembro, os resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil".	1		
<b>11. Se houve limitações ao alcance do auditor, estas representam um desconhecimento da Entidade sobre os apoios necessários para cumprir os objetivos da Auditoria?</b> Não aplicável ao Funbio. Não foram apontadas limitações de escopo nas auditorias externas realizadas.			1
<b>12. Dispõem de evidência sobre a correção efetiva dos assuntos reportados nos informes?</b> As demonstrações financeiras e notas explicativas às demonstrações financeiras não refletem quaisquer pendências ou aspectos sujeitos a correção da auditoria de anos anteriores. Desse modo, não há itens abertos ou questões pendentes que tenham sido levadas de um ano para outro.	1		
<b>13. A natureza das correções está dirigida a solucionar as causas dos problemas, para que não continuem se repetindo as observações da Auditoria Externa?</b>	1		

O fato de que não há observações recorrentes nas auditorias externas anuais realizadas pelas empresas de contabilidade independentes, é uma prova de que todas as observações e/ou recomendações são eficaz e oportunamente tratadas pelo Funbio.			
14. Se subsistirem assuntos por resolver, provenientes dos informes de Auditoria externa, isso se pode atribuir ao desconhecimento dos benefícios ou falta de vontade da administração para aplicar as soluções? Não aplicável ao Funbio. Não há questões em aberto pendentes de auditorias anteriores.			1
<b>TOTALIZAÇÃO</b>	10	1	3
	90,91		

## 8. Anexo 2 – Demonstrações Financeiras FUNBIO 2014



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE – FUNBIO**

**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

## Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras .....	3
Balanço patrimonial.....	4
Demonstração dos resultados .....	5
Demonstração dos resultados abrangentes .....	6
Demonstração das mutações do patrimônio social .....	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras .....	9

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Conselheiros  
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO  
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do déficit do exercício, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração da Entidade, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

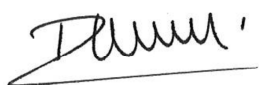
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 17 de abril de 2015

Mazars Auditores Independentes  
CRC 2SP023701/O-8 “F” RJ



Dominique Joseph Marcel Nezan  
Contador CRC 1SP220825/O-0 “S” RJ

## Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

### Balanço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	2014	2013	Passivo e patrimônio líquido	2014	2013
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)	463.152	368.911	Fornecedores (Nota 10)	82	19
Outras contas a receber	394	508	Salários e obrigações trabalhistas (Nota 11)	1.716	1.377
	463.546	369.419	Impostos e taxas	179	125
Não circulante			Recursos de terceiros vinculados a projetos (Nota 12)	228.134	177.981
Imobilizado (Nota 9)	664	546	Outras contas a pagar	1.285	162
Intangível	-	8		231.396	179.664
	664	554	Não circulante		
			Fundo de recursos FUNBIO (Nota 13)	15.033	14.573
			Recursos de terceiros vinculados a projetos – Fundos (Nota 12)	217.946	175.383
				232.979	189.956
			Patrimônio líquido		
			Superávit acumulado	353	428
			Déficit do exercício	(518)	(75)
				(165)	353
Total do ativo	464.210	369.973	Total do passivo e patrimônio líquido	464.210	369.973

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

### Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Receitas operacionais</b>		
Reembolso de projetos (Nota 14)	8.267	8.312
Monitoramento de projeto (Nota 15)	1.861	1.927
Serviços prestados (Nota 16)	<u>371</u>	<u>736</u>
<b>Total das receitas</b>	<u>10.499</u>	<u>10.974</u>
<b>Despesas operacionais</b>		
<b>Administrativas</b>		
Salários e encargos	(9.018)	(8.299)
Serviços de terceiros	(1.110)	(1.266)
Locação e manutenção	(673)	(547)
Despesas de viagens	(202)	(197)
Despesas gerais	<u>(807)</u>	<u>(820)</u>
<b>Total das despesas</b>	<u>(11.810)</u>	<u>(11.131)</u>
Despesas Financeiras	(22)	(58)
Receitas Financeiras	<u>104</u>	<u>139</u>
<b>Resultado financeiro líquido (Nota 17)</b>	<u>82</u>	<u>81</u>
<b>Resultado operacional</b>	<u>(1.228)</u>	<u>(75)</u>
<b>Projetos</b>		
Prestação de contas aprovadas (Nota 12)	55.326	58.301
Desembolso para parceiros (Nota 12)	(15.299)	(19.457)
Recursos executados (Nota 12)	(40.486)	(38.902)
Prestação de contas em andamento (Nota 12)	<u>460</u>	<u>58</u>
<b>Resultados dos projetos</b>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Aplicações de recursos (Nota 13)</b>	<u>710</u>	<u>-</u>
<b>Déficit do exercício</b>	<u><u>(518)</u></u>	<u><u>(75)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

### Demonstração dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Déficit do exercício	(518)	(75)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(518)</u>	<u>(75)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

### Demonstração das mutações do patrimônio social Em milhares de reais

	<b>Superávit (déficit) acumulado</b>	<b>Déficit do exercício</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2013</b>	428	-	428
Déficit do exercício		(75)	(75)
Transferência para superávit (déficit) acumulado	(75)	75	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	353	-	353
Déficit do exercício		(518)	(518)
Transferência para superávit (déficit) acumulado	(518)	518	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	(165)	-	(165)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

### Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2014	2013
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Déficit do exercício</b>	(518)	(75)
<b>Ajustes</b>		
Valor residual do ativo imobilizado baixado	2	3
Depreciação e amortização	252	269
	(264)	197
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Outras contas a receber	114	(239)
Fornecedores	75	(547)
Salários e obrigações trabalhistas	253	138
Impostos e taxas	88	(12)
Outras contas a pagar	1.165	(1.010)
<b>Fluxo de caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	1.431	(1.473)
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Adições ao ativo imobilizado e ativo intangível	(365)	(121)
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos</b>	(365)	(121)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Recebimento de recursos vinculados a projetos	124.912	82.951
Rendimentos sobre recursos vinculados a projetos	28.368	15.482
Variações cambiais sobre recursos vinculados a projetos	10.749	13.391
Gestão financeira sobre recursos vinculados a projetos	(2.168)	(745)
Custos vinculados a projetos	(69.146)	(66.688)
Aumento/redução dos fundos de recursos	460	409
<b>Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos</b>	93.175	44.800
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	94.241	43.206
<b>Variação do caixa e equivalentes de caixa</b>		
No fim do exercício	463.152	368.911
No início do exercício	368.911	325.705
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	94.241	43.206

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# **Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO**

## **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014** **Em milhares de reais**

---

### **1 Contexto operacional**

“A missão do Funbio é aportar recursos estratégicos para a conservação da Biodiversidade.”

Nossa visão é: “Ser a referência na viabilização dos recursos estratégicos e soluções para a conservação da biodiversidade.”

O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade, Funbio, é uma associação civil sem fins lucrativos, que iniciou sua operação em 1996. É um mecanismo financeiro privado inovador, criado para desenvolver estratégias que contribuam para a implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) no Brasil.

O Funbio atua como parceiro estratégico do setor privado, de diferentes órgãos públicos estaduais e federais e da sociedade civil organizada. Essas parcerias viabilizam os investimentos socioambientais das empresas e a redução e mitigação de seus impactos, bem como o cumprimento de suas obrigações legais. Na esfera pública, visam consolidar políticas de conservação e viabilizar programas de financiamento ambiental.

Em 2014, o Funbio ultrapassou a cifra de meio bilhão de dólares administrados ao longo de 18 anos. Nessa trajetória, apoiou 207 projetos e 282 áreas protegidas no Brasil. Também em 2014, após três anos de rigorosa avaliação e investimentos em fortalecimento institucional, o Funbio foi credenciado como a primeira agência nacional implementadora do GEF – Global Environment Facility – na América Latina, unindo-se assim a um seleto grupo de agências do GEF no mundo.

Ao fim do exercício de 2014 o Funbio apresenta a gestão de ativos no montante total de R\$ 464 milhões (2013: R\$ 369 milhões), sendo que, R\$ 446 milhões são recursos de terceiros vinculados a projetos (2013: 353 milhões) e R\$ 15 milhões em um fundo de recursos da própria entidade (2013: R\$ 14,5 milhões). No mesmo período o total de recursos de projetos executados atingiu R\$ 55 milhões (2013: R\$ 58 milhões) vide detalhes na Nota Explicativa no. 12 deste relatório. As despesas operacionais sofreram um acréscimo de 6% no ano, atingindo R\$ 11,8 milhões (2013: R\$ 11,1 milhões).

A governança do Funbio ocorre através do Conselho Deliberativo (CD), que reúne 16 membros dos setores acadêmico, ambiental, empresarial e governamental, e é responsável pela definição da estratégia e pela direção geral do Funbio. Reúne-se três vezes ao ano, e avalia rumos estratégicos e gestão institucional. O Conselho Consultivo (CC) é integrado por 34 ex-conselheiros e lideranças convidadas, e atua no aconselhamento técnico. Reúne-se uma vez ao ano e pode integrar comissões técnicas de Projetos. A Comissão de Finanças e Auditoria (CFA), formada por membros do CD e do CC, assessora o Conselho Deliberativo na orientação da gestão, aprovação de orçamentos e planos de investimentos da instituição. A Comissão de Gestão de Ativos, formada por membros da CFA e por convidados especialistas do mercado financeiro, apoia na tomada de decisão sobre política de investimentos dos fundos e aplicações financeiras da entidade.

### **2 Base de preparação das demonstrações financeiras**

#### **Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

## **Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014**

**Em milhares de reais**

---

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 17 de abril de 2015.

#### **Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto as aplicações financeiras apresentadas a valor justo por meio do resultado.

#### **3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **4 Uso de estimativas e julgamentos**

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e ativo intangível. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

#### **5 Mensuração ao valor justo**

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Entidade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Entidade reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Em 31 de dezembro de 2013 foi adotado o CPC 46 / IFRS 13 que unifica a definição de valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Ele substitui e expande os requerimentos de divulgação inclusos em outros CPCs / IFRSs, incluindo o CPC 40 (R1) / IFRS 7.

De acordo com as disposições transitórias do CPC 46, a Entidade aplicou as novas medidas de mensuração do valor justo de forma prospectiva e não apresentou qualquer informação comparativa para novas divulgações. Independente disso, a mudança não teve um impacto significativo nas mensurações dos ativos e passivos da Entidade.

## Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais

---

#### 6 Principais práticas contábeis

##### 6.1 Conversão de moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado.

##### 6.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor; para fins de demonstração dos fluxos de caixa inclui os saldos em contas garantidas, quando utilizadas.

As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos e variações cambiais até a data do balanço, ajustados ao valor de mercado, quando este for menor.

##### 6.3 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável acumulada (*impairment*), quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens incluindo os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação dos ativos imobilizados é registrada durante sua vida útil, pelo período abaixo:

	Anos
Benfeitorias em bens de terceiros	3 a 25
Equipamentos de Informática	5
Moveis e utensílios	10
Maquinas e equipamentos	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada período.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

A vida útil é baseada nas estimativas da Administração a respeito do período em que os ativos gerarão receitas, as quais são periodicamente revisadas para adequação contínua. Alterações nas estimativas poderão resultar em variações significativas no valor contábil e os valores são apropriados ao resultado do exercício conforme as novas estimativas.

## **Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais**

---

#### **6.4 Intangível**

As licenças de *software* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e preparar os *softwares* para sua utilização. Esses custos são amortizados durante suas vidas úteis estimadas, que não ultrapassam cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

#### **6.5 Redução ao valor recuperável dos ativos**

Os ativos são revisados para a verificação de "*impairment*" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser totalmente recuperável. O valor contábil de um ativo é reduzido para seu valor recuperável estimado se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

#### **6.6 Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades e gestão de projetos, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

#### **6.7 Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor possa ser estimado com segurança.

A Entidade é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais externos.

#### **6.8 Recursos de terceiros vinculados a projetos**

Os depósitos recebidos em contas do FUNBIO destinados à execução de projetos e firmados em instrumentos contratuais são reconhecidos como obrigação da Entidade perante os doadores e/ou parceiros. À medida da execução dos projetos, essas obrigações são reconhecidas em contrapartida com a conta "Prestação de contas aprovadas" no resultado do exercício.

#### **6.9 Valores de realização e exigibilidade**

Os demais ativos e passivos são demonstrados pelos valores de realização e exigibilidade, respectivamente, e contemplam quando aplicável, as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata temporis*. Quando aplicável, são constituídas provisões para redução dos ativos ao valor de mercado ou provável de realização.

## **Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais**

---

Os saldos realizáveis e exigíveis com vencimento em até 12 meses da data do balanço são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

#### **6.10 Reconhecimento de receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços de consultoria, reembolso de projetos e taxa administrativa no curso normal das atividades da Entidade.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado quando pode ser estimada de forma confiável, associada com a transação por referência e o estágio de execução de seus serviços ao final do período de referência.

A receita de reembolso de projetos é reconhecida no resultado quando o FUNBIO é reembolsado pelo gerenciamento e execução dos projetos. Estas receitas estão previstas nos orçamentos dos projetos que são parte integrante dos acordos contratuais.

A receita de taxa de administração é calculada com base em percentual variável de acordo com a execução dos projetos, estas taxas estão previstas em instrumentos contratuais e a receita é reconhecida no resultado no momento da prestação de contas dos projetos.

##### **(a) Internalização de recursos**

Registrados como receita quando da transferência de recursos financeiros aplicados pelo gestor no exercício para uma instituição financeira no Brasil em contrapartida à conta "Fundos de recursos do FUNBIO - FRF" no exigível a longo prazo.

##### **(b) Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva.

#### **6.11 Reconhecimento das despesas de projetos**

As despesas realizadas por conta de projetos são reconhecidas no resultado do exercício nas contas "desembolso para parceiros", "recursos executados" e "prestação de contas em andamento" na medida em que são incorridas.

#### **6.12 Imposto de renda e contribuição social corrente**

Por ser uma Entidade sem fins lucrativos, a Entidade está isenta do recolhimento do imposto de renda e da contribuição social, conforme disposto no artigo 15 da Lei nº 9.532/97, desde que atendendo aos requisitos previstos nas alíneas "a" a "e", do § 2º, do artigo 12 da citada Lei, a saber:

- Não remunerar, por qualquer forma seus dirigentes pelos serviços prestados;
- Apresentar, anualmente, declaração de rendimentos em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;
- Não apresentar Superávit em suas contas ou, caso apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- Não contribuir para a prática que constitua infração disposto da legislação societária;
- Não observar os requisitos legais dispostos no artigo 32 da Lei Nº 9.430/96.

## **Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais**

---

A Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS: Conforme o artigo 13 da Medida Provisória (MP) nº 2158-35 de 2001, as entidades sem fins lucrativos que tenham empregados, tal como definidos pela Legislação Trabalhista, contribuirão para o PIS com uma quota fixa de 1% incidente sobre a folha de pagamento mensal. Tais entidades são isentas de PIS sobre receitas nos termos do § 1º, do artigo 14 da MP nº 2158-35/01, desde que preencham os requisitos previstos no artigo 12 da Lei nº 9532/97.

No que diz respeito à COFINS, o inciso X, do artigo 14 da MP nº 2158-35 de 2001 determina a não incidência sobre as receitas das instituições sem fins lucrativos. Também nesse caso, o gozo da isenção depende do preenchimento dos requisitos previstos no artigo 12 da Lei nº 9532/97.

A entidade vem cumprindo com os requisitos previstos na Lei nº 9532/97 para o gozo das isenções mencionadas.

#### **6.13 Novos pronunciamentos, alterações e interpretações das IFRS ainda não adotados**

Os pronunciamentos a seguir foram emitidos pelo IASB e serão obrigatórios para exercícios contábeis subsequentes. A adoção pela Entidade ocorrerá após a emissão de pronunciamento técnico pelo CPC.

- (i) IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes - Emitida em maio de 2014, com vigência em 1º de janeiro de 2017, em substituição às normas atuais IAS 11 - Contratos de construção e IAS 18 - Receitas, a IFRS 15 estabelece princípios de mensuração, reconhecimento e divulgação das receitas.
- (ii) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Emitida em julho de 2014 em sua versão final, com vigência em 1º de janeiro de 2018, em substituição a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, e as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 estabelece novos requerimentos para a classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge dos instrumentos financeiros.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Entidade

## **7 Gerenciamento de risco financeiro**

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros mencionados na nota 6.13:

- Risco de mercado; e,
- Risco de liquidez.

As informações abaixo apresentam resumo sobre a exposição da Entidade a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da entidade, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

#### **(a) Riscos de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros das aplicações financeiras da Entidade, têm nos ganhos auferidos em função do seu portfólio ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros.

## Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais

A Entidade administra os riscos de mercado através de aplicações financeiras em fundos de baixo risco de mercado e com baixa alavancagem financeira, sempre em instituições financeiras de 1º linha. Nesse sentido, observa-se o risco cambial como o principal risco de mercado decorrente dos projetos, cujos financiadores são entidades estrangeiras.

#### Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade de a Entidade vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Os projetos são executados e orçados em reais e o controle de saldos a internalizar presente nas prestações de contas dos projetos são atualizadas pela taxa de câmbio vigente. Regularmente são efetuadas conciliações das parcelas a internalizar com as metas definidas para o projeto, em caso de variações significativas é feito um replanejamento do projeto.

#### (b) Riscos de liquidez

É o risco de a Entidade não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria. Tal controle é exercido para administrar as contas da Entidade e de cada um de seus projetos.

#### 8 Caixa e equivalentes de caixa

	2014	2013
<b>Recursos próprios</b>		
Caixa	340	292
Bancos no país	42	1
Bancos no exterior (a)	303	175
Aplicações financeiras no país (b)	15.857	15.509
	16.542	15.977
<b>Recursos de terceiros</b>		
Caixa	-	-
Bancos no país	854	1.145
Bancos no exterior (a)	549	8.598
Aplicações financeiras no país (b)	357.113	272.374
Aplicações financeiras no exterior (c)	88.094	70.817
	446.610	352.934
	463.152	368.911

## Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais

Os montantes apresentados em caixa, bancos no país, bancos no exterior e aplicações financeiras representam os saldos próprios da Entidade os quais são destinados à sua manutenção operacional e administrativa, sendo esses prontamente conversíveis em caixa e sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras são compostas de Fundos e CDB's e estão registradas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, onde o valor justo não supera o valor de mercado.

As disponibilidades vinculadas aos projetos representam os montantes repassados pelos diversos patrocinadores a Entidade, os quais são mantidos nas contas correntes individuais de cada projeto e aplicações financeiras em fundos de investimentos e certificados de depósitos bancários – CDB's, as quais possuem liquidez inferior a 90 dias, com risco insignificante de redução de valor. Tais aplicações estão sendo compostas de CDB's remunerados com a taxa do CDI e outros investimentos em Fundos de investimento, mantidas em instituição financeira de 1º linha. Tais aplicações estão registradas pelo montante investido, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, onde o valor justo não supera o valor de mercado.

- (a) Composição dos saldos de bancos conta movimento em 31 de dezembro:

	2014	2013
Banco do Brasil NY FUNBIO	-	175
Banco do Brasil NY – GEF CERRADO	1	2
Banco do Brasil NY – Capacitação RedLac	22	463
J. P. MORGAN – NY	282	246
Banco do Brasil Frankfurt – FFEM	76	42
Banco do Brasil NY – ARPA KFW	-	1.557
Itaú MIAMI – FAP	154	6.274
Itaú MIAMI – FAP KFW	14	13
	852	8.773

- (b) As aplicações Financeiras no país estão assim representadas na data de 31 de dezembro:

Projeto Fundo Mata Atlântica (FMA)	2014	2013
<b>Fundo Fiduciário</b>		
Itaú Pragma - FMA Fundo Fiduciário	14.390	16.932
Itaú Private EFFICAX - FMA Fundo Fiduciário	6.110	1.993
Itaú Private ACTIVE FIX - FMA Fundo Fiduciário	2.296	2.104
	22.796	21.028

## Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais

Aplicação automática	2014	2013
Banco do Brasil - FMA Comperj	-	25.421
Banco do Brasil - FMA Construção Naval do Açu	-	17.064
Banco do Brasil - FMA Comperj Impl. Infr. e Urbanização	-	12.205
Banco do Brasil - FMA GASDUC III	-	4.241
Banco do Brasil - FMA Obras Tecab	-	1.881
Banco do Brasil - FMA Baixada Fluminense	-	2.307
Banco do Brasil - FMA CSA II	2.332	2.155
Banco do Brasil - FMA Grota Funda	848	955
Banco do Brasil - FMA Aeroporto Santos Dumont	-	990
Banco do Brasil - FMA GASJAP	405	767
Banco do Brasil - FMA Lighter	-	743
Banco do Brasil - FMA Metrô CRB II	-	2.718
Banco do Brasil - FMA Terminal Mar. Da Ilha Guaíba	-	582
Banco do Brasil - FMA Comperj UHOS	-	604
Banco do Brasil - FMA Quitumba	-	402
Banco do Brasil - FMA TA AR Transpetro	-	656
Banco do Brasil - FMA Ponta da Areia	-	296
Banco do Brasil - FMA Libra Terminal	-	466
Banco do Brasil - FMA UTE Porto do Açu	-	398
Banco do Brasil - FMA CTR Itaboraí	152	141
Banco do Brasil - FMA Però Area 4	-	5
Banco do Brasil - FMA Però Viário	-	34
Banco do Brasil - FMA Però Area 33	-	6
Banco do Brasil - FMA Però Area 19/22	-	13
Banco do Brasil - FMA Però Area 30/22	-	25
Banco do Brasil - FMA Dutov Comperj	-	1.205
Banco do Brasil - FMA TER Sub Emissário	-	648
Banco do Brasil - FMA Linha de Transmissão Petrobrás	-	55
Banco do Brasil - FMA Transsol Pmrj	-	2.719
Banco do Brasil - FMA CCR Dutra	-	274
Banco do Brasil - FMA Multi Rio	-	330
Banco do Brasil - FMA Multi Car	-	342
Banco do Brasil - FMA Gasoduto Guapimirim	-	106
Banco do Brasil - FMA UPGN Comperj	-	906
Banco do Brasil - FMA Marina Imperial	-	64
Banco do Brasil - FMA CTR CAMPOS	-	39
Banco do Brasil - FMA APLICAÇÃO CTL	70	65
Banco do Brasil - FMA RIO JV PARTN	-	115
Banco do Brasil - FMA BRASFELS	-	70
Banco do Brasil - FMA LOT IND PRIMUS	-	90
Banco do Brasil - FMA VILAREJO MARA	-	109
Banco do Brasil - FMA LIBRA TERMINAL	-	195
	3.806	82.406

## Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2014**  
**Em milhares de reais**

<b>Aplicação Certificado Depósito Bancário – CDB</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Banco do Brasil CDB - FMA Comperj	31.817	-
Banco do Brasil CDB - FMA LLX AÇU	7.954	9.070
Banco do Brasil CDB - FMA CSA II	1.542	1.722
Banco do Brasil CDB - FMA Via Principal	110	648
Banco do Brasil CDB - FMA Comperj Impl. Infr. e Urbanização	13.034	-
Banco do Brasil CDB - FMA Metrô CRB	500	462
Banco do Brasil CDB - FMA Terminal Mar. Da Ilha Guaíba	238	-
Banco do Brasil CDB - FMA GASDUC III	3.347	-
Banco do Brasil CDB - FMA Paracambi Lighter	813	-
Banco do Brasil CDB - FMA CTR Alcântara	-	48
Banco do Brasil CDB - FMA LIBRA TERMINAL	905	-
Banco do Brasil CDB - FMA TERM SUL LLX	2.950	709
Banco do Brasil CDB - FMA OF CSN	8.582	7.874
Banco do Brasil CDB - FMA Pres. Vargas	502	460
Banco do Brasil CDB - FMA JV PART CDB	281	99
Banco do Brasil CDB - FMA Loteum Incor.	112	39
Banco do Brasil CDB - FMA Lotf Area 30/32	-	37
Banco do Brasil CDB - FMA Metrô CRB II	5.683	-
Banco do Brasil CDB - FMA Pero Area 19/22	-	50
Banco do Brasil CDB - FMA Però Viario	-	51
Banco do Brasil CDB - FMA CV	929	293
Banco do Brasil CDB - FMA Gasjap	190	83
Banco do Brasil CDB - FMA Reseva Pero Ar. 33	-	12
Banco do Brasil CDB - FMA Reseva Pero Ar. 14	-	9
Banco do Brasil CDB - FMA Braz Interm.	491	267
Banco do Brasil CDB - FMA UTE Porto do Açú	435	-
Banco do Brasil CDB - FMA Ponta da Areia	316	-
Banco do Brasil CDB - FMA Quitumba	441	-
Banco do Brasil CDB - FMA Comperj UHOS	661	-
Banco do Brasil CDB - FMA TER Sub Emissário	1.727	-
Banco do Brasil CDB - FMA Dutov Comperj	4.278	-
Banco do Brasil CDB - FMA Linha de trasmissao Petrobás	99	-
Banco do Brasil CDB - FMA Transolimpica Pmrj	6.501	-
Banco do Brasil CDB - FMA CCR Dutra	861	-
Banco do Brasil CDB - FMA Multi Rio	706	-
Banco do Brasil CDB - FMA Multi Car	732	-
Banco do Brasil CDB - FMA Gasoduto Gapimirim	376	-
Banco do Brasil CDB - FMA Gasoduto Gapimirim II	540	-
Banco do Brasil CDB - FMA Lot. Buzios Golfe	156	-
Banco do Brasil CDB - FMA UPGN Comperj	9.539	-
Banco do Brasil CDB - FMA MARINA IMPERIAL	69	-
Banco do Brasil CDB - FMA TRANSCARIOCA	7.283	-
Banco do Brasil CDB - FMA PMN DAS AGUAS	2.103	-
Banco do Brasil CDB - FMA UTE SANTA CRUZ FURNAS	977	-
Banco do Brasil CDB - FMA DRAGAGEM DO TELSUL	462	-
Banco do Brasil CDB - FMA Construção Naval do Açú	17.663	-
Banco do Brasil CDB - FMA Obras Tecab	1.598	-
Banco do Brasil CDB - FMA Baixada Fluminense	294	-
Banco do Brasil CDB - FMA TA AR Transpetro	225	-
Banco do Brasil CDB - FMA Aeroporto Santos Dumont	989	-
	<b>139.012</b>	<b>21.930</b>

## Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais

<b>Aplicação Renda Fixa</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Banco do Brasil RF - FMA Comperj	8.274	5.153
Banco do Brasil RF - FMA Construção Naval do Açu	11.921	10.928
Banco do Brasil RF - FMA Baixada Fluminense	858	787
Banco do Brasil RF - FMA LLX AÇU	2.265	2.076
Banco do Brasil RF - FMA SERB	630	579
Banco do Brasil RF - FMA Metrô CRB II	1.260	1.155
Banco do Brasil RF - FMA Comperj UHOS	985	903
Banco do Brasil RF - FMA ITAGUAI	3.770	3.456
Banco do Brasil RF - FMA P. VARGAS	520	477
Banco do Brasil RF - FMA Metro CRB	1.718	1.575
Banco do Brasil RF - FMA Loteum Incorp	25	23
Banco do Brasil RF - FMA Volta Redonda	290	266
Banco do Brasil RF - FMA PRIMUS	-	50
Banco do Brasil RF - FMA GASDUC	225	206
Banco do Brasil RF - FMA UTE AÇU	222	203
Banco do Brasil RF - FMA PTA AREIRA	227	208
Banco do Brasil RF - FMA BARRA MANSA	-	70
Banco do Brasil RF - FMA RIO JV PARTN	125	-
Banco do Brasil RF - FMA Obras Tecab	613	-
Banco do Brasil RF - FMA TA AR Transpetro	299	-
Banco do Brasil RF - FMA LIBRA TERMINAL	212	-
	<b>34.440</b>	<b>28.117</b>
<b>Sub total</b>	<b>200.054</b>	<b>153.481</b>
<b>Demais projetos</b>		
<b>Demais aplicações</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Banco do Brasil - PARNA DO CABO	23	-
Banco do Brasil - Adoção de Parques (MPX LM)	-	924
Banco do Brasil - Adoção de Parques (OGX FN)	-	1.279
Banco do Brasil - CARBONO PAITER SURUI	-	941
Banco do Brasil - Carteira Fauna (Ararinha Azul)	-	1.480
Banco do Brasil - Carteira Fauna (Sirênios)	-	25
Banco do Brasil - Carteira Fauna (Sísmica)	-	27
Banco do Brasil - Fap Operacional	1.465	-
Banco do Brasil - FIP	-	75
Banco do Brasil - FUNBIO ADM. TITULO DE CAPITALIZAÇÃO	15	-
Banco do Brasil - FUNBIO CIDADES	-	412
Banco do Brasil - FUNJUS	-	101
Banco do Brasil - GEF BM Arpa II	3.313	1.799
Banco do Brasil - GEF Nutrição	-	369
Banco do Brasil - GIZ Anavilhanas	-	1.237
Banco do Brasil - Kayapo	-	743
Banco do Brasil - KfW ARPA 2ª Fase	-	3.315
Banco do Brasil - Novas Fontes Arpa	-	787
Banco do Brasil - PROBIO Fundo de Oportunidade	-	2.667
Banco do Brasil - RESEX DO RIO CAUTARIO	-	3
Banco do Brasil - RVS Rio da Prata	-	340

## Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais

<b>Demais aplicações</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Banco do Brasil - Terra do Meio	-	310
Itaú - ACTIVE FIX - FAP	673	616
Itaú - ACTIVE FIX - FRF	1.591	1.457
Itaú - Fauna ( Carteira Fauna)	-	17
Itaú - Administrativa	18	19
Itaú - FAP COMPROMISSADA DI	25.213	-
Itaú - FAP KFW EFFICAX	6.587	-
Itaú - Fauna (carteira Fauna)	5	2
Itaú - PRIV. COMPR. DI FD KAYAPÓ	1.071	-
Itaú - PRIVATE EXCLUSIVE FIC	88	-
Itaú Compromissada DI - FAP KFW	10.773	7.275
Itaú Compromissada DI - Fauna ( Carteira Fauna)	144	132
Itaú Private - FAP	1.763	521
Itaú Private - Fauna ( Carteira Fauna)	118	155
Itaú Private - FRF	3.561	1.234
Itaú Private - Fundo Kayapó	2.339	1.592
	<b>58.759</b>	<b>29.855</b>
<b>Aplicação Certificado Depósito Bancário - CDB</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Banco do Brasil CDB - TFCA	6.243	14.025
Banco do Brasil CDB - FUNJUS	3.135	3.639
Banco do Brasil CDB - AFCOF II	251	370
Banco do Brasil CDB - Administrativa	792	917
Banco do Brasil CDB - GEF Polinizadores	799	268
Banco do Brasil CDB - PROBIO II	300	98
Banco do Brasil CDB - CFA	62	30
Banco do Brasil CDB - GEF CERRADO	1.086	1.128
Banco do Brasil CDB - GEF ECOFUNDS	13	12
Banco do Brasil CDB - BNDES	1.547	1.347
Banco do Brasil CDB - Terra do Meio	13	-
Banco do Brasil CDB - FIP	12	-
Banco do Brasil CDB - Novas Fontes Arpa	376	-
Banco do Brasil CDB - KfW ARPA 2ª Fase	5.813	-
Banco do Brasil CDB - GEF Nutrição	667	-
Banco do Brasil CDB - CARBONO PAITER SURUI	1.579	-
Banco do Brasil CDB - FUNBIO CIDADES	215	-
Banco do Brasil CDB - FUNJUS CAPACITAÇÃO	103	-
Banco do Brasil CDB - ARPA BID	1.988	-
Banco do Brasil CDB - PROBIO JURUTI	159	-
Banco do Brasil CDB - ICCO FOUND	367	-
Banco do Brasil CDB - Carteira Fauna (Sirênios)	39	-
Banco do Brasil CDB - Kayapo	1.941	-
Banco do Brasil CDB - Carteira Fauna (Ararinha Azul)	1.102	-
Banco do Brasil CDB - Adoção de Parques (OGX FN)	1.322	-
Banco do Brasil CDB - Adoção de Parques (MPX LM)	908	-
Banco do Brasil CDB - RVS Rio da Prata	371	-
Banco do Brasil CDB - Carteira Fauna (Sísmica)	29	-
Itaú CDB - Fauna ( Carteira Fauna)	18	-
	<b>31.250</b>	<b>21.834</b>

## Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais

<b>Aplicação Renda Fixa</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Banco do Brasil RF LP – CFA	-	99
Banco do Brasil RF LP - GEF BM	417	382
Banco do Brasil RF LP - MPX	18	16
Banco do Brasil RF LP - FIP	-	73
Banco do Brasil RF LP - PROBIO Fdo. de Oportunidade	10.847	-
Banco do Brasil RF LP – TFCA	3.556	3.260
	<u>14.837</u>	<u>3.830</u>
<b>Demais projetos (Cont.)</b>		
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Gestor de Ativos Pragma</b>		
Itaú Pragma – Fundo Kayapó	11.584	13.603
Itaú Pragma – Fundo de Recursos do FUNBIO – FRF (ii)	9.882	11.881
Itaú Pragma – FAP (i)	4.233	5.027
Itaú Pragma – FAP KFW (i)	42.372	48.373
	<u>68.070</u>	<u>78.884</u>
<b>Subtotal</b>	<u>172.917</u>	<u>134.403</u>
	<u>372.970</u>	<u>287.883</u>
<b>(a) Composição das aplicações financeiras no exterior em 31 de dezembro:</b>		
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Itaú LUX FAP	-	-
Banco do Brasil Frankfurt - KfW FAP	-	-
J. P. MORGAN - NY FAP	22.601	2.257
Itaú Miami – FAP (i)	60.380	63.803
Itaú Miami - FAP KFW (i)	5.113	4.757
	<u>88.094</u>	<u>70.817</u>

## Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2014  
Em milhares de reais

### 9 Imobilizado

#### (a) Composição

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Benfeitorias em bens de terceiros	Total
<b>Taxas anuais de depreciação - %</b>	10	10	20	4 a 33	
Custo total	295	191	646	545	1.677
Depreciação acumulada	(238)	(115)	(458)	(184)	(995)
<b>Valor residual em 31 de dezembro de 2012</b>	<u>57</u>	<u>76</u>	<u>188</u>	<u>361</u>	<u>682</u>
<b>Movimentação de 2013</b>					
Aquisições	2	98	3	18	121
Baixas		(3)			(3)
Depreciação (i)	(14)	(77)	(14)	(149)	(254)
Transferências					-
Custo total	297	286	649	563	1.795
Depreciação acumulada	(252)	(192)	(472)	(333)	(1.249)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<u>45</u>	<u>94</u>	<u>177</u>	<u>230</u>	<u>546</u>
<b>Movimentação de 2014</b>					
Aquisições	5	58	241	61	365
Baixas		(1)	(1)		(2)
Depreciação (i)	(11)	(15)	(83)	(138)	(247)
Ajuste de custo	(20)	(104)	(143)	-	(267)
Ajuste de depreciação	20	74	173		267
Custo total	282	240	747	624	1.893
Depreciação acumulada	(243)	(133)	(382)	(471)	(1.229)
<b>Valor residual em 31 de dezembro de 2014</b>	<u>39</u>	<u>107</u>	<u>365</u>	<u>153</u>	<u>664</u>

## Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais

#### (b) Outras informações

A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, pelas taxas que levam em consideração a vida útil-econômica estimada dos bens.

A depreciação do período alocado como despesa foi de R\$ 4 (2013: R\$ 254).

O valor contábil bruto de itens do ativo imobilizado totalmente depreciados que ainda estão em uso é de R\$ 1.135 (2013: R\$ 650).

#### (c) Redução ao valor recuperável de ativos

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, a administração não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos desta poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável, além dos valores reconhecidos na provisão para perdas.

#### 10 Fornecedores

	2014	2013
Digirax Representação Com. Serv. Equip. de Informática	3	13
Globo Manutenções e Reformas Ltda.	-	3
Cael Serviços e Construções Ltda.	-	3
NTI Distribuidora Importação e Exportação Ltda	5	-
Maia Comércio e Serviços Ltda	70	-
TOTVS S.A.	4	-
	82	19

#### 11 Salários e obrigações trabalhistas

	2014	2013
Provisão de férias e encargos	955	722
Salários a pagar	346	299
IRRF a recolher	195	161
INSS a recolher	153	133
FGTS a recolher	55	48
PIS a recolher	7	6
Outros	5	8
	1.716	1.377

## Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2014  
Em milhares de reais

### 12 Recursos de terceiros vinculados a projetos

#### Movimentação dos saldos dos projetos

	31/12/2013	Prestação de contas em andamento	Prestação de contas enviadas	Recursos utilizados - Prest ctas	Recursos recebidos	Rendimentos sobre aplicações	Variação cambial	Outros (*)	31/12/2014	Nota
ARPA FT e FAP	139.161	-	-	-	25.723	7.654	10.623	(3.005)	180.156	12.1
ARPA 2ª Fase – BNDES	1.303	(305)	(1.863)	(2.169)	2.450	82	-	(506)	1.160	12.1
ARPA 2ª Fase - GEF BM	3.434	(4)	(2.938)	(2.942)	5.649	247	-	(2.599)	3.790	12.1
ARPA 2ª Fase – KfW	4.383	(57)	(10.366)	(10.423)	12.529	277	207	(217)	6.756	12.1
ARPA FT - Operacional	0	(25)	(56)	(81)	1.500	14	-	(0)	1.433	12.1
ARPA FT - BID	0	-	(288)	(288)	2.029	16	-	(47)	1.710	12.1
FMA - Compensação Ambiental	124.635	(2)	(12.557)	(12.559)	36.167	12.348	-	(2.105)	158.487	12.2
FMA - Fundo Fiduciário	21.029	-	-	-	901	2.071	-	(1.205)	22.797	12.2
FMA - Cartão Vinculado	293	-	(385)	(385)	900	13	-	108	930	12.2
FMA - Outras Fontes	7.874	-	-	-	8.734	1.361	-	(1)	17.968	12.2
TFCA	17.296	-	(9.917)	(9.917)	2.402	1.196	-	(1.172)	9.806	12.3
Fundo Kayapó	15.192	-	-	-	-	1.708	-	(1.907)	14.993	12.4
Kayapó	744	-	(452)	(452)	1.681	64	-	(96)	1.942	12.4
Adoção de Parques	2.529	-	(203)	(203)	-	229	-	(1)	2.554	12.5
Alcoa – Fundo Juruti Sustentável	3.740	-	(568)	(568)	-	290	-	(326)	3.136	12.6
Capacitação CONJUS	-	-	(42)	(42)	326	9	-	(190)	103	12.6
Probio – Fundo de Oportunidade	2.667	-	(1.340)	(1.340)	9.407	283	-	(169)	10.847	12.7
Probio II	93	(31)	(539)	(570)	1.251	11	-	(513)	272	12.7
Probio Juruti Sustentável	-	-	(13)	(13)	169	3	-	-	159	12.7
AFCOF II	365	-	(101)	(101)	-	21	-	(40)	245	12.8
Subtotal	344.738	(424)	(41.630)	(42.053)	111.819	27.898	10.830	(13.990)	439.242	

## Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2014  
Em milhares de reais

### Movimentação dos saldos dos projetos (Cont.)

	31/12/2013	Prestação de contas em andamento	Prestação de contas enviadas	Recursos utilizados	Recursos recebidos	Rendimentos sobre aplicações	Variação cambial	Outros (*)	31/12/2014	Nota
<b>Subtotal</b>	344.738	(424)	(41.630)	(42.053)	111.819	27.898	10.830	(13.990)	439.242	
GEF Cerrado	1.109	(32)	(4.173)	(4.206)	4.202	62	1	(112)	1.056	12.9
GEF Polinizadores	299		(829)	(829)	1.635	23	-	(287)	840	12.10
Terra do Meio	376		(3.080)	(3.080)	2.789	61	-	(576)	(430)	12.11
Carteira Fauna - Ararinha Azul	1.481	(1)	(345)	(346)	-	112	-	(145)	1.102	12.12
Carteira Fauna – Sirênios	212	-	(593)	(593)	706	6	-	(106)	225	12.12
Carteira Fauna (Sísmica e Fundo Fauna)	328	-	(1)	(1)	43	35	-	(6)	399	12.12
GIZ Anavilhanas	1.241	-	(1.278)	(1.278)	-	44	-	(1)	5	12.13
Novas Fontes Arpa	787	-	(323)	(323)	949	50	-	(1.088)	375	12.14
RedLac Capacitação	592	-	(831)	(831)	748	-	(5)	(284)	220	12.15
CLUA - Estudo de Finanças REDD	59	-	-	-	-	-	-	(59)	-	12.16
GEF Nutrição	369	(2)	(404)	(406)	743	39	-	(77)	668	12.17
CFA	120	-	(295)	(295)	447	13	0	(197)	89	12.18
FIP	156	-	(165)	(165)	25	7	-	(11)	12	12.19
RRB - Redd + Readness in Brasil	7	-	(7)	(7)	-	-	-	-	-	-
Ecofunds/BCID	16	-	-	-	-	1	-	1	18	-
Fundo Carbono Paiter Suruí	942	-	(1.332)	(1.332)	1.978	101	-	(28)	1.661	12.20
Funbio Cidades	499	-	(11)	(11)	-	26	-	(305)	208	12.21
ICCO Foundation	-	-	(32)	(32)	385	2	-	4	358	12.22
GEF Mar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.23
Outros projetos	34	-	-	-	-	-	-	(4)	30	-
<b>Subtotal</b>	8.626	(35)	(13.699)	(13.734)	14.650	581	(4)	(3.283)	6.837	
	353.364	(460)	(55.329)	(55.787)	126.469	28.479	10.826	(17.272)	446.079	
Curto prazo	177.981								228.134	
Longo prazo	175.383								217.946	

## **Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais**

---

#### **12.1 ARPA – Programa Áreas Protegidas da Amazônia.**

O programa ARPA é a maior iniciativa de proteção de florestas tropicais do mundo. Tem como meta a conservação e uso sustentável de 60 milhões de hectares – 15% da região amazônica – em Unidades de Conservação (UCs). O Funbio é o gestor financeiro do programa, realizando as atividades de aquisições e contratações para as UCs e fazendo a gestão de ativos do fundo que garante a sustentabilidade do programa no longo prazo, o Fundo de Transição (FT). Este fundo incorpora os recursos do FAP (Fundo de Áreas Protegidas), constituído na primeira fase do programa, e alavanca novos recursos da cooperação internacional e de doações privadas, com a meta de chegar a 215 milhões de dólares. Este recurso deve financiar as UCs apoiadas pelo Arpa em uma transição gradual, até que os recursos governamentais assumam a cobertura total dos custos de manutenção das UCs a partir de 2039. Hoje em sua segunda fase (2010 a 2015), o Arpa apoia a criação de mais 13,5 milhões de hectares em novas UCs e a consolidação de cerca de 32 milhões de hectares em UCs já estabelecidas.

No exercício de 2014 destacamos:

- O Fundo de Transição e o FAP atingiram o montante de R\$ 181 milhões, um incremento de 30% (2013: R\$ 139 milhões) decorrentes de novos depósitos recebidos de doações do WWF e da Anglo American, rendimentos de aplicação financeira e variação cambial. 2014 marca o início da utilização dos recursos do Fundo com a transferência de recursos para a conta do FT – Operacional;
- Recebemos a última parcela no valor de R\$ 2,5 milhões do contrato com o Fundo Amazônia/BNDES no valor total de R\$ 20 milhões, restando ao fim do exercício um saldo aproximado de R\$ 1 milhão para execução, o que deve ocorrer no primeiro quadrimestre de 2015;
- Internalizamos R\$ 5,6 milhões e executamos aproximadamente R\$ 3 milhões dos recursos do contrato com o Banco Mundial no valor total de US\$ 15,9 milhões;
- Do contrato com o Ministério para Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha (BMZ), assinado com o KfW – Entwicklungsbank (Banco Alemão de Desenvolvimento) no valor de EUR 20 milhões, internalizamos R\$ 12 milhões e executamos R\$ 10 milhões;
- Ao final de 2014 transferimos a primeira parcela no valor de R\$ 1,5 milhões do Fundo de Transição para a conta operativa do FT. Com isto, 7 Unidades de Conservação consolidadas planejaram e acessarão estes recursos através do Funbio;
- 2014 marca ainda o início da execução da Cooperação Técnica Não-Reembolsável assinada com o BID – Banco Interamericano para o Desenvolvimento no valor total de US\$ 4,5 milhões que prevê o Planejamento e Fortalecimento do Gestor do Fundo de Transição para o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) para a Vida. Já no fim do exercício foram internalizados R\$ 2 milhões e executados R\$ 288 mil.

#### **12.2 Mecanismo para a Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro**

##### **FMA – Fundo Mata Atlântica do Rio de Janeiro – Convênio SEA**

O Mecanismo Operacional e Financeiro de Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro, também conhecido como Fundo da Mata Atlântica (FMA/RJ), foi concebido para potencializar os investimentos ambientais no estado do Rio de Janeiro e oferecer novas opções de apoio para as áreas protegidas, com agilidade, eficiência e transparência. Por meio de uma parceria firmada com a Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro (SEA-RJ), o FUNBIO administra os recursos do FMA provenientes da compensação sobre os impactos ambientais de empreendimentos produtivos, cujo pagamento é regulamentado pelo SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e recursos oriundos de outras fontes.

## **Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014** **Em milhares de reais**

---

Ao fim de 2014, o FMA mobilizava recursos significativos de compensações ambientais. 63 empreendimentos no Estado se comprometeram a destinar os recursos para o cumprimento de suas obrigações através do mecanismo, somando compromissos de mais de R\$ 288 milhões em Termos de Compromisso de Compensação Ambiental e outras fontes. O instrumento financeiro de compensação ambiental do FMA-RJ apresenta um saldo de R\$ 158 milhões no fim do exercício (2013: R\$ 125 milhões), tendo executado em 2014 recursos da ordem de R\$ 12,5 milhões (2013: R\$ 25,3 milhões) e recebido um montante de R\$ 36 milhões (2013: R\$ 43,5 milhões).

Até o final de 2014, 48 Unidades de Conservação (UCs) - 28 Estaduais, 17 Municipais e 3 Federais já receberam apoio do FMA/RJ com destaque para compra de equipamentos diversos, construção e reforma de infraestrutura, elaboração de projetos executivos de infraestrutura, compra de veículos, contratação de planos de manejo, sinalização e demarcação de limites territoriais, totalizando uma área de cerca de 487 mil hectares de áreas protegidas apoiadas pelo Mecanismo.

Instituído financeiramente em 2012, o Fundo Fiduciário instrumento previsto no âmbito do Convênio SEA, visa prover sustentabilidade financeira de longo prazo às unidades de conservação que estão sob a gestão do INEA, por meio da cobertura de seus custos correntes, tais como, aquisição de bens pré-estabelecidos e pequenos serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da unidade. O montante original de recursos financeiros recebidos para esta carteira foi de R\$ 20,2 milhões que perfaz um saldo de R\$ 22,8 milhões no fim do exercício de 2014. A execução pelas UC's através do Cartão Vinculado Funbio em 2014 foi da ordem de R\$ 385 mil.

Em 2013, o FUNBIO recebeu os primeiros aportes ao Instrumento Operacional e Financeiro de Outras Fontes, no montante de R\$ 7,8 milhões. Em 2014 recebeu aportes no montante de R\$ 8,7 milhões. Com rendimentos da ordem de R\$ 1,3 milhões em 2014 o saldo do instrumento financeiro de Outras Fontes soma aproximadamente R\$ 18 milhões, não havendo projetos alocados neste instrumento.

As principais atividades do FMA/RJ são as compras e contratações para as UCs do estado, efetuadas de acordo com os planos de trabalho aprovados pela Câmara de Compensação Ambiental. São realizadas contratações para elaboração de planos de manejo, projetos executivos, obras e educação ambiental, dentre outras atividades. As compras envolvem veículos terrestres e marítimos, equipamentos de informática, mobiliários, e outros itens. Além disso, o FMA/RJ também efetua pagamentos para regularização fundiária das áreas protegidas e disponibiliza cartões vinculados, que são recarregados para cobertura de pequenos gastos para a manutenção das UCs.

As prestações de contas do mecanismo encontram-se disponíveis no site do Funbio e através dos relatórios anuais de cumprimento do objeto, encaminhados à SEA/RJ.

### **12.3 TFCA – Tropical Forest Conservation Act**

O Tropical Forest Conservation Act (TFCA) é resultado de um acordo bilateral entre o Brasil e os Estados Unidos que visa à troca de dívidas contraídas por países junto ao Governo Norte-americano por investimentos na conservação e no uso sustentável das florestas. Em todo o mundo, mais de dez países já firmaram o acordo com os EUA. O Funbio é a secretaria executiva da Conta TFCA, que recebe os recursos e os direciona para projetos em áreas com remanescentes dos biomas Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga, que, juntos, cobrem cerca de 50% do país. O total da troca de dívida foi de US\$ 20,8 milhões.

Desde 2011, o TFCA já lançou cinco chamadas de projetos, que resultaram no apoio a 82 projetos. Até o final de 2014, 71 já tiveram resultados monitorados pelo Funbio. As linhas temáticas apoiadas são: Áreas Protegidas; Manejo de Paisagem; Capacitação; Manejo de Espécies; Projetos Comunitários; Fortalecimento de Rede; e Capacitação para a Mobilização de Recursos Financeiros.

## **Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014** **Em milhares de reais**

---

Em 2014, foi iniciado o apoio aos quatro novos projetos classificados na última chamada lançada pelo Programa. Além disso, foi aprovada a extensão de 16 dos 82 projetos, cujas atividades estivessem relacionadas diretamente à criação de novas políticas públicas.

Até dezembro, seis projetos tiveram sua execução finalizada. Todos alcançaram as metas propostas e os resultados esperados. Além do acompanhamento feito por intermédio de relatórios técnicos e financeiros periódicos enviados pelos projetos, foi dada continuidade às atividades de monitoramento “in loco”, que permitem observar junto à equipe responsável pelo projeto como está a sua execução e o seu status em relação a cada objetivo específico planejado.

Em resumo, no decorrer de 2014 a Conta TFCA operativa recebeu parcelas no montante de R\$ 2,4 milhões (2013: R\$ 9,2 milhões) e executou desembolsos da ordem de R\$ 9,9 milhões (2013: R\$ 10,3 milhões), tendo um saldo disponível ao final do período no valor de R\$ 9,8 milhões (2013: R\$ 17,3 milhões).

#### **12.4 Fundo Kayapó**

Fundo patrimonial criado para apoiar organizações Kayapó no longo prazo e aumentar a capacidade das Terras Indígenas Kayapó de manterem sua integridade física. Este é o primeiro fundo deste tipo apoiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, por meio do Fundo Amazônia, e em parceria com a Conservação Internacional (CI), um investimento conjunto de R\$ 15,5 milhões. O Funbio é o gestor dos recursos que visam apoiar projetos formulados por organizações indígenas que atuam em uma área de 10,6 milhões de hectares, habitada por cerca de sete mil indígenas desta etnia.

Em 2014, dois projetos foram apoiados no edital 01/2014 das instituições indígenas Associação Floresta Protegida – AFP e Instituto Raoni, no valor total de R\$ 440 mil. O “Fortalecimento Institucional Rumo à Autonomia”, da AFP objetiva fortalecer a autonomia econômica e política das comunidades representadas por meio do apoio às cadeias produtivas e do aumento da participação dos Kayapó no planejamento e na execução das atividades da associação. O projeto do Instituto Raoni “Apoio às Ações de Conservação e Desenvolvimento Sustentável das Terras Indígenas Capoto/Jarina E Menkragnoti”, apresentado pelo Instituto Raoni – também visa o fortalecimento institucional, apoiando o desenvolvimento de atividades produtivas de subsistência e geração de renda, a conscientização para destinação correta dos resíduos sólidos e o resgate de aspectos culturais através da cadeia produtiva do artesanato.

Ao fim do exercício de 2014, o Fundo Kayapó e a conta operativa do projeto consolidavam R\$ 16,9 milhões, sendo R\$ 14,9 milhões no Fundo e R\$ 1,9 milhões na conta operativa do projeto, valores apresentados líquidos da provisão de imposto.

O segundo ciclo de investimentos definiu um montante de R\$1,8 milhão para apoio a novos projetos nas Terras Indígenas Kayapó a partir de 2015. Foram apresentados três projetos das instituições Instituto Raoni, Instituto Kabu e Associação Floresta Protegida, aprovados pela Comissão Técnica e que no momento aguardam a anuência da FUNAI. Após a anuência, eles serão submetidos à aprovação da Comissão de Doadores. O início dos projetos deverá acontecer no primeiro semestre de 2015.

#### **12.5 Adoção de Parques**

Esta modalidade de apoio, criada em 2011, busca investimentos voluntários privados para estruturar e promover a manutenção de Unidades de Conservação (UCs) Federais, Estaduais ou municipais visando a conservação da Biodiversidade. O Funbio administra as doações e presta serviços de compras e contratações especializadas, controle financeiro e relatoria. Em contrapartida ao aporte de recursos, as empresas têm seu patrocínio reconhecido e ganham visibilidade em ações de comunicação.

## Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais

Os contratos vigentes são:

Parque	Área (mil) hectares	Recursos Contratuais
Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha	10,9	R\$ 4,3 milhões - OGX
Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	155	R\$ 3,5 milhões – MPX/ENEVA

Em 2014, deu-se continuidade na execução dos recursos aportados pelas empresas OGX e pela Eneva, ex-MPX, para os Parques Nacionais de Fernando de Noronha (PE) e dos Lençóis Maranhenses (MA), respectivamente. O planejamento atual busca a execução dos recursos já liberados pelos doadores, sem considerar parcelas a serem liberadas.

Desde o início do projeto foram executadas obras de infraestrutura conforme segue:

- Em Lençóis Maranhenses, as principais foram: construção da Ponte do Riacho do Cedro, que permite acesso à Lagoa Azul (um dos principais pontos turísticos do Parque); construção de garagem náutica/terrestre; reforma do Posto Avançado de Atins, que inclui alojamento e subsede administrativa do Parque; reforma e manutenção de todos os veículos, que incluem embarcações, automóveis e quadriciclos. Essas reformas e manutenções foram fundamentais para que as atividades de fiscalização pudessem acontecer.
- Em Fernando de Noronha, foram realizadas reforma e ampliação da sede administrativa, elaboração de projeto para reforma e ampliação do alojamento de pesquisadores, compra de bens e manutenção de veículos e infraestruturas já existentes no Parque.

O programa conta ainda com um aporte no valor original de R\$ 300 mil efetuado pela BP Brasil em 2012 para apoiar ações relacionadas à administração e gestão ambiental de UC's, o projeto encontra-se em vias de elaboração.

Ao fim do exercício de 2014, o programa Adoção de Parques apresenta um saldo de R\$ 2,5 milhões (R\$ 2013: R\$ 2,5 milhões), tendo executado R\$ 203 mil (2013: R\$ 1,5 milhões) em suas atividades.

#### 12.6 Programa Juruti sustentável – Funjus e Conjus

O Fundo Juruti Sustentável (Funjus) é uma experiência inovadora de apoio financeiro à implementação de projetos socioambientais no Município de Juruti, no Estado do Pará. Desenvolvido pelo FUNBIO, integra a estratégia de desenvolvimento Juruti Sustentável, que abrange também o fórum consultivo denominado Conselho Juruti Sustentável (Conjus) e os Indicadores de Desenvolvimento, com uma linha de base sistematizada pela Fundação Getulio Vargas (GV-CES) em uma metodologia de construção conjunta com a comunidade.

O ano de 2013 marcou o início de uma fase de transição do Funjus. O FUNBIO que realiza a gestão do fundo desde a sua criação há 04 anos iniciou uma transição operacional que atribuirá ao Conjus a seleção e execução dos próximos editais. Para cumprimento deste plano de transição está prevista uma capacitação de 3 meses para a equipe local do Conjus e monitoramento num prazo total de 18 meses a partir de janeiro/2014.

Em 2014, o modelo de repasse das informações, prevista na transição supracitada, foi o de uma capacitação sobre as ferramentas de gestão, dividida em 12 módulos que abordam os temas: introdução aos conceitos de fundos; gestão do conselho; gestão da secretaria executiva; gestão de doadores; plano de comunicação; gestão de informação e documentos; seleção; contratação; execução; monitoramento e avaliação; planejamento financeiro; e controle contábil. Ainda em 2014 foram efetuados repasses para a institucionalização do Conjus e para o Projeto de Conservação dos Quelônios.

## Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais

---

Os módulos foram divididos em cinco encontros em Juruti: quatro entre maio a novembro de 2014. O último será realizado em 2015, no Funbio, e tem a proposta de apresentar o trabalho de outros parceiros. Paralelamente, foi realizada a supervisão das atividades da nova secretaria executiva do Funjus, com a orientação sobre os procedimentos para atuação, bem como a gestão financeira dos ativos do FunJO FUNBIO é o depositário dos recursos do Funjus efetuando a guarda e gestão dos investimentos, realizando os desembolsos para o Conjus conforme demanda. Ao fim do exercício de 2014, o saldo do Funjus monta R\$ 3,1 milhões (2013: R\$ 3,7 milhões).

#### 12.7 Probio II - Projeto Nacional de Ações Integradas Público Privadas para Biodiversidade

A iniciativa tem como objetivo mobilizar setores produtivos a adotarem princípios e práticas de conservação e uso sustentável da biodiversidade em seus negócios. O Funbio promove ações de engajamento do setor privado, visando impulsionar a transformação dos modelos de produção, consumo e de ocupação do território nacional. O projeto tem recursos do Global Environment Facility (GEF), por meio do Banco Mundial, que dedicou um total de US\$ 22 milhões para os parceiros da iniciativa.

O projeto chegou ao fim em 2014 com ações em quase cinco milhões de hectares (equivalente à soma das superfícies da Holanda e da Jamaica) distribuídos pelos biomas Amazônia, Mata Atlântica e Pampa. Iniciado em 2008, o Probio II estabeleceu parcerias com o setor privado para incorporar práticas e estratégias favoráveis à biodiversidade em seis territórios: no Sul da Bahia, em Juruti (Pará), Mato Grosso do Sul, Pampa gaúcho, Vale do Ribeira (SP) e na Resex Tapajós-Arapiuns (Pará).

A estratégia foi manter o foco em territórios com mais de 100 mil hectares com múltiplas atividades econômicas, como agricultura, pecuária, aquicultura, silvicultura, extrativismo, manejo florestal e da fauna, localizados em áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade. Para assegurar a sustentabilidade das ações a médio e longo prazo, foi trabalhado diferentes agendas, entre elas fortalecimento de cadeias produtivas, estímulo à silvicultura de espécies nativas, produção de alimentos orgânicos, novos arranjos financeiros que incorporam o componente ambiental, biodiversidade e saúde.

Mesmo com o término, o Funbio continua pelos próximos três anos a apoiar sete subprojetos que tiveram seus desembolsos para as instituições realizarem trabalhos em cadeias produtivas nos seis territórios. Além dessa implementação ainda serão realizadas ações de monitoramento para avaliar os resultados alcançados. Para dar suporte a esse trabalho o Probio II conta com o Fundo de Oportunidades, mecanismo criado para agregar a conservação da biodiversidade às iniciativas do setor privado.

Ao final do exercício de 2014, o saldo do Projeto Probio a ser desembolsado durante o "período de graça" do contrato contava com R\$ 272 mil. O Saldo do Fundo de Oportunidades contava com R\$ 10,9 Milhões para utilização nos 7 (sete) subprojetos que contam com contrapartida da ordem de R\$ 47 milhões já assegurados.

Os seguintes parceiros encontram-se contratados para execução dos projetos nos territórios abrangidos pelo Fundo de Oportunidade do Probio:

<b>Territórios</b>	<b>Parceiros</b>
Sul da Bahia (BA)	Instituto Arapyaú
Mato Grosso do Sul	TNC, Adecoagro
Pampa (RS)	SENAR-RS, Pecuáristas, Banco do Brasil, IBAMA-RS
Juruti (PA)	Alcoa, Funjus, Conjus
Tapajós (PA)	Projeto Saúde e Alegria, ICMBio, Tapajoara, Natura
Vale do Ribeira (SP)	Votorantim Industrial
Sul da Bahia e Tapajós	Fiocruz

## **Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2014  
Em milhares de reais**

---

### **12.8 Afcof II – Atlantic Forest Conservation Fund**

O Atlantic Forest Conservation Fund é um projeto administrado pelo Funbio para apoiar o Projeto Proteção da Mata Atlântica II, que visa contribuir para a proteção, o manejo sustentável e a recuperação da Mata Atlântica. Os recursos do AFCoF são provenientes do KfW Entwicklungsbank (Banco Alemão de Desenvolvimento). O Projeto Proteção da Mata Atlântica II se insere na Iniciativa Internacional de Proteção ao Clima (IKI) do Ministério do Meio Ambiente da Proteção da Natureza e Segurança Nuclear da Alemanha (BMU), que prevê, ainda, o apoio técnico da Agência Alemã de Cooperação Técnica (GIZ).

Em 2014, deu-se continuidade à fase de finalização do projeto, com um replanejamento e execução de recursos finais, que foram internalizados para aquisições e contratações encaminhadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). Também foram concluídas as etapas exigidas pela legislação para o processo de criação de novas Unidades de Conservação (UC) com uma área de aproximadamente 15 mil km<sup>2</sup>, e estruturada uma unidade para o monitoramento e gestão de informações relativas a questões de biodiversidade, com treinamento de profissionais do MMA para seu uso.

O intercâmbio entre os projetos, durante a realização dos mesmos, favoreceu a disseminação de lições aprendidas. Módulos de treinamento e capacitação virtual foram canalizados através da plataforma de aprendizagem em Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) apoiada pelo projeto. Dentro dos resultados desde do início do AFCoF, em 2010, um total de 14 projetos piloto de PSA foram selecionados e contratados nas áreas de fixação de carbono, conservação quantitativa e qualitativa da água, bem como proteção da biodiversidade.

O saldo do projeto ao fim do exercício de 2014, no valor de R\$ 245 mil (2013: R\$ 365 mil) será destinado a iniciativas afins a serem definidas pelos parceiros.

### **12.9 GEF Cerrado – Iniciativa Cerrado Sustentável**

A Iniciativa Cerrado Sustentável visa contribuir para a valorização do Cerrado por meio de atividades de conservação, restauração, recuperação e manejo sustentável. O Funbio é o gestor do subprojeto “Políticas e monitoramento do bioma Cerrado”, um dos quatro componentes dessa iniciativa, que busca desenvolver uma estrutura de política pública para a conservação do bioma em pelo menos quatro regiões prioritárias. A meta da iniciativa é alcançar 1 milhão de hectares adicionais protegidos no bioma, com o investimento de US\$ 4 milhões em quatro anos. As ações são implementadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e financiadas pelo Global Environment Facility (GEF), através do Banco Mundial. Em 2014 foram apoiados, entre outros eventos, a IV Feira de Sementes e Mudanças da Chapada dos Veadeiros, em Alto Paraíso de Goiás e a Mostra de alimentos com frutos nativos do Cerrado, em Porto Alegre e Goiás; a 13ª reunião ordinária e a 3ª extraordinária do Conselho da Iniciativa Cerrado Sustentável (CONACER), em que houve a apresentação e discussão do Projeto de Lei do Cerrado (PL) e o VIII Encontro e Feira dos Povos do Cerrado, que subsidiou as discussões sobre o PL.

Foram ainda contratadas 21 consultorias para: mapeamento do uso da terra e vegetação natural do bioma, levantamento populacional de parentes silvestres de *Manihot* e *Arachis* (gêneros de plantas) em UCs, desenho do banco de dados do Cerrado para o portal de biodiversidade, elaboração de vídeos para divulgação da Iniciativa, em apoio ao Plano de Ação Nacional (PAN) desenvolvido pelo ICMBio para espécies ameaçadas de extinção. Além disso, estão sendo adquiridos equipamentos de prevenção e combate a incêndios, veículos e sistema de comunicação para as Unidades de Conservação e material de laboratório para os Centros de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas (CRADs).

## **Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais**

---

O trabalho do Funbio está inserido na Iniciativa Cerrado Sustentável que, desde 2010, criou cerca de 390 mil hectares, o equivalente a 39.90% da meta de um milhão de hectares em áreas protegidas. Se considerados os esforços para criação das UCs, a meta será alcançada e superada, com a proposição de mais de 2.102.96 hectares de novas UCs no Cerrado, considerando os dois estudos para ampliação dos Parques Estaduais da Serra do Integrante e do Rio Preto, fomentados em parceria o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais.

Em 2014, a internalização de recursos e execução do projeto atingiu R\$ 4,2 milhões (2013: R\$ 1,3 milhões) e o saldo de recursos na conta operativa do projeto ao fim do exercício era de R\$ 1,0 milhão (2013: R\$ 1,1 milhão).

#### **12.10 GEF Polinizadores - Conservação E Manejo De Polinizadores Para Uma Agricultura Sustentável Por Meio De Uma Abordagem Ecosistêmica – Polinizadores Do Brasil**

Iniciativa da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), com apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e financiamento do Global Environment Facility (GEF).

O projeto visa consolidar uma base de conhecimento integrada sobre os serviços de polinização; promover a efetiva conservação e uso sustentável dos polinizadores para a agricultura; ampliar a capacidade dos agricultores e pequenos proprietários em conservar e utilizar de forma sustentável os serviços de polinização; e promover políticas públicas e ações de conscientização da população.

Desenvolvida em sete países (Brasil, África do Sul, Gana, Índia, Kenya, Nepal e Paquistão), no Brasil recebeu o nome de 'Polinizadores do Brasil', e tem o Ministério do Meio Ambiente (MMA) a cargo da coordenação técnica, e o Funbio na gestão financeira. O projeto, planejado para terminar em 2014, foi prorrogado será encerrado em 2015.

A terceira e última Letter of Agreement (LoA) foi assinada em maio de 2014 e, desde então, foram desenvolvidas diferentes atividades de campo. O projeto apoiou ainda a realização de dois simpósios sobre o tema polinização e polinizadores no Congresso Brasileiro de Entomologia, em Goiás, e do Congresso Brasileiro de Apicultura e Meliponicultura, em Belém.

Em novembro, foi realizada a 6ª e última reunião do Comitê Internacional do projeto em Roma, onde foram apresentados os resultados alcançados e as lições aprendidas por todos os países membros da iniciativa.

Na fase final do projeto, esforços estão sendo concentrados na conclusão de atividades de capacitação, conscientização e divulgação dos resultados. Foram estabelecidas duas importantes parcerias. A primeira com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e a PUC-RS para realização de um curso piloto de capacitação para agricultores e técnicos rurais no manejo sustentável de polinizadores. A segunda com a iniciativa "Sem Abelhas, Sem Alimentos" para uma campanha de conscientização de agricultores e da população em geral sobre a relação entre polinização e alimentos e a os riscos do desaparecimento dos polinizadores.

Em 2014, ao fim do exercício o saldo de disponibilidades do projeto monta R\$ 841 mil (2013: R\$ 298 mil) que serão utilizados nas atividades acima.

## **Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2014  
Em milhares de reais**

---

### **12.11 Projeto Terra do Meio - Consolidação Das Unidades De Conservação Na Região Da Terra Do Meio**

O Projeto Terra do Meio tem a missão de contribuir com a redução do desmatamento e com a conservação da biodiversidade da região amazônica a partir do apoio à consolidação de 11 Unidades de Conservação (UCs) na região denominada Terra do Meio. Localizada na porção central do sul do Pará, a região sofre com três grandes frentes de pressão antrópica: a rodovia Altamira-Itaituba (uma seção da Transamazônica) ao norte, a rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163) a oeste e a mais exposta fronteira agrícola do bioma amazônico, ao sudeste. O mosaico é parte de um vasto território de áreas protegidas contíguas, que abrange 28 milhões de hectares, e que faz da região o segundo maior corredor de biodiversidade do Brasil.

Foram viabilizados em 2014: a sinalização da RESEX Rio Xingu; três ações de fiscalização; aquisição de equipamentos para atividades de proteção; manutenção de embarcações e de veículos terrestres; compra de equipamentos e estruturação de base de apoio para a brigada de combate a incêndios florestais; e aquisição de equipamentos para desenvolver atividades de Arranjos Produtivos.

Além disso, foram organizadas duas reuniões para mobilização de conselhos gestores de UCs; 15 reuniões comunitárias; uma reunião de planejamento participativo, uma oficina cabocla, duas reuniões para construção dos termos de compromisso; seminários e oficinas para definição dos Protocolos de Monitoramento da sustentabilidade do uso dos recursos naturais; curso de coleta de dados de monitoramento local nas comunidades e ações para fortalecimento de cadeias produtivas na APA Triunfo do Xingu (produção de madeira) e na ESEC Terra do Meio (produção de farinha).

Em função da não prorrogação do Projeto, alguns processos de aquisição e contratação foram transferidos para o Programa ARPA – que também tem o Funbio como gestor financeiro – e que apresenta objetivos bastante similares com o Terra do Meio, já que sete das onze UCs são apoiadas pelo programa.

Em 2014, o projeto finalizou o exercício com um saldo a ser reembolsado ao Funbio no valor de R\$ 429 mil, decorrente da decisão de não extensão do período do contrato. O valor de execução no exercício foi de R\$ 3 milhões (2013: R\$ 1 milhão). Como evento subsequente, o Funbio já remeteu as prestações de contas à União Européia e aguarda ressarcimento de R\$ 835.133,00 (equivalentes a EUROS 275.458,00).

### **12.12 Carteira Fauna Brasil**

A Carteira de Conservação da Fauna e dos Recursos Pesqueiros Brasileiros - Carteira Fauna Brasil é um mecanismo financeiro que recebe recursos provenientes de sanções penais, multas administrativas ambientais, doações, patrocínios e outras fontes. Fruto de uma parceria com o Ibama, o ICMBio e o Ministério Público Federal, tem por objetivo financiar programas e projetos de conservação da fauna brasileira ameaçada de extinção.

Desde seu início, em 2007, a Carteira já apoiou a execução de 11 projetos de conservação da fauna brasileira ameaçada de extinção, como peixes recifais, tartarugas marinhas, mamíferos marinhos (dentre os quais toninha, baleia jubarte e peixe-boi), felinos de médio e grande porte da região norte de Rondônia, papagaio-de-cara-roxa e ararinha-azul. O Fundo Fauna e o Projeto de Sísmica apresentam, de forma consolidada, um saldo de R\$ 399 mil no fim do exercício de 2014, tendo recebido durante este período R\$ 43 mil.

## **Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais**

---

Após financiar o transporte de ararinhas-azuis da Espanha e da Alemanha para o Brasil, em 2014 o projeto de conservação da espécie, chamado de Ararinha na Natureza - em parceria com o ICMBio e a SAVE Brasil, e recursos da Vale - recebeu uma grande notícia: o nascimento de dois filhotes em cativeiro. Há 14 anos não nasciam ararinhas-azuis no Brasil, e graças ao projeto, o desenvolvimento desses filhotes está sendo acompanhado de perto por especialistas. Em 2014 foram executados R\$ 346 mil (2013: R\$ 1,4 milhões) e o saldo financeiro da conta operativa do projeto ao fim do exercício monta R\$ 1,1 Milhões (2013: R\$ 1,4 milhões).

O Projeto de Monitoramento de Sirênios na Bacia Potiguar, fruto de um contrato assinado com a Petrobras e o Centro de Mamíferos Aquáticos (CMA/ICMBio) para cumprimento de condicionantes de licença ambiental, realizou em 2014 a segunda e última etapa do censo aéreo com o intuito de dar continuidade à pesquisa para determinar a distribuição, estimar a população e realizar monitoramento de peixes-bois marinhos na costa potiguar. A metodologia de levantamento aéreo associada ao monitoramento remoto por telemetria satelital permitiu que em 2014 o projeto alcançasse resultados importantes na identificação das áreas de ocorrência e habitats do peixe-boi marinho, essencial para aumentar o conhecimento sobre essa espécie, tão ameaçada, na região. Em 2014 foram executados R\$ 580 mil (R\$ 2013: R\$ 586 mil) e o saldo da conta operativa no fim do exercício monta R\$ 225 mil.

#### **12.13 Projeto GIZ Anavilhanas**

Financiado pela Agência de Cooperação Técnica Alemã (GIZ), o Projeto tem como foco a construção de uma sede flutuante para o Parque Nacional de Anavilhanas, no rio Negro, no Amazonas, que será administrada pelo ICMBio.

Assinada em dezembro de 2012, a meta principal desta iniciativa é construir um flutuante inovador, com estruturas diferenciadas e utilização de energias alternativas, como a solar. O objetivo do flutuante é permitir a realização de atividades de uso público, divulgando as Unidades de Conservação que compõem o Mosaico do Rio Negro.

Uma série de atividades foi desenvolvida pelo Funbio desde o início do projeto, entre elas: contratação de licença prévia para construção, elaboração de projetos executivos, processo de contratação da empresa para desenvolver o projeto final do flutuante, e tomadas de preços dos serviços necessários para construção e montagem.

O flutuante foi finalizado em 2014, e estão em andamento os trâmites para doação do equipamento para o estado do Amazonas, que deverá ser o responsável pela sua manutenção e funcionamento.

Em 2014 foram investidos R\$ 1,3 milhões, utilizando praticamente todo o recurso disponível.

#### **12.14 Compromisso pela Amazônia – ARPA para a Vida – Novas Fontes**

O projeto ARPA para a Vida tem como objetivo criar e implementar uma nova estratégia de financiamento para o programa ARPA – Áreas Protegidas da Amazônia. O modelo combina os recursos já depositados no Fundo de Áreas Protegidas (FAP) com investimentos privados, bi e multilaterais criando um fundo de transição. Este fundo permitirá o aumento gradual dos recursos públicos nas UCs, em 25 anos, para atingir a sustentabilidade financeira do programa.

Lançado durante a Rio+20, a iniciativa reúne o WWF, o Funbio, o Linden Trust for Conservation, a Fundação Gordon e Betty Moore, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o ICMBio, com o apoio dos demais parceiros do ARPA. A iniciativa estabelece metas de captação com base na estimativa de custos calculada usando dados reais do programa, sistematizados pelo Funbio desde a criação do ARPA, em 2003, e com dados de execução do ICMBio. Estes cálculos estão detalhados na publicação “Quanto custa o programa ARPA?”, escrita pelas equipes técnicas do Funbio e do WWF.

## **Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais**

---

Em 2014, deu-se continuidade ao desenvolvimento de fundos de compensação para os estados do Pará, Rondônia, Amapá e Amazonas. Foram validados os modelos de fundos para Rondônia e Pará. Também foi desenhado o novo arranjo institucional e financeiro para o Programa (fluxos, processos e governança), a ser adotado após o fechamento único, momento em que o Fundo de Transição atinge sua meta de 215 milhões de dólares e o Funbio assina contratos com todos os apoiadores. Para isso, também foi desenvolvida e realizada uma estratégia de captação de recursos privados nacionais para o Programa ARPA.

Foi realizada uma oficina que organizou o planejamento operacional referente ao primeiro desembolso deste fundo: R\$ 8,9 milhões para sete unidades mais avançadas em sua consolidação. São elas: PE Cantão (TO), Rebio Jaru (RO), Resex Rio Xingu (PA), Parna do Juruena (MT/AM), Resex Arapixi, Resex do Rio Jutai e Mosaico do Apuí (AM).

Realizada em Brasília, uma outra oficina foi organizada para identificar gargalos e pontos fortes do Programa ARPA junto aos Estados. Foram consideradas as demandas técnicas, gerenciais, políticas e financeiras dos estados a partir de discussões com todas as secretarias de meio ambiente parceiras do Programa, além do WWF, MMA e Funbio.

No exercício de 2014 foram recebidos R\$ 949 mil e executados R\$ 1,4 milhões considerando as parcelas de reembolso da equipe do Funbio.

#### **12.15 Projeto de Capacitação da RedLAC para Fundos Ambientais**

O Projeto tem como objetivo fortalecer os fundos em sua operação e no uso de mecanismos financeiros inovadores que reduzam a dependência de doações e diversifiquem as fontes de recursos. O projeto, que reúne os fundos da América Latina, Caribe e África, promove a troca de experiências, a sistematização de estudos de casos e melhores práticas, a construção de metodologias em grupos de trabalho e projetos piloto para testar novos mecanismos para a conservação.

2014 foi o quarto e último ano do projeto, com a entrega de duas oficinas de capacitação adicionais. A primeira em Camarões, na África, sobre como os fundos ambientais podem trabalhar com a indústria extrativa, especialmente a mineradora. Este encontro integrou o programa da IV Assembleia da CAFÉ, a rede africana de fundos. A segunda oficina do ano também foi a última do projeto, em Guayaquil, no Equador, integrada à XVI Assembleia da RedLAC, e teve como foco o método do estudo de caso. Na ocasião os fundos desenvolveram estudos de caso sobre suas instituições e projetos, e fizeram uma viagem de campo ao arquipélago de Galápagos.

Foram também finalizadas as duas experiências de mentoriação entre fundos ambientais, modalidade em que os fundos mais consolidados e experientes apoiam uma determinada demanda de um fundo mais novo. Nesta atividade, o Funbio trabalhou para apoiar a estruturação dos procedimentos financeiros do Biofund em Moçambique.

Todos os conteúdos produzidos nos quatro anos de projeto foram traduzidos para o inglês, espanhol e francês e estão disponíveis nos sites do Funbio e da RedLAC. Como próximo passo será lançada uma plataforma web para disponibilizar este material e futuras referências produzidas tanto pelos membros da RedLAC quanto pelos fundos africanos da rede irmã CAFÉ.

O Projeto também co-financiou 5 projetos piloto para testar mecanismos financeiros inovadores, que buscaram conectar os fundos a novas fontes de recursos. Entre os principais resultados está a criação da rede africana de fundos ambientais, a CAFÉ, que hoje trabalha em conjunto com a RedLAC em um novo projeto de fortalecimento para os fundos de ambas regiões, que começará em 2015 e terminará em 2018.

## **Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais**

---

Foram investidos R\$ 831 mil em 2014 e o saldo da conta operativa contava com R\$ 221 mil no fim do exercício.

#### **12.16 CLUA - Análise dos Incentivos e Financiamento para o Controle do Desmatamento no Brasil**

O projeto tem como objetivo analisar as dimensões políticas e financeiras de diversos Estados brasileiros frente ao combate ao desmatamento. Apesar do foco amazônico, estados do sudeste e centro-oeste foram explorados, por suas políticas vigentes e em fase de implementação. O objetivo é identificar práticas políticas complementares e replicáveis fora dos seus contextos originais, que criem incentivos para o controle do desmatamento.

Em 2013, foi concluído o relatório preliminar que mapeou diversas políticas estaduais e seus impactos locais e regionais. Esta análise serviu como base para a busca de opções financeiras em larga escala para incentivar investimentos na Amazônia.

Em 2014, o Funbio concluiu a prestação de contas do Projeto.

#### **12.17 GEF Nutrição - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade para a Melhoria da Nutrição e Bem Estar Humano**

O Projeto atua na promoção de espécies nativas com alto valor nutricional, mas desconhecidas ou pouco utilizadas por questões culturais, na dieta cotidiana brasileira. Além de promover o conhecimento científico sobre estas espécies, o projeto foca na disseminação de informação e em políticas públicas para compra de alimentos, preço mínimo e introdução de produtos da biodiversidade brasileira na merenda escolar e em programas de alimentação do governo.

Este projeto, em parceria com a Bioversity International e com financiamento do Global Environmental Facility (GEF) por meio da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), teve início na segunda metade do ano de 2012. Cabe ao Funbio a administração dos recursos do projeto no Brasil.

Em 2014 foi desenvolvida uma capacitação para os bolsistas contratados pelo projeto para operação da ferramenta da FAO de dados sobre a biodiversidade. Dois importantes eventos foram realizados pelo MMA por meio da associação dos projetos GEF Nutrição e GEF Cerrado. O primeiro promoveu a divulgação e a degustação de receitas desenvolvidas exclusivamente com espécies do cerrado; o segundo promoveu a integração de povos do cerrado.

Foram contratados consultores para desenvolver junto ao MMA materiais de divulgação do projeto e informações sobre as parcerias nacionais. Iniciou-se o processo de contratação e repasse financeiro para instituições de ensino e pesquisa responsáveis pela pesquisa relativa ao valor nutricional de espécies nativas selecionadas pelo projeto, como pequi, bacuri, araçá, umbu e gabioba, entre outras. Em setembro ocorreu a missão de supervisão dos doadores em Brasília, que envolveu a reunião do Comitê Nacional do Projeto, seguida de visita técnica dos mesmos às atividades desenvolvidas em parceria com a Universidade Federal de Goiás. No fim de 2014 foi realizada no Sri Lanka a reunião do Comitê Internacional do Projeto, em que foram debatidos os resultados alcançados pelos quatro países participantes até o momento: Brasil, Quênia, Turquia e Sri Lanka.

Durante o exercício de 2014, o projeto investiu R\$ 483 mil e recebeu R\$ 743 mil, havendo em sua conta operativa um saldo de R\$ 668 mil.

## **Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014** **Em milhares de reais**

---

#### **12.18 Conservation Finance Alliance – CFA**

A CFA é uma rede global que contribui para o intercâmbio de conhecimentos e melhores práticas em finanças da conservação, realizando reuniões, debates, pesquisas e publicações.

Em 2014, a CFA fechou o ano com 590 membros voluntários em 109 países, sendo 150 novos membros cadastrados só no ano em questão, o maior número desde que o Funbio assumiu a Secretaria Executiva do projeto, em 2008.

Foram lançados quatro estudos sobre finanças da conservação: Supporting biodiversity conservation ventures: Assessing the Impact Investing sector for an investment strategy to support environmental entrepreneurship (Fevereiro/2014); Conservation Trust Funds Investment Survey 2014 - CTIS 2013 (Setembro/2014); Sustainable Financing of Protected Areas: Conservation Trust Funds and Projects: Comparative Advantages (Novembro/2014); e Practice Standards for Conservation Trust Funds (Dezembro/2014), totalizando 16 estudos produzidos desde o início da rede, em 2002.

Em maio, durante a 5ª Assembleia do GEF, em Cancún, no México, a CFA organizou um side event cujo tema foi “Environmental Funds and Conservation Finance”, em que foram apresentadas as versões preliminares dos estudos lançados no 2º semestre de 2014.

Nos meses seguintes, o Comitê Executivo da CFA e a Secretaria concentraram seus esforços na preparação para a 6ª edição do Congresso Mundial de Parques da IUCN, em novembro, em Sydney, na Austrália. A CFA foi convidada para liderar as discussões a respeito do tema de finanças da conservação durante o Congresso e compor o grupo de especialistas para o World Commission on Protected Areas (WCPA). A rede organizou um estande durante o evento, cuja agenda incluiu debates, painéis, workshops, apresentações e lançamentos de publicações.

O Funbio permanece como Secretaria Executiva da CFA até o fim de Junho de 2015, que se prepara para a transição em direção a uma nova estrutura e modelo de governança. Todos os estudos já apresentados pela rede estão disponíveis no site: [www.conservationfinance.org](http://www.conservationfinance.org)

O saldo da conta operativa da CFA no fim do exercício monta R\$ 89 mil.

#### **12.19 FIP - Programa de Investimentos em Florestas dos Fundos de Investimentos em Clima**

O Programa de Investimentos em Florestas (FIP) dos Fundos de Investimentos em Clima (CIF) apoia esforços de redução de desmatamento e degradação e promove o manejo florestal sustentável para reduzir emissões e aumentar os estoques de carbono florestal. O FIP apoia o Plano de Investimento do Brasil, que atua no Bioma Cerrado, por meio de ações articuladas.

Este projeto prepara a proposta brasileira ao Banco Mundial, na busca por aproximadamente US\$ 70 milhões, divididos entre doações e empréstimos. Desde o início, em 2012, foram realizadas reuniões com a participação de diversos ministérios e de representantes da sociedade civil e discutidas as quatro linhas de atuação do FIP no Brasil: O plano ABC (Agricultura de Baixo Carbono); o Cadastro Ambiental Rural (CAR); um sistema de alerta para incêndios; e o inventário florestal do bioma.

Além da realização das oficinas de consulta pública, várias ações foram feitas para levantamento, organização e sistematização de dados e informações junto aos órgãos públicos estaduais e federais e entidades envolvidas, em especial para o planejamento em cada um dos estados abrangidos, incluindo visitas técnicas in loco. Deve ser ressaltada a importância do processo participativo para a elaboração dos projetos, que proporciona o conhecimento de demandas, oportunidades e dificuldades dos diferentes atores.

## **Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais**

---

Ao fim do exercício o projeto estava em fase de prestação de contas final do investimento total de US\$ 250 mil.

#### **12.20 Fundo Paiter Surui**

O Fundo Paiter Surui é um mecanismo financeiro voltado para implantar o Plano de Gestão da Terra Indígena Sete de Setembro, segundo princípios de boa governança e transparência, com a participação ativa dos conselhos representativos indígenas nas decisões. Os recursos financeiros obtidos pela venda dos créditos de carbono e os provenientes de outras fontes serão parte integrantes do Fundo Paiter Surui, que tem o Funbio como responsável pelo seu desenho e por sua gestão financeira.

Os índios Surui lutam pela conservação de seus recursos naturais, e na última década, liderados por Almir Surui, elaboraram um plano estratégico de 50 anos para a conservação, a proteção e a sustentabilidade de suas terras. Para financiar este plano, desenvolveram um projeto de carbono de REDD+ e um fundo para receber os recursos financeiros obtidos pela venda dos créditos de carbono, além de recursos de outras fontes. O Funbio desenhou e faz a gestão do fundo que financia projetos propostos pelas associações do povo Surui.

Em 2014, foram realizados desembolsos de recursos para as associações, e duas capacitações. A primeira para a Associação Metareilá sobre as ferramentas de gerenciamento do fundo, e a segunda direcionada às associações indígenas sobre as ferramentas de gestão de projetos comunitários.

Também foi feita a venda de todos os créditos do primeiro período de verificação, sendo 170 mil VCU (Verified Carbon Unities) para o programa de compensação voluntária de emissões de GEE da Natura e 75 mil VCU para a The Carbon Neutral Company Limited visando a neutralização de emissões de GEE associados com a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014.

Este projeto contribui para a consolidação e alcance das propostas e metas da Política Nacional de Mudança do Clima (PNMC) e do Plano de Ação para a Prevenção e Controle ao Desmatamento na Amazônia (PPCDAM). Na escala regional o projeto se alia aos objetivos do Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento do Estado de Rondônia.

Em 2014, foram investidos R\$ 1,3 milhões e recebidos R\$ 1,9 milhões. O saldo da conta operativa do fundo ao fim do exercício monta R\$ 1,6 milhões.

#### **12.21 Fundo Cidades Sustentáveis – FCS**

O estudo, financiado pela Latin America Regional Climate Initiative (LARCI), avalia a viabilidade, o desenho e a implantação de um mecanismo para o financiamento da agenda ambiental e climática nos espaços urbanos brasileiros, para a criação do Fundo Cidades Sustentáveis.

As cidades têm um papel fundamental na mitigação de gases de efeito estufa (GEE) e na adaptação às alterações climáticas e seus impactos. Porém, os investimentos públicos e privados foram feitos com uma infraestrutura que não incorpora as variáveis sociais, climáticas e ambientais. Mudar estes investimentos depende também da criação de novos mecanismos financeiros que facilitem o acesso a recursos existentes e mobilizem novos recursos para apoiar agendas urbanas no longo prazo.

Nesse contexto o projeto, desde 2013, desenvolve um levantamento da demanda e dos recursos atuais disponíveis por setor, desenha uma proposta para um mecanismo (financeiro e legal) e mede o interesse de potenciais doadores para que o mecanismo seja experimentado. No primeiro momento, o FCS será incubado pelo Funbio.

## **Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais**

---

Em 2014, foi realizado um diagnóstico dos atores, agendas e ambiente de financiamento da agenda urbana brasileira para verificar se havia espaço para um mecanismo financeiro privado para as cidades. Também foram mapeadas as tendências dessa agenda e seus temas prioritários. Essas análises foram realizadas com base em pesquisa bibliográfica e, principalmente, entrevistas com atores chave no que tange o tema cidades sustentáveis.

O diagnóstico dos temas prioritários foi validado em um workshop realizado no Rio de Janeiro com os atores chave da agenda urbana. Também foi identificada, em parceria com o Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), uma demanda de financiamento dentro da temática de economia inclusiva com base em negócios sociais e empreendedorismo local nas favelas cariocas. Identificou-se, inclusive, um potencial dessa atividade na implementação do projeto piloto.

Os próximos passos são a análise de viabilidade do fundo, o mapeamento de riscos e a finalização do desenho inicial do mecanismo, incluindo questões legais, financeiras, de governança, de gestão e de administração, além de momentos de validação e ajustes juntos aos atores chave. Também será realizado um Road Show para captação de recursos para dar início ao funcionamento do fundo. Em 2014, R\$ 316 mil foram investidos nesta iniciativa.

#### **12.22 REDD+ em UCs – Projeto Demonstrativo de Crédito de Carbono Florestal na Resex Tapajós-Arapiuns**

O Projeto REDD+ em UCs – Projeto Demonstrativo de Crédito de Carbono Florestal na Resex Tapajós-Arapiuns é fruto de uma parceria entre Funbio, CEES (Center for Environment, Economy and Society da Universidade de Columbia), Biofílica e ICMBio, e financiado com recursos da ICCO Foundation no valor de € 250.000,00. O projeto tem como objetivos a implantação de um projeto demonstrativo de Carbono Florestal com a utilização do sistema de Créditos de Áreas Protegidas do Rainforest Standard (The RFSPAC™ - sigla em inglês), como alternativa de financiamento das atividades do Plano de Manejo da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns.

Em fins de 2014 o Funbio recebeu a primeira parcela dos recursos no valor de R\$ 385 mil.

#### **12.23 Projeto Áreas Marinhas Protegidas - GEF MAR**

O Projeto tem por objetivo apoiar a criação e implementação de um sistema representativo e efetivo de áreas marinhas e costeiras protegidas (AMCPs) para reduzir a perda de biodiversidade. Trata-se de um plano de ação amplo, em que várias agendas podem ser integradas em prol da conservação marinha e costeira. Essa é uma iniciativa do Funbio em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), ICMBio, Ministério de Minas e Energia (MME/Petrobras), financiado pelo Global Environment Facility (GEF) via Banco Mundial. A meta principal é a criação e a consolidação de 120 mil km<sup>2</sup> de áreas marinhas protegidas. Com isso, o percentual de áreas protegidas no Brasil passará de 1,5% para 5%.

O GEF Mar tem o valor total de cerca de US\$ 116 milhões, contando com um investimento do GEF de US\$ 18,2 milhões, US\$ 20 milhões da Petrobras e contrapartidas da própria empresa em bens e serviços economicamente mensuráveis, que chegam a US\$ 70 milhões adicionais. O projeto conta ainda com contrapartidas do MMA e ICMBio.

Este projeto é um exemplo do envolvimento do setor privado e do comprometimento governamental na conservação da biodiversidade marinha, sendo considerado pelo Banco Mundial como um modelo para o Global Partnership for Oceans (GPO), uma aliança crescente de mais de 100 governos, organizações internacionais, setor privado e grupos da sociedade civil, incluindo o Funbio, comprometidos com a conservação dos oceanos.

## Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais

No início de 2014, foi realizada a primeira oficina para avaliação das demandas das Unidades de Conservação (UCs) e centros de pesquisa, visando subsidiar a elaboração dos planos operacionais anuais que detalham as atividades e recursos necessários para a implementação do projeto.

As negociações referentes aos termos do contrato, condições de desembolso, e detalhamento do projeto foram conduzidas pelo Banco Mundial com o envolvimento de todos os parceiros, e ainda em 2014 foram assinados o Acordo de Doação entre o Funbio e o Banco Mundial, bem como, os Acordos de Cooperação Técnica entre o Funbio e o MMA, e entre o Funbio e o ICMBio, que permitiram que o projeto entrasse em efetividade antes da virada do ano, sendo que não houve recebimento de recursos até o fim do exercício de 2014.

#### 13 Fundo de recursos FUNBIO

O Fundo de Recursos do FUNBIO - FRF tem por objetivo complementar as necessidades de caixa da instituição quando necessário. A orientação estratégica do Conselho Deliberativo é no sentido de diminuir a dependência da instituição sobre o FRF.

Em 2013, assim como ocorreu no exercício de 2012, o FUNBIO atingiu um equilíbrio entre suas despesas e receitas, não precisando recorrer ao FRF.

A busca pela sustentabilidade financeira da organização continua com o incremento do número de projetos e racionalização no emprego dos recursos gerados. O FRF é a garantia de continuidade das atividades do FUNBIO em momentos que exijam o investimento de recursos próprios. A gestão dos ativos do FRF é acompanhada pela Comissão de Gestão de Ativos do FUNBIO e administrada pela Pragma Gestão de Patrimônio.

	2014	2013
<b>Saldo em 1º de janeiro</b>	14.573	14.164
Rendimentos no exercício	1.406	375
Gestão Pragma	(6)	(4)
Ajuste da provisão para imposto de renda	(230)	37
Resgates no decorrer do exercício	(710)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<u>15.033</u>	<u>14.573</u>

#### 14 Reembolso de projetos

	2014	2013
<b>Projetos</b>		
BNDES - Arpa 2ª Fase	505	439
FMA - Convênio SEA	1.245	1.363
KFW - Arpa 2ª Fase	255	2.340
GEF BM - Arpa 2ª Fase	2.580	680
Probio II	605	716
Terra do Meio	404	500
GEF Cerrado	93	191
GEF Polinizadores	116	121
RedLac Capacitação	274	147

## Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais

	2014	2013
TNC USAID	-	76
Novas Fontes Arpa	1.083	539
TNC UK	-	199
Diálogos Sustentáveis	-	158
Carbono Suruí	-	78
CFA	188	109
Cap Trade	-	82
CLUA - Estudos Finanças REDD	59	97
FIP	11	15
Fundo Kayapó	-	12
Projeto FUNBIO Cidades	305	54
GIZ Anavilhanas	-	136
GEF Nutrição	73	34
TFCA	-	30
Território Klabin	-	57
Carteira Fauna - Sirênios	-	75
Capacitação Funjus/Conjus	183	-
ARPA FT - BID	185	-
Fundo Piloto Juruti	7	-
Kayapó	96	-
Outros	-	67
<b>Total</b>	<b>8.267</b>	<b>8.312</b>

### 15 Monitoramento de Projetos

	2014	2013
<b>Projetos</b>		
TFCA	1.179	1.181
AFCOF II	40	197
Carteira Fauna – Sirênios	118	132
Carteira Fauna - Ararinha Azul	145	106
GEF Polinizadores	163	160
Terra do meio	185	94
Fundo Carteira Fauna	3	1
CFA	6	0
Adoção de Parques	-	48
Fundo Carbono Paiter Suruí	22	8
	<b>1.861</b>	<b>1.927</b>

## Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais

#### 16 Serviços prestados

	2014	2013
<b>Projetos</b>		
Fundo Juruti – Alcoa	-	214
SEMA – PR	-	297
Klabin Celulose	-	158
Instituto Semeia	-	30
WWF Brasil	31	36
Sirênios	147	
Fundação Bioguiné	193	-
	<u>371</u>	<u>736</u>

#### 17 Resultado financeiro líquido

	2014	2013
Variação cambial ativa	62	111
Rendimento de aplicações financeiras	41	28
<b>Receita financeira</b>	<u>103</u>	<u>139</u>
Variação cambial passiva	9	49
Despesas bancárias	6	7
IOF	6	2
<b>Despesa financeira</b>	<u>21</u>	<u>58</u>
	<u>82</u>	<u>81</u>

#### 18 Cobertura de seguros

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

## Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais

---

Em 31 de dezembro de 2014, a Entidade apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

<b>Modalidade</b>	<b>Importância segurada</b>
Incêndio de bens do imobilizado	1.000

\* \* \* \*

Rosa Maria Lemos de Sá  
Secretária Geral

Aylton Coelho Neto  
Superintendente de Planejamento e Gestão

#### Responsável Técnico

Daniele Soares dos Santos Seixas  
Contadora CRC-RJ - 095.266/0-0